



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

FRANCINÉLI BECKER BENETTI

LIMITES E POSSIBILIDADES NA PARTICIPAÇÃO DE JOGADORAS NO TIME
DE FUTEBOL DO CRICIÚMA ESPORTE CLUBE: UMA ANÁLISE DE GÊNERO E
DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

CRICIÚMA/SC

2022

FRANCINÉLI BECKER BENETTI

**LIMITES E POSSIBILIDADES NA PARTICIPAÇÃO DE JOGADORAS NO TIME
DE FUTEBOL DO CRICIÚMA ESPORTE CLUBE: UMA ANÁLISE DE GÊNERO E
DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Giovana Ilka Jacinto Salvaro
Coorientador: Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves

CRICIÚMA/SC

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

B4651 Benetti, Francinéli Becker.

Limites e possibilidades na participação de jogadoras no time de futebol do Criciúma Esporte Clube : uma análise de gênero e da divisão sexual do trabalho / Francinéli Becker Benetti. - 2022.

131 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2022.

Orientação: Giovana Ilka Jacinto Salvaro.

Coorientação: Ismael Gonçalves Alves.

1. Divisão do trabalho por sexo. 2. Jogadoras

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101

Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

FRANCINÉLI BECKER BENETTI

**LIMITES E POSSIBILIDADES NA PARTICIPAÇÃO DE JOGADORAS NO TIME
DE FUTEBOL DO CRICIÚMA ESPORTE CLUBE: UMA ANÁLISE DE GÊNERO E
DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

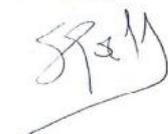
Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 24 de fevereiro de 2022.

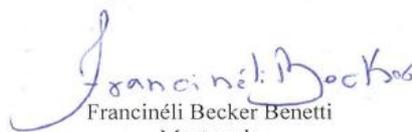
BANCA EXAMINADORA

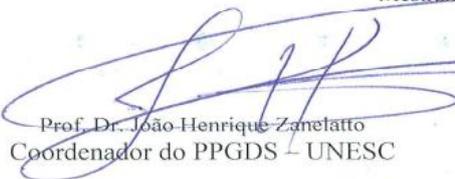

Prof. Dra. Giovana Nka Jacinto Salvaro
(Orientadora - UNESC)


Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves
(Coorientador - UNESC)


Prof. Dra. Silvana Vilodre Goellner
(Membro - UFRGS)


Prof. Dra. Michele Gonçalves
Cardoso
(Membro - UNESC)


Francinéli Becker Benetti
Mestranda


Prof. Dr. João-Henrique Zanelatto
Coordenador do PPGDS - UNESC

À minha filha Ana Pietra.

Espero colaborar para que você cresça em uma sociedade em que as mulheres sejam mais respeitadas.

AGRADECIMENTOS

À minha filha Pietra, meu grande e maior amor, a razão dos meus dias e da minha vida inteira. Pela compreensão das ausências e principalmente pela compreensão e apoio com sua presença, por acompanhar minhas aulas online e entender mesmo tão pequena que a mamãe estuda as desigualdades sofridas pelas mulheres. Muito obrigada filha, por me dar a oportunidade de te ensinar pelo exemplo e te mostrar que a educação tem o poder de mudar realidades. Amor da mamãe.

À minha mãe Nezinha, uma grande mulher que lutou contra o preconceito e buscou se libertar de situações adversas em um tempo muito mais difícil do que o atual. Agradeço mãe por sempre acreditar em mim, pelas orações a Deus, pelo amor incondicional a Pietra e por estar com ela quando minha ausência se prolongava. Te amo.

Ao meu companheiro Jehan, que mesmo com pensamentos distintos aos meus, do seu jeito me apoiou nas minhas vontades, sempre com muito amor e sendo um grande exemplo de pai.

À Deus por guiar e iluminar os meus passos e me conduzir pelo melhor caminho;

À minha amiga Beta e seu esposo Jackson, por me ajudarem na preparação para a seleção do mestrado, como foi válido, além da aprovação consegui uma classificação que possibilitou a tão almejada taxa e muito devo a vocês.

À minha orientadora, professora Giovana que acreditou neste trabalho, me desafiou e me acolheu nos momentos de desespero. Costumo dizer que ela, por muitas vezes, no decorrer destes dois anos de pesquisa, acalmou o meu coração. No primeiro ano, mesmo não lhe conhecendo pessoalmente, em decorrência da pandemia, ela se mostrou muito acolhedora, uma mulher incrível, que tem o meu respeito e profunda admiração. No segundo ano quando nos encontramos, parecia que já lhe conhecia de longa data. Fez parte dos meus dias e colaborou de forma significativa para construir parte da minha história profissional.

Ao meu Coorientador, professor Ismael, sempre com contribuições pertinentes para elaboração do projeto de pesquisa e da dissertação. Além das suas aulas que fomentaram excelentes reflexões.

Às professoras Dr.^a Silvana Goellner e Dr.^a Michele Gonçalves Cardoso e ao professor Dr. João Henrique Zanelatto, por prontamente terem aceitado o convite para

participar da banca de qualificação do projeto, pelas excelentes contribuições e considerações acerca da pesquisa.

Aos professores do PPGDS, que de alguma forma contribuíram no meu processo de formação, especialmente, ao professor Rodrigo por me entusiasmar e me ajudar a ver o potencial desta pesquisa. À Luciana, secretária do PPGDS, sempre disponível e gentil.

À professora Méri, que me possibilitou realizar o estágio de docência em sua turma de Psicologia do Esporte, no Curso de Psicologia da UNESC. Com certeza, foi um momento de troca e de grande aprendizado. Muito obrigada pela confiança de sempre e grande oportunidade.

À CAPES que possibilitou minha manutenção no mestrado por meio de uma taxa, sem a qual não teria sido possível realizá-lo.

Ao Criciúma Esporte Clube na figura do senhor presidente Anselmo Freitas, pelo aceite da pesquisa.

À Bina, técnica do time de futebol feminino, por viabilizar que a pesquisa acontecesse, abrir as portas do seu time e me receber de braços abertos. Uma profissional muito humana, apaixonada pelo futebol, a qual tenho muito respeito.

Às jogadoras de futebol, participantes desta pesquisa. Vocês me ensinaram muito, dormir e acordar pensando nos seus relatos, me fez compreender o futebol feminino de uma forma diferente. Conhecer as trajetórias trilhadas por vocês, só aumentou o meu respeito, admiração e amor pelas mulheres no futebol. Estou na torcida!

RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral compreender, a partir de uma análise de gênero e da divisão sexual do trabalho, quais são as limitações e possibilidades vivenciadas por mulheres na participação como jogadoras no time de futebol feminino do Criciúma Esporte Clube. A pesquisa realizada foi de orientação etnográfica, por meio da observação participante, entrevistas individuais, grupo focal e análise de documentos. As participantes foram dez jogadoras do time de futebol feminino do Criciúma Esporte Clube. A análise seguiu uma abordagem qualitativa e as informações foram analisadas por meio da Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2011). No decorrer da pesquisa sobre o time de futebol feminino na cidade de Criciúma, foram identificadas trajetórias distintas do time masculino. A escassez de documentos mostrou que a história das mulheres no futebol na cidade de Criciúma foi praticamente ignorada, o que caracteriza invisibilidade semelhante ao ocorrido com o futebol feminino no âmbito nacional. O estudo mostrou que as jogadoras de futebol vivenciam situações de preconceito e desigualdades de gênero desde a infância, quando começaram a jogar futebol em times formados por meninos. As desigualdades de gênero foram identificadas em situações dentro e fora de campo. Com relações de trabalho precarizadas, pela ausência de salário e/ou contrato de trabalho, descontinuidades no futebol e desigualdades de tratamento e de estrutura, as jogadoras apresentam sofrimento psicossocial, que está relacionado ao meio sociocultural em que vivem e segue marcado por discriminações e desigualdades de gênero. A precarização e o sofrimento psicossocial vivenciado pelas participantes ultrapassam as relações de trabalho no Criciúma Esporte Clube, produzindo-se ao longo de suas trajetórias como jogadoras de futebol.

Palavras-chave: Mulheres. Futebol Feminino. Desigualdade de Gênero. Trabalho.

ABSTRACT

This study aimed to understand, based on a gender analysis and the sexual division of labor, what are the limitations and possibilities experienced by women in participating as players in the women's football team of Criciúma Esporte Clube. The research was ethnographic oriented, through participant observation, individual interviews, focus group and document analysis. The participants were ten players from Criciúma Esporte Clube women's football team. The analysis followed a qualitative approach and the information was analyzed through Content Analysis, proposed by Laurence Bardin (2011). During the research on the women's football team in the City of Criciúma, different trajectories were identified compared to the men's team. The shortage of documents showed that in the city of Criciúma, the history of women in football was practically ignored, which characterizes invisibility similar to what occurred with women's soccer at the national level. The study showed that football players have experienced situations of prejudice and gender inequalities since childhood, when they started playing soccer in teams formed by boys. Gender inequalities were identified in situations on and off the field. With precarious work relationships, due to the absence of salary and/or employment contract, discontinuities in football and inequalities in treatment and structure, the players present psychosocial suffering, which is related to the sociocultural environment in which they live and is marked by discrimination and gender inequalities. The precariousness and psychosocial suffering experienced by the participants go beyond the work relationships at Criciúma Esporte Clube, occurring throughout their trajectories as soccer players.

Keywords: Women. Women's Football. Gender Inequality. Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Camisa oficial do Criciúma EC.	37
Figura 2 – Campanha de lançamento da Camisa Carvoeira.....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização geral das participantes da pesquisa.....	24
Tabela 2 – Caracterização profissional das participantes	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPBCE	Associação Desportiva Pé na Bola Cabeça na Escola
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CATS	Clube Atlético Taboão da Serra
CBD	Confederação Brasileira de Desporto
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFP	Conselho Federal de Psicologia
COB	Comitê Olímpico do Brasil
CONMEBOL	Confederação Sul-Americana de Futebol
CRP	Conselho Regional de Psicologia
CT	Centro de Treinamento
DSS	Determinantes Sociais de Saberes
ECR	Esporte Clube Radar
ESUCRI	Escola Superior de Criciúma
EUA	Estados Unidos da América
FIA	Fundo da Infância e Adolescência
FCF	Federação Catarinense de Futebol
FIFA	Federação Internacional de Futebol
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JUBs	Jogos Universitários Brasileiros
JUCs	Jogos Universitários Catarinenses
LARM	Liga Atlético da Região Mineira
OMS	Organização Mundial de Saúde
PROUNI	Programa Universidade para todos
SATC	Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O CAMINHO PERCORRIDO NA PESQUISA	19
2.1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	19
2.2 CARACTERIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA	24
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTEBOL FEMININO EM CRICIÚMA E NO CRICIÚMA ESPORTE CLUBE	33
3.1 FUTEBOL EM CRICIÚMA E A CRIAÇÃO DO CRICIÚMA ESPORTE CLUBE.....	33
3.2 FUTEBOL FEMININO EM CRICIÚMA.....	39
3.3 FUTEBOL FEMININO NO CRICIÚMA ESPORTE CLUBE	48
4 FUTEBOL FEMININO E DESIGUALDADES DE GÊNERO	55
4.1 MENINAS EM UM ESPORTE DE MENINOS E DESIGUALDADE DE GÊNERO	55
4.2 QUANDO DIFERENÇAS CORPORAIS LEGITIMAM DESIGUALDADES DE GÊNERO NO FUTEBOL	57
4.3 MARIA MACHO ENTRA EM CAMPO: APONTAMENTOS SOBRE O PRECONCEITO NO FUTEBOL.....	62
4.4 DESCONTINUIDADES NA PRÁTICA DO FUTEBOL FEMININO PROFISSIONAL	66
4.5 FUTEBOL FEMININO E DESIGUALDADES DE GÊNERO DENTRO E FORA DE CAMPO	71
5 RELAÇÕES DE TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E SOFRIMENTO NO FUTEBOL FEMININO	84
5.1 PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO TRABALHO	84
5.2 PRECARIZAÇÃO PELA AUSÊNCIA DE SALÁRIOS	89
5.3 SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL E FUTEBOL FEMININO.....	101
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista	130
APÊNDICE B - Roteiro do grupo focal.....	131

1 INTRODUÇÃO

A prática do futebol faz parte da cultura brasileira e está inserida, de maneira significativa, nas relações sociais desde as brincadeiras na infância, o aprendizado do futebol enquanto um esporte na educação formal, até o espaço ocupado pelo futebol profissional na vida das pessoas como entretenimento, por meio da presença em massa de torcedores nos estádios e, também, do grande espaço que ocupa na mídia.

Considerando o processo histórico da prática esportiva, no estudo apresentado por Celso Unzelte (2002), ressalta-se que a origem da palavra futebol vem do inglês *football*, que significa: *foot* como pé e *ball* como bola. Em âmbito mundial, conforme o autor, o surgimento do futebol é disputado por diversos povos, dentre eles estão: chineses, japoneses, gregos, franceses, italianos e ingleses. Tratando-se dos aspectos que apontam a sua origem, o que se tem em comum entre os povos citados diz respeito à relação do futebol com a agressividade. Como exemplo, refere-se à menção mais antiga do futebol, a saber: três mil anos antes de Cristo, na China, os soldados dos exércitos militares lançavam, com os pés, os crânios dos inimigos derrotados (UNZELTE, 2002).

Conforme Valter Brachet (1997), no Brasil, o surgimento do futebol ocorreu em meados de 1872, nos navios de guerra que ficavam ancorados na costa. A prática esportiva era restrita apenas aos homens brancos e com boa condição financeira, mas, conforme a modalidade foi se organizando para campeonatos, a população negra e menos favorecida foi incluída, com o intuito de reforçar a equipe. Em 1895, tem-se o registro do primeiro jogo oficial, ocorrido no estado de São Paulo. Desde então o futebol masculino foi crescendo e alcançando grande ascensão.

Neste contexto, segundo Silvana Vilodre Goellner (2005), a participação das mulheres no futebol se construiu historicamente em um universo repleto de proibições, restrições e lutas, tendo seus primeiros jogos nos primórdios do século XX. Desde o seu início, as mulheres sofreram muitos preconceitos, uma vez que as poucas e restritas participações no futebol eram vistas como sinônimo de desonra, prostituição e desmoralização ao feminino. Suraya Darido (2002) ressalta que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, para se inserirem no esporte, são uma continuidade de todos os impasses e limitações vivenciadas por elas para conquistarem a equidade de direitos entre os sexos. Culturalmente e socialmente, foram se construindo estereótipos de que futebol não é um esporte para mulheres.

Não basta o preconceito sofrido, no ano de 1941, a proibição da prática de futebol por mulheres virou lei, através do Decreto-Lei de número 3.199 de 14 de abril de 1941, responsável pela criação do Conselho Nacional de Desportos, que no Capítulo IX, Art. 54 estabeleceu: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país.” (BRASIL, 1941). Em 1965, o Regime Militar fez valer o pré-estabelecido no Decreto (3.199/1941) e as mulheres foram proibidas de praticar esportes, tais como lutas, futebol nas diversas modalidades, pólo aquático, rugby, dentre outros. Na década de 1970, com o declínio do Regime Militar, iniciaram-se algumas discussões visando reestruturar o esporte no Brasil e, então, em 1979, foi revogada a deliberação do Conselho Nacional de Desportos e foi permitida a participação de mulheres no futebol (GOELLNER, 2005).

Cabe ressaltar que o fato de a participação das mulheres no futebol estar prevista em lei não foi o suficiente para garantir que fossem respeitadas e tivessem o reconhecimento esperado. No início do século XX, as mulheres foram proibidas de jogar futebol, uma vez que o seu corpo era visto como uma função materna de gerar e cuidar dos filhos. A partir dos anos 1970, juntamente, com a percepção do corpo feminino como meio de reprodução, a mulher passou a ser vista no futebol também como objeto de erotização dos seus corpos (GOELLNER, 2005).

Com o decorrer dos anos, de acordo com Jocimar Daólio (2003), o futebol masculino foi alcançando um valor de mercado, sobretudo, após os anos de 1990, quando os clubes começaram a perceber a grande lucratividade que poderia ser alcançada através de seus produtos (atletas e jogos de futebol). Atualmente, entende-se que o futebol é a modalidade esportiva de maior destaque na sociedade brasileira. Contudo, o reconhecimento e a valorização socioeconômica do futebol praticado por mulheres, quando comparado com o futebol praticado por homens, seguem a passos lentos. Em 2016, a Federação Internacional de Futebol (FIFA), no seu Estatuto/Artigo 23, estabeleceu que as confederações de futebol buscassem criar medidas que promovessem a igualdade de gênero. A partir disto, a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) criaram regras determinando que, nas competições organizadas pelas referidas instituições, os clubes de futebol participantes tenham na sua estrutura times de futebol feminino.

As leis auxiliam na busca pela igualdade de gênero, no entanto, diante da perversidade de uma construção sociocultural, que coloca a mulher aquém do homem, o

futebol feminino tem muito para conquistar, dado que a prática ainda enfrenta uma grande disparidade quando comparada ao futebol masculino em termos de salários, patrocínios, mídia, dentre outros. Segue a necessidade de ressignificar os espaços das mulheres no futebol, uma luta que inclui todos/a nós.

No contexto referido, pensar a prática do futebol, a partir da análise de gênero, leva a uma reflexão em torno das construções das masculinidades e feminilidades. Ao se analisar, por exemplo, as brincadeiras de infância, é comum encontrar bolas de futebol e camisetas de times entre os brinquedos dos meninos, enquanto entre os brinquedos das meninas, na maior parte das vezes, as bolas são ofertadas em outra conjuntura, cheias de cores e remetendo a outros esportes. Tais aspectos parecem delimitar desde muito cedo um espaço que não é para todos/as.

Márcia Barbosa e Betina Lima (2013) se referem à divisão sexual do brinquedo como um fator de grande relevância para a escolha de futuras profissões, pois consideram que, através dos brinquedos recebidos na infância, as meninas já são preparadas para assumirem determinados papéis e são excluídas de outros, por meio de fatores socioculturais que estão sustentados em um sistema de gênero e colaboram para as sub-representações das mulheres nos espaços construídos para os homens.

A autora Joan Scott (1995, p.86), ao conceituar gênero, define duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” A definição apresentada pela autora indica que mulheres e homens se constituem a partir das relações de gênero. A autora contribui para desconstruir pressupostos de que gênero é sinônimo de homens e de mulheres.

Sobre a construção de relações desiguais de gênero, é central considerar, conforme proposto por Scott (1995, p.86) na primeira parte do conceito, a interrelação de símbolos, conceitos normativos, organizações/instituições e identidade subjetiva. Pensando nos dois primeiros, os símbolos são entendidos pela autora como presentes na nossa cultura e “que evocam representações simbólicas”, enquanto os conceitos normativos expressam interpretações em torno dos significados dos símbolos. Acerca dos dois primeiros elementos e pensando na realidade do futebol, pode-se entender os símbolos e conceitos normativos do esporte como agressividade e força física, principais características que representam o futebol; os conceitos normativos são aqueles que garantem a predominância masculina diante na interpretação de tais símbolos. Para as mulheres, os símbolos atribuídos envolvem, por

exemplo, fragilidade, que não está de acordo com a simbologia do futebol, um trabalho simbolicamente representado por homens.

As construções de gênero vão definindo escolhas e quando o futebol é inserido na educação formal, por meio das aulas de educação física, por exemplo, os meninos são os que mais aderem, enquanto as meninas configuram como espectadoras do espetáculo. O meio social em suas entrelinhas sugere para as meninas uma identificação com outras modalidades esportivas, capazes de representar construções de fragilidade e delicadeza, opostas ao futebol, que é visto como esporte de alto impacto, sua prática exige força e expressa agressividade, características construídas como masculinas.

Silvia Yannoulas (2011) destaca que as construções de espaços e características, delimitadas como masculinas (força, agressividade) e femininas (fragilidade, afetividade), atribuíram a mulheres, na esfera privada, o cuidado com a família e a maternidade; os homens, no espaço público, precisam mostrar sua força de produtividade e independência. A autora escreve que, “[...] com base nessa identidade feminina, foi legitimada a discriminação das mulheres, em diversos âmbitos – mercado de trabalho, política, cultura, entre outros.” (YANNOULAS, 2011, p.275).

Ângela Souza e Márcia Menezes (2013) apresentam importantes considerações a respeito da inserção das mulheres em espaços construídos historicamente, socialmente e culturalmente para os homens. As autoras problematizam as ausências e/ou invisibilidades das mulheres na matemática, nos âmbitos da pesquisa e do ensino superior, mostrando que desqualificar as capacidades das mulheres para ocupar estes espaços pode ser considerado “[...] uma grande ‘armadilha’ no jogo de interesses e poder.” (SOUZA; MENEZES, 2013, p. 107).

Com isso, ao analisar a presença das mulheres como jogadoras de futebol, percebe-se que a discriminação antecede a prática em si, visto que, ao acompanhar determinado percurso histórico do futebol no Brasil, é possível observá-las nas arquibancadas, na posição de apreciar e aplaudir o espetáculo que é de hegemonia masculina. Na sua obra *o Negro no Futebol Brasileiro*, Mário Rodrigues (1964, p.23-24) faz referência à participação das mulheres nas arquibancadas assistindo aos jogos de futebol dos homens numa posição passiva: “[...] na arquibancada, sentadas, abrindo e fechando os leques, sérias, sorridentes, quietas, nervosas, como que ficavam em exposição [...] tudo estava mesmo muito certo, muito direito [...] filhos no campo, as filhas nas arquibancadas [...]”. A descrição da posição das mulheres que assistiam aos jogos de futebol dos homens como um evento social instiga refletir sobre os espaços cabíveis para elas em contexto patriarcal.

Heleieth Saffioti (2011) considera que o patriarcado não está apenas no poder exercido pelos homens (patriarca) sobre as mulheres, mas na sociedade como um todo. A autora argumenta que o funcionamento da máquina patriarcal não necessita da presença do patriarca para funcionar, pois “[...] as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado.” (SAFFIOTI, 2011, p.54).

Estas relações assimétricas atravessaram séculos e ajudam a compreender a manutenção de padrões desiguais que seguiram ao longo da história e se perpetuam como geradores de violência e sofrimento. Segundo Marcelo Noronha (2010), existe uma crescente presença das mulheres nos estádios e nos cadastros de sócias torcedoras nos clubes, no entanto, o espaço ocupado por elas se limita às arquibancadas e raramente participam do processo de gestão das instituições esportivas, ou seja, permanecem em um ambiente dominado por homens.

E o que acontece quando as meninas que não ganharam bolas de futebol e nem camisetas de time, consideradas frágeis e delicadas, decidem sair da posição de espectadoras e encontram no futebol a possibilidade de ter uma profissão? Com a prática do futebol profissional por mulheres, percebe-se a tentativa de ruptura de modelos sustentados em relações assimétricas e desiguais de gênero, sendo o futebol uma forma de trabalho com predominância de homens. Muitas das representações que são construídas sobre as mulheres estão relacionadas com a divisão sexual do trabalho e, a partir de uma hierarquia de gênero, passam a definir as dificuldades e desigualdades vividas por elas (BIROLI, 2018).

Neste contexto e pensando no que foi apresentado anteriormente, a pesquisa proposta tem como tema e busca indagar, a partir de uma perspectiva de gênero e da divisão sexual do trabalho, quais são as limitações e as possibilidades vivenciadas por mulheres na participação como jogadoras no time de futebol feminino do Criciúma Esporte Clube¹? Como objetivo geral, buscou compreender, a partir de uma análise de gênero e da divisão sexual do trabalho, quais são as limitações e possibilidades vivenciadas por mulheres na participação como jogadoras no time de futebol feminino do Criciúma EC. Como objetivos específicos, pretendeu: problematizar relações de gênero e seus efeitos no caminho percorrido pelo futebol feminino no Brasil, a partir de reflexões acerca das relações de trabalho; descrever a trajetória de formação do Criciúma EC e de inclusão do time de futebol feminino no clube; com base em teorias de gênero e da divisão sexual do trabalho, analisar relações de trabalho, trajetórias

¹ Criciúma Esporte Clube: Criciúma EC.

e as perspectivas de jogadoras de futebol do Criciúma EC, considerando limites e possibilidades vivenciadas.

O Criciúma Esporte Clube é um Clube brasileiro de futebol sediado na cidade de Criciúma, ao sul do estado de Santa Catarina. No período da pesquisa, disputava a série C do Campeonato Brasileiro e na ocasião de conclusão da pesquisa, o time de futebol masculino do Criciúma EC conseguiu o acesso a série B do Campeonato Brasileiro. O Clube é conhecido nacionalmente pela sua característica de formador de atletas e tem entre suas principais conquistas o título de campeão da Copa do Brasil no ano de 1991.

A realização de uma pesquisa que busca compreender o futebol praticado por mulheres, no campo dos estudos de gênero e da divisão sexual do trabalho, justifica-se pelo fato de acreditar que poderá fomentar ainda mais a reflexão e a análise em torno da exclusão histórica das mulheres de diversos espaços sociais, inclusive nos esportes, especificamente no futebol, prática esportiva dominada por homens. A pesquisa teve como foco o futebol feminino na instância do alto rendimento esportivo. Conforme a Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998 “que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”, a prática esportiva se divide, conforme sua finalidade, em três dimensões, sendo elas: educacional, lazer e rendimento. O rendimento esportivo caracteriza-se pela intensidade de treinamentos, remuneração financeira e visibilidade dos meios de comunicação de massa.

O interesse pela pesquisa sobre a temática surgiu através da motivação em compreender empiricamente como as questões de gênero permeiam as relações sociais e delimitam espaços de mulheres jogadoras de futebol. Como psicóloga do esporte no time de futebol masculino do Criciúma EC, durante os anos de 2013 - 2019 e atuando, também, com o time de futebol feminino do mesmo Clube, nos anos de 2018 e 2019, surgiu a necessidade de buscar, no campo teórico, referências para compreender a constituição das mulheres como jogadoras de futebol, seus anseios, dificuldades e motivações, bem como colaborar para que elas pudessem refletir sobre o processo de inserção e participação das mulheres no futebol.

Durante a minha atuação como psicóloga na área esportiva, foi possível observar discrepâncias significativas entre os times de mulheres e de homens, conotando o quanto elas enfrentam dificuldades quando buscam espaço em um universo profissional dominado por homens. Além disso, um sentimento de impotência envolve a minha prática, posto que a naturalização das relações desiguais de gênero se constrói em diferentes contextos socioculturais e, por muitas vezes, nem se quer chegam a ser questionadas. Além da introdução e das considerações finais, a apresentação da dissertação foi organizada em cinco capítulos. Optou-se por apresentar os procedimentos metodológicos em um capítulo

específico, considerando a importância do detalhamento do trabalho de campo, dos instrumentos utilizados para a construção e análise das informações obtidas, da apresentação e caracterização das atletas entrevistadas para a pesquisa. No terceiro capítulo, são descritas trajetórias do futebol profissional na cidade de Criciúma, com base em registros acerca da criação e da consolidação do Criciúma EC, da participação das mulheres como jogadoras de futebol com trajetórias distintas das dos homens.

No capítulo quarto, foi retomado a início da trajetória das jogadoras de futebol, analisando as desigualdades de gênero vivenciadas da infância à juventude. O capítulo cinco apresenta articulações entre o futebol feminino, a precarização do trabalho e o sofrimento psicossocial. Por meio da análise das relações de trabalho que constituem as trajetórias das participantes, foram problematizadas condições estruturais e socioeconômicas do trabalho, bem como situações de sofrimento.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O CAMINHO PERCORRIDO NA PESQUISA

Neste capítulo, conforme indicado no texto da introdução e em conformidade com os objetivos do estudo, pretende-se elucidar o caminho percorrido para a realização da pesquisa, de modo a detalhar o trabalho de campo, os instrumentos utilizados para a construção e análise das informações obtidas, a apresentação e caracterização das atletas entrevistadas para a pesquisa.

2.1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

A pesquisa realizada foi de orientação etnográfica, por meio da observação participante, entrevistas individuais e grupo focal. Roberto Oliveira (2000) se refere à importância do olhar etnográfico do/a pesquisador/a sustentado por um conhecimento bibliográfico que possibilite uma posição investigativa, partindo de um olhar sustentado na teoria. Na construção de uma pesquisa científica, o método é o caminho que permitirá chegar a um determinado objetivo, na medida em que reúne uma série de procedimentos intelectuais e técnicos fundamentais para orientar o/a pesquisador/a no decorrer da investigação (GIL, 2008). A escolha do método está relacionada com os objetivos propostos e com a identificação do/a pesquisador/a com determinado conjunto de procedimentos metodológicos.

Marina Marconi e Eva Lakatos (2010) destacam que o método etnográfico revela a possibilidade que o/a pesquisador/a tem de conhecer de forma aprofundada o grupo pesquisado, desde o estilo de vida, a cultura, o meio social, o comportamento, entre outras características e especificidades, o que vem ao encontro dos objetivos da presente pesquisa junto ao time de jogadoras de futebol do Criciúma EC. Segundo Oliveira (2000), para a realização de uma etnografia, considera-se de grande relevância o olhar, o ouvir e o escrever. O autor apresenta o processo em duas etapas: a primeira refere-se ao “estando lá”, considerado como o olhar e o ouvir do pesquisador, quando está em campo e realiza observações e entrevistas; a segunda etapa consiste no “estando aqui”, como o ato de escrever e textualizar os fenômenos que foram vistos e ouvidos.

A etnografia supõe uma descrição densa da realidade pesquisada, em que o olhar e o ouvir se complementam. Por meio do olhar, o/a pesquisador/a irá observar um grupo social

específico, anteriormente construído por ele/a com base na teoria. No entanto, para alcançar as relações sociais deste determinado grupo, o olhar precisa ser complementado pelo ouvir, pois a entrevista possibilita um encontro etnográfico. Posteriormente, o olhar e o ouvir se articulam no processo indissociável da organização do pensamento pela escrita, que vai possibilitar analisar e sustentar o trabalho de campo que se mantém presente neste processo (OLIVEIRA, 2000).

A escolha pela etnografia se justifica por entendê-la como um caminho potente para se pensar a prática de futebol feminino, a partir da realidade das mulheres. Para isso, a proximidade com as mulheres jogadoras de futebol e a participação em suas rotinas possibilitou conhecer melhor o grupo. Ao mesmo tempo, considera-se de grande importância proporcionar visibilidade ao grupo de jogadoras pela pesquisa, bem como ouvir a voz das mulheres, por meio da relevância atribuída às narrativas de suas vivências.

Para que se entenda cada passo da pesquisa, cabe ressaltar que a escolha dos instrumentos considerou a importância de uma aproximação e interação com as jogadoras de futebol, o que Roberto Richardson (2017, p. 223) vai chamar de “interação face a face”, como uma possibilidade de realizar uma comunicação efetiva e estreitar relações, com o intuito de ampliar possibilidades de compreensão em torno do tema pesquisado. Para a obtenção das informações, como procedimentos de pesquisa, foram utilizadas observação participante com registro em diário de campo, entrevistas individuais semiestruturadas e grupos focais com jogadoras.

Cabe ressaltar que considerando a situação pandêmica da COVID-19, foram seguidos todos os protocolos de biossegurança, envolvendo a realização da entrevista em ambiente arejado, uso de máscaras, distanciamento de 1,50m entre entrevistadora e entrevistadas, álcool gel, não compartilhamento de objetos, tais como canetas, copos, alimentos, aparelhos celulares, entre outros. No que se refere aos aspectos éticos, após o aceite da realização da pesquisa junto ao Clube de Futebol, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNESC. Os procedimentos éticos foram seguidos conforme as orientações vigentes.

Oliveira (2000, p. 24), ao referir-se a etnografia, apresenta a observação participante como um instrumento de grande valia e “[...] que o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo que não impeça a necessária interação”. Segundo Marconi e Lakatos (2010), a observação participante consiste na presença efetiva do/a pesquisador/a no grupo pesquisado, a fim de fazer parte das vivências

do grupo. As autoras destacam a importância de deixar claro os objetivos e a relevância da pesquisa, de se estabelecer um vínculo de confiança entre pesquisador/a e o grupo. Nesta pesquisa, a observação participante consistiu no acompanhamento da rotina das atletas, acompanhando os treinos e jogos com frequência semanal, entre os meses de maio a agosto de 2021.

Como parte do processo de observação, foi utilizado um diário de campo que se constitui como um instrumento fundamental para registro de impressões, sentimentos e situações observadas durante a pesquisa. Desde o primeiro encontro com as participantes, a pesquisadora utilizou o diário como recurso para fazer anotações acerca da rotina da pesquisa (VÍCTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000). As informações registradas, posteriormente, servirão de subsídios para realizar a análise, juntamente com as demais técnicas utilizadas (OTÁVIO NETO, 2011). Para tanto, é importante que a pesquisadora faça um registro cronológico das informações e tenha uma rotina de anotações, que incluam todas as informações, inclusive, as que parecem ser irrelevantes e que podem posteriormente contribuir de forma considerável no processo analítico. Cabe ressaltar que as observações seguidas das anotações no diário de campo auxiliaram na ampliação do conhecimento acerca da realidade pesquisada e a entender melhor a rotina das entrevistadas, bem como foram de suma importância durante a análise das entrevistas individuais e do grupo focal.

Em relação à entrevista semiestruturada, Richardson (2017) descreve que o principal objetivo do instrumento é a coleta de dados qualitativos, permitindo compreender de forma mais aprofundada o tema pesquisado. Para isso, considera-se importante a construção de um guia com perguntas abertas e temas relacionados aos objetivos da pesquisa (cf. Apêndice A), que podem sofrer alterações conforme a conversação com o/a entrevistado/a. O primeiro contato para agendar as entrevistas foi realizado com a técnica do time. Na ocasião, foram apresentados os objetivos da pesquisa e as entrevistas previamente agendadas conforme disponibilidade das jogadoras. Antes de iniciar as entrevistas, os objetivos da pesquisa foram explicados para as jogadoras de forma individual, bem como a solicitação para a gravação da entrevista em áudio para um maior detalhamento das informações e construção da análise. Como parte dos procedimentos éticos, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi lido e assinado por todas as atletas que aceitaram participar da pesquisa. Foram entrevistadas dez atletas, com idades entre 18 e 22 anos.

As entrevistas ocorreram entre os meses de maio e junho. Duas delas foram realizadas nas arquibancadas do ginásio de esporte Colombo Machado Salles que fica ao lado do alojamento das jogadoras, em momento que não estava sendo utilizado para treinos. Oito

entrevistas aconteceram em uma sala próxima do alojamento das jogadoras e anexo ao Estádio Heriberto Hulse. A escolha do local considerou o fato de se tratar de um espaço livre de interferências, que pudesse garantir as questões éticas e de sigilo que orientaram a pesquisa. Além disso, a escolha do local levou em conta a intensa rotina das atletas e as entrevistas ocorreram nos intervalos entre os treinos e aulas, sendo realizadas no período da tarde e da noite.

Quanto aos grupos focais, segundo Leny Bomfim (2009), constituem-se em espaços de discussões e trocas de experiências, o debate entre os/a participantes é incentivado pelo/a pesquisador/a, com objetivo de fazer emergir percepções, opiniões e sentimentos de integrantes do grupo, frente a um determinado tema, com o intuito de possibilitar uma reflexão crítica e coletiva. De acordo Catherine Pope e Mays Nicholas (2009), os grupos focais tendem a atingir elementos que outros procedimentos não conseguem, no sentido de que possibilitam compreender de forma aprofundada a realidade do grupo pesquisado. É válido ressaltar que muito se ganha com as discussões e discordâncias dos/a participantes dos grupos.

Segundo Ceres VÍctora, Daniela Knauth e Maria Hassen (2000), para que se tenha sucesso na técnica de grupos focais é necessário ter um foco, isto é, um tema e/ou um grupo específico a ser pesquisado. Nesta pesquisa, o tema diz respeito a limitações e possibilidades vivenciadas por jogadoras que integram o time de futebol do Criciúma Esporte Clube, em uma perspectiva de gênero e da divisão sexual do trabalho. Referente a características dos grupos focais, Bomfim (2009) resalta que o tempo de duração do grupo deve variar entre um tempo mínimo de 90 min e um tempo máximo 110 minutos, com um número de participantes, entre seis e 15 pessoas. Além disso, o uso de gravadores é imprescindível para que posteriormente se realize a transcrição.

Cabe ao/a facilitador/a dos grupos focais, encorajar os/a participantes, não deixar que o assunto principal se desvie, garantir a participação de todos/a e, apesar de não ter controle total das variáveis, ter cuidado para que o meio externo, o ambiente não influencie na fala dos/a participantes. Assim, será possível garantir que os locais para desenvolvimento dos grupos proporcionem bem-estar aos participantes, sem intervenções de fatores externos (BOMFIM, 2009).

Para esta pesquisa, o grupo focal foi formado com as mesmas dez jogadoras que realizaram as entrevistas individuais. O grupo foi previamente agendado com a técnica do time e com as entrevistadas, conforme a disponibilidade e considerando o período que as atletas não tinham treino. O grupo focal ocorreu no dia 26 de junho de 2021 de manhã, no

auditório do Estádio Heriberto Hulse, com um tempo de duração de, aproximadamente, 1h20min e seguiu um roteiro previamente elaborado (cf. Apêndice B). As entrevistas individuais e o grupo focal foram de suma importância para a pesquisa. Além disso, para compor o estudo, também foram localizados e analisados legislações, matérias de jornais, imagens, campanhas publicitárias, entre outros documentos.

A análise seguiu uma abordagem qualitativa, que busca uma aproximação do grupo pesquisado e considera em larga escala os estados subjetivos das participantes. Pope e Nicholas (2009) escrevem que a pesquisa qualitativa aborda métodos múltiplos, sua preocupação está focada de maneira ampla no significado e no modo como as pessoas compreendem o mundo que as cerca. É um tipo de pesquisa que não tem como foco a soma de dados ou a contabilização de números, mas a compreensão de fenômenos sociais, de uma realidade dinâmica, mutável e em movimento. Pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas. Ao se referir a características de uma pesquisa qualitativa, John Creswell (2010) cita a presença do pesquisador de forma intensa entre os participantes e destaca a importância da utilização de múltiplas fontes de dados, de uma lente teórica para a interpretação do que se enxerga, ouve e entende.

As informações foram analisadas por meio da Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2011), organizada a partir da descrição ou preparação do material, a inferência ou dedução e a interpretação. Bardin (2011) destaca a importância da pré-análise, que pressupõe a realização de uma leitura flutuante do material pesquisado, como primeira leitura e contato com os materiais, para que possa escolher os documentos (relatos transcritos), relacionando-os com a formulação da hipótese, na tentativa de responder aos objetivos desta pesquisa e se constituindo assim uma análise reflexiva (BARDIN, 2011).

Em um primeiro momento todas as entrevistas individuais gravadas foram transcritas, bem como o registro do grupo focal. Após, foi realizado a leitura de todo o material e, de forma específica, desenvolvida uma análise temática, com ênfase nos temas emergentes das narrativas das participantes que constituíram categorias analíticas, identificados pela concentração de relatos amalgamados e pela intensidade com que apareceram. As informações produzidas no grupo focal e nas entrevistas individuais, inicialmente, foram analisadas de forma vertical (uma a uma) e, posteriormente, na horizontalidade, cruzando-se com o grupo focal, para identificar as categorias que ganharam força nas discussões (BARDIN, 2011), como detalhado nos capítulos seguintes.

2.2 CARACTERIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Conforme informado, as participantes da pesquisa foram dez jogadoras de futebol do Criciúma EC, que consentiram livremente em participar. As duas tabelas abaixo trazem uma caracterização geral e profissional das participantes.

Tabela 1 - Caracterização geral das participantes da pesquisa

Idade	Número de participantes
18 anos	02
19 anos	06
21 anos	01
22 anos	01
UF de origem	Número de participantes
MT	01
PR	02
RS	01
SC	01
SP	05
Estado civil	Número de participantes
Solteira	10
Escolaridade	Número de participantes
Superior Incompleto cursando	07
Superior Incompleto sem cursar	03

Fonte: Informações obtidas nas entrevistas individuais.

Tabela 2 – Caracterização profissional das participantes

Idade de início dos treinos de futebol	Número de participantes
7-8 anos	07
9-10 anos	02
13-14 anos	01
Posição como jogadora em campo	Número de participantes
Atacante	04
Lateral	02
Meio campo	01
Volante	01
Zagueira	02
Número de clubes que jogou	Número de participantes
1 clube	02
2 a 3 clubes	05
4 clubes ou mais	03

Tempo de ingresso no Criciúma Esporte Clube	Número de participantes
Menos de 5 meses	06
2 a 3 anos	01
4 a 5 anos	03
Tipo de vínculo de trabalho	Número de participantes
Ausência de contrato	10
Fonte de remuneração	Número de participantes
Ajuda de Custo	03
Bolsa Atleta	01
Estágio	01
Sem remuneração	05

Fonte: Informações obtidas nas entrevistas individuais.

Pela descrição, nota-se que as participantes tinham idades entre 18 e 22 anos, estado civil solteira e sem filhos/a. A maioria oriunda do estado de São Paulo. Em relação à escolaridade, predominou o superior incompleto e todas recebiam bolsas de estudos. Devido a mudança de cidade, algumas delas estavam sem estudar e deverão retomar os estudos no 2º semestre de 2021.

Tratando-se do tempo de ingresso no Criciúma EC, quatro das participantes estavam no time no período corresponde de dois a quatro anos, seis a menos de cinco meses. Quanto ao vínculo com o Clube nenhuma das atletas tinha contrato profissional. Do total, três participantes contavam com o auxílio de empresários. Cabe ressaltar que durante o período das entrevistas todas as jogadoras estavam disputando o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino A2 na categoria profissional. Para uma apresentação mais detalhada das participantes, seguem informações reunidas individualmente por atleta, conforme a ordem das entrevistas, identificadas numericamente como Atleta 1, Atleta 2, Atleta 3, Atleta 4, Atleta 5, Atleta 6, Atleta 7, Atleta 8, Atleta 9 e Atleta 10. A nomenclatura A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9 e A10 será utilizada nos demais capítulos analíticos.

Atleta 1

A Atleta 1 no momento da entrevista estava com 19 anos. Era a filha mais velha de um casal com três filhos e residia em São Paulo, com os pais e os irmãos. Durante a infância, começou a jogar futebol na rua com os meninos, muito pelo incentivo dos tios maternos que gostavam de futebol, assim como toda a família. Até os seus 14 anos, não tinha dimensão de como funcionava o futebol feminino e por vezes chegava a pensar que tinha apenas a seleção brasileira. Com 14 anos entrou para uma escolinha de futebol onde

continuou jogando com os meninos e aperfeiçoando a sua técnica. Ainda com 14 anos, foi chamada para fazer um teste em um time de futebol feminino. Passou na avaliação e se manteve no clube.

Com 17 anos, passou a jogar no time profissional do clube, o qual ficou até o ano de 2020, quando o time encerrou as atividades. Apesar das dificuldades sofridas envolvendo a falta de estrutura, A1 considera a experiência vivida muito satisfatória e como pontos positivos apontou o fato de ter participado de campeonatos importantes contra equipes renomadas, bem como ter assinado com um empresário que lhe auxiliou a se manter no futebol e a se inserir no time do Criciúma, em abril de 2021.

No Criciúma, quando a entrevista foi realizada, ainda não tinha contrato de trabalho e acerto de um salário. Sua renda provinha do trabalho como gandula dos jogos do time de futebol masculino do Clube. Dividia sua rotina entre os treinos de futebol e as aulas na faculdade de Educação Física, cursada como bolsista do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do quinto semestre. Informou que falava inglês fluentemente e que via no futebol uma possibilidade de morar e estudar nos Estados Unidos da América (EUA), sendo este um estilo de vida que gostaria de ter.

Atleta 2

A Atleta 2 no momento da entrevista estava com 18 anos. Era a segunda filha de um casal com duas filhas e residia em São Paulo Capital. Estava no Criciúma EC desde o mês de abril de 2021. Era a primeira vez que morava distante de casa. Na primeira semana, relatou que encontrou dificuldades para se adaptar, mas que já se sentia feliz e que o time parecia uma família. Dividia a sua rotina entre os treinos de futebol no Criciúma EC e os estudos da 3ª fase do curso de Educação Física que cursava na Universidade de São Paulo (USP), de forma integral e devido a pandemia no formato online.

Relatou que não tinha ninguém na sua família que jogava futebol, mas que recebeu incentivo do pai e do tio que gostavam de jogar de forma recreativa. Citou que seu pai gostava tanto de futebol que gostaria de ter tido um filho para jogar futebol, mas aí começou a gostar e, desde os nove anos, treinava de forma regular com os meninos. Com 10 anos, passou a integrar um time de futebol feminino no Centro Olímpico mantido pela prefeitura. Quando tinha 15 anos, o time do São Paulo precisava de um time de futebol feminino. Sendo assim, ela e todo o time do Centro Olímpico, que estavam alcançando bons resultados em campo, passaram a representar o time.

Jogou no São Paulo por aproximadamente quatro anos. Sua saída ocorreu quando ela realizou a transição para a equipe profissional e não se sentiu bem com situações vivenciadas, que não eram compatíveis com seus valores e então veio para o Criciúma. Relatou que nunca enfrentou dificuldades financeiras no futebol, uma vez que pode sempre contar com o apoio da família. No entanto, disse que acompanhava as situações de colegas que muitas vezes não tinham dinheiro para ir treinar. No São Paulo começou a receber uma ajuda de custo e depois um salário. No Criciúma EC., sua situação contratual não estava definida. Acertou um valor salarial, mas ainda não tinha recebido.

Atleta 3

A Atleta 3 no momento da entrevista estava com 19 anos. No interior de São Paulo, residia com a mãe, o pai, os três irmãos mais velhos, a sobrinha e a avó. Desde o ano de 2017, passou a morar na cidade de Criciúma para jogar futebol. Começou a jogar futebol com aproximadamente oito anos de idade. Contou que recebeu o incentivo principalmente da mãe e dos irmãos que também treinavam futebol, mas nenhum irmão conseguiu alcançar o futebol profissional. Até os seus 12 anos, treinava com os meninos, depois disso passou a treinar em uma cidade vizinha com um time de meninas. Com 14 anos, por intermédio de uma amiga que tinha realizado e foi aprovada em um teste no Criciúma, fez também um teste no time e foi aprovada. Desde então passaram a morar na cidade de Criciúma.

Lembrou que na época treinavam no colégio Rogacionista e nas quadras da Fundação Municipal de Esportes (FME), conta que as condições eram muito difíceis, que moravam numa casa com um número grande de atletas e que passou muita dificuldade financeira. Relatou que a situação do time começou a melhorar quando, em 2018, elas foram morar nos apartamentos frutos de uma parceria da FME com o Criciúma Esporte Clube.

Na ocasião da entrevista, não recebia bolsa, não tinha contrato e nem salário. Sua renda era proveniente de uma ajuda de custo que recebia da Associação Desportiva Pé na Bola Cabeça na Escola (ADPBCE) e de quando gandulava jogos do time de futebol masculino. Dividia a sua rotina entre os treinos de futebol e a faculdade de Educação Física, a qual cursava a terceira fase.

Atleta 4

A atleta 4 era natural do Paraná, residia com os pais e o irmão mais velho. No momento da entrevista, estava com 18 anos. Começou a treinar futebol por incentivo do pai. No início, brincava de futebol com os meninos da sua cidade, pois não tinham muitas meninas

que gostavam de jogar. Com 13 anos, após ter sido aprovada em uma peneira (seleção para times de futebol), saiu de casa e foi morar no alojamento do time de futebol feminino da Chapecoense.

No ano de 2019, recebeu uma proposta do time do Internacional e foi morar em Porto Alegre. Por conta da pandemia, retornou para casa no ano de 2020 e com o término do contrato com o time, em dezembro do mesmo ano, resolveu aceitar a proposta do time do Nápole. Esclareceu que, como o Nápole não cumpriu com o acordo que tinha feito de profissionalização e ela não estava jogando como titular, decidiu vir para o Criciúma EC em abril de 2021. Combinou de receber um valor por mês, mas não tinha contrato e nem carteira assinada. Devido a trocas de time, optou por trancar o curso de fisioterapia, mas disse que pretendia retomar ainda este ano com a bolsa oferecida pelo time do Criciúma.

Atleta 5

A Atleta 5 no momento da entrevista estava com 21 anos. Terceira filha de uma família de três filhos, residia com seus pais em São Paulo. Começou a praticar futebol ainda na infância por incentivo dos irmãos que treinavam, mas que não conseguiram se inserir em um time de futebol profissional e desistiram dos treinos para trabalhar e ajudar nas despesas de casa. Com 7 anos passou a jogar na mesma escolinha de futebol dos irmãos. Quando a escolinha fechou, o técnico sugeriu que ela continuasse treinando em um time de futebol feminino. Então, com 14 anos, treinou pela primeira vez em um time de meninas. Iniciou na categoria SUB-15 e ficou até o SUB-20, por aproximadamente três anos. Com o objetivo de ganhar maior visibilidade e disputar mais campeonatos, foi jogar no Juventus, onde disputou o Campeonato Paulista e o Campeonato Brasileiro A2. Após o término dos campeonatos, o Clube encerrou as atividades do futebol feminino.

A atleta relatou que se viu perdida e sem time, firmou uma parceria com um empresário que conseguiu que ela viesse para o Criciúma EC em abril de 2021. Veio para o Criciúma EC sem uma proposta e/ou contrato de trabalho. Seu objetivo era disputar os campeonatos para ganhar visibilidade e tentar no próximo ano conseguir algo melhor. Na ocasião da entrevista, sua renda era oriunda do trabalho de gandula que realizava nos jogos do futebol masculino do Clube.

Atleta 6

A Atleta 6 residia com seus pais em São Paulo e, na ocasião da entrevista estava, com 19 anos. Relatou que desde criança sonhava em ser jogadora de futebol e a família sempre proporcionou apoio e condições para que seu sonho se tornasse realidade. Começou a jogar futebol por incentivo do pai e tem primos que jogam futebol profissional. Ainda criança, começou a treinar futebol com os meninos. Por volta dos 13 anos, passou a treinar em um time de futebol feminino em SP, até que surgiu a oportunidade fazer um teste em Criciúma, aprovada, passou a morar na cidade em junho de 2017.

Destacou que quando chegou, o time representava o colégio Rogacionista em uma parceria com a prefeitura municipal, que a estrutura oferecida para as atletas era ruim e foi preciso muita luta para mudar a realidade e ter mais condições relacionadas ao futebol feminino. Com a entrada do Criciúma EC, em 2018, contou que melhorou muita as condições de trabalho e hoje elas têm um bom alojamento, alimentação, campo de treino e transporte adequados com as suas necessidades. Lembrou que ficou muito feliz por vestir um uniforme com a cor do Criciúma EC, pois antes representavam a cidade de Criciúma e não o clube e com isso o tom do amarelo do uniforme era diferente, o que fazia com que as pessoas questionassem e ela se sentia incomodada.

Em relação ao vínculo de trabalho, dividia sua rotina entre os treinos de futebol e a faculdade. Relatou que não tinha contrato com o Criciúma EC, que recebia a bolsa de estudos na universidade e a bolsa atleta de uma competição em que ficaram numa boa colocação. Relatou que a maior dificuldade durante a sua caminhada no futebol foi a distância de casa. Quanto às maiores realizações, destacou o amadurecimento pessoal e a possibilidade de estar jogando no alto nível esportivo, contra atletas que tem como referências.

Atleta A7

Na ocasião da entrevista, a Atleta A7, que era filha única, estava com 22 anos. Sua identificação com o futebol foi passada de geração em geração, uma vez que seu bisavô, tios, primos e a sua mãe já jogaram futebol. Disse que cresceu vendo e ouvindo futebol. Com sete anos, começou a jogar futebol com os meninos e com 13 anos passou a treinar com o time de futsal feminino em Criciúma, onde ficou até os 18 anos. Relatou que em uma viagem de férias para casa de sua madrinha que reside no Chile, enquanto jogava futebol com os meninos na rua, foi convidada por um treinador do bairro para fazer um teste no time de futebol feminino do Chile. Como estava desanimada com o futebol no Brasil e já tinha pensado várias vezes em desistir, em decorrência de problemas pessoais que interferiam no seu desempenho em

campo, inclusive com lesões repetidas, resolveu aceitar. A partir daí, foi a primeira vez que jogou futebol de campo e passou a conciliar os campeonatos de futsal e de futebol de campo.

Referente à profissionalização do futebol feminino no Chile, relatou que está muito atrás do Brasil, que não tinha contrato e que quando recebia salário este vinha dos treinadores. Com saudades de casa, no ano de 2020, decidiu retornar para o Brasil, com a ajuda do seu empresário conseguiu um contrato de trabalho no time do América Mineiro, com carteira de trabalho assinada e um salário mensal. Foi a primeira vez que jogou profissionalmente futebol no Brasil.

No América Mineiro, ela não conseguiu se desempenhar bem e foi desligada no final de 2020. Diante da situação, relatou que a ideia inicial era sair do país novamente, mas fez contato com a técnica do Criciúma, Clube que iniciou no futebol, que solicitou que A7 ficasse treinando no time para manter a sua preparação. Em maio de 2021, foi convidada pela técnica para participar do Campeonato Brasileiro da série A2 representando o Criciúma EC. Como no Criciúma, não tinha contrato de trabalho, foi preciso rebaixar a sua carteira de atleta profissional para amadora. A situação de não estar recebendo salário a preocupa, pois é responsável pelo sustento da casa. A atleta diz que a instabilidade em torno do futebol feminino acarreta problemas emocionais e por consequência um mal rendimento em campo.

Atleta 8

No momento da entrevista, a Atleta 8, estava com 19 anos. Morava em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul com seus pais. Relatou que sua irmã já tinha casado e os seus dois irmãos tinham saído de casa para a região urbana da cidade em busca de emprego e melhores condições de vida. Em sua família, a única pessoa que tinha uma ligação com o futebol era a sua avó, que quando jovem gostava de jogar. Observou que desde os oito anos de idade jogava futebol na rua com os meninos. Quando estava no 9º ano, relatou que apareceu em sua escola um homem para fazer uma peneira (nome dado para as avaliações que selecionam jogadores/as de futebol), mas para participar era necessário pagar uma taxa. Como não tinha o dinheiro, ligou para sua mãe que conseguiu o valor emprestado para que ela pudesse realizar a avaliação.

Disse que ficou com muito medo de fazer o teste, pois tinha receio de desperdiçar o dinheiro da família. Foi aprovada no teste e encaminhada para outro local com a finalidade de realizar a segunda seleção. Foi novamente aprovada. Relatou que precisou mudar de cidade para jogar no time e que foi um processo muito difícil, mas que convenceu seus pais a saírem do interior para morar em uma cidade próxima ao Clube. Com 13 anos, participou de vários

campeonatos. Quando tinha 17 anos, jogou o Campeonato Estadual denominado Gauchão e foi muito bem nesta competição. Com o bom desempenho, surgiu a oportunidade jogar no Criciúma EC e se mudou para a cidade de Criciúma no ano de 2019.

Na ocasião da entrevista, dividia sua rotina entre os treinos de futebol e as aulas do curso de Educação Física, o qual está cursando a 3ª fase. Quanto ao vínculo com o Criciúma EC, relatou não tinha contrato profissional e recebia uma bolsa atleta por ter ficado em uma boa colocação em determinada competição. Além disso, recebia uma bolsa de estudo na faculdade.

Relatou que a maior dificuldade enfrentada por ela, foi convencer o pai a sair do interior e ir morar na cidade, uma vez que ele e a família paterna não acreditavam que ela poderia jogar futebol. Além disso, disse que enfrenta problemas intrafamiliares envolvendo alcoolismo e violência doméstica.

Relatou que enfrentou muitos preconceitos na infância por jogar futebol. Lembrou de um momento de grande sofrimento quando os meninos com quem jogava na rua diziam que ela tinha que raspar o cabelo se quisesse jogar futebol com eles, pois se queria fazer um esporte de menino precisava parecer um menino.

Atleta 9

A Atleta 9 nasceu em Mato Grosso. Era a segunda filha de seus pais e no momento da entrevista estava com 19 anos. Relatou que com, aproximadamente, 10 anos, começou a jogar futebol com os meninos, pois no interior da cidade que morava não havia escolinha para meninas. Com isso, pediu a família que fosse residir na região urbana da cidade para que pudesse jogar futebol em uma escolinha. Como a família já tinha uma casa, decidiram mudar e ela passou a jogar em uma escolinha de futebol feminino.

Disse que começou a se destacar e o professor da escolinha a convidou para fazer uma avaliação no time do C. Ela foi aprovada e começou a treinar. Na ocasião, conheceu uma amiga que estava jogando no time de Criciúma e que tinha retornado para o Cuiabá apenas para jogar um campeonato. Por meio da amiga, fez contato com a técnica do time de Criciúma e veio acompanhada da mãe fazer uma avaliação. Foi aprovada e passou a residir no alojamento do time de Criciúma, no ano de 2017, quando tinha 15 anos.

A atleta não tinha contrato profissional com o Clube e não recebia um salário. Neste período no Criciúma EC, lesionou e passou por duas cirurgias no joelho. Em processo de tratamento, estava sem jogar futebol há aproximadamente dois anos. Relatou que o Criciúma EC pagou todas as despesas da cirurgia, do tratamento fisioterápico e médico.

Para ter uma renda mensal, começou a trabalhar de estagiária pela FME e auxilia o time nas questões administrativas. Na ocasião da pesquisa, dividia sua rotina entre a faculdade de educação física, o estágio e o tratamento na fisioterapia. Para ela, a maior dificuldade sofrida refere-se ao preconceito das pessoas que dizem que futebol não é para mulher, algo que iniciou na infância e que continua presente até os dias atuais. Destacou a instabilidade do futebol, o risco de lesionar e a distância da família.

Atleta 10

A Atleta 10, no momento da entrevista, estava com 19 anos e residia com seus pais no Paraná. Era a segunda filha de uma família de dois filhos. Relatou que a família sempre teve um grande envolvimento com futebol, que sua mãe e seu pai jogavam campeonatos de futebol da região e seu irmão mais novo (15 anos), na ocasião da entrevista, fazia parte da categoria de base de um Clube próximo da sua cidade.

Contou que começou a jogar futebol por volta dos sete anos com os meninos. A primeira vez que saiu de casa foi no ano de 2016, quando fez uma avaliação e foi aprovada no time do Foz do Iguaçu. No ano de 2017, com 14 anos, participou de uma avaliação para a Seleção Brasileira e foi convidada pelo time da Chapecoense para fazer parte do clube e lá permaneceu até o ano de 2020. No início de 2021, foi convidada para jogar um campeonato pelo time do Palmeiras e acabou não permanecendo. Então a técnica do time do Criciúma EC a convidou para integrar o time e ela aceitou. Estava desde março de 2021 no Criciúma EC.

Em relação ao salário, disse que não tem contrato de trabalho com carteira assinada e que, quando veio para o Criciúma EC, acertou um valor mensal de ajuda de custo e a bolsa de estudos na faculdade. Na ocasião da entrevista, dividia sua rotina entre os treinos de futebol e as aulas do curso de educação física, que iniciou em 2021.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTEBOL FEMININO EM CRICIÚMA E NO CRICIÚMA ESPORTE CLUBE

No presente capítulo, são descritas trajetórias do futebol profissional na cidade de Criciúma. Para tanto, foi necessário remontar registros da criação do Criciúma Esporte Clube, sua relação com o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Criciúma e sua consolidação como um time de futebol profissional masculino. Quanto à participação das mulheres como jogadas de futebol, foram identificadas trajetórias distintas ao time dos homens, de modo que foram abordadas separadamente ao longo do capítulo.

3.1 FUTEBOL EM CRICIÚMA E A CRIAÇÃO DO CRICIÚMA ESPORTE CLUBE

Conhecer trajetórias do futebol profissional na cidade de Criciúma é um caminho necessário para tratar da criação do Criciúma Esporte Clube e, inicialmente, em acordo com o objetivo da presente pesquisa, considera-se importante trazer alguns fragmentos históricos envolvendo aspectos socioeconômicos do município e que permite relacioná-las. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Criciúma localizado ao sul do estado de Santa Catarina, em 2020, apresentava uma população estimada de 217.311 pessoas. Com uma economia atual diversificada e, historicamente, associada à mineração do carvão, o município de Criciúma é conhecido nacionalmente pelo time de futebol de mesmo nome - Criciúma Esporte Clube.

Para conhecer um pouco da relação entre o município e o time, retoma-se um contexto marcado pela mineração do carvão. Conforme o historiador Carlos Carola (1997), fundada em 1880, Criciúma inicialmente era chamada de vila de São José de Cresciúma e pertencia a cidade de Araranguá. Com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a economia baseada na agricultura passou a ceder lugar ao processo de industrialização, por meio da mineração do carvão e, em 1925, transformou-se em município e, na década de 1940, já era conhecida nacionalmente como a capital brasileira do carvão.

João Zanelatto e Tiago Coelho (2017) apontam que o processo de transformação econômica de Criciúma, devido ao início da mineração das jazidas de carvão, demandou força de trabalho e, com isso, ocorreu uma migração populacional significativa, provinda de vários municípios da região e de outros estados. Em sua maioria, eram colonos e pescadores que

buscavam melhores condições de vida. No entanto, os autores mostram que a experiência do trabalho na mineração era de extrema dificuldade, homens e mulheres enfrentavam péssimas condições de trabalho, as quais ocasionavam inúmeras doenças e recorrentes acidentes.

Cabe ressaltar que os trabalhadores mineiros passaram a residir com suas famílias em vilas operárias formadas por empresas mineradoras. Em sua dissertação, Ismael Alves (2009) discute a assistência social no setor carbonífero catarinense no período, compreendido entre 1930 e 1960, e descreve com uma riqueza de detalhes a vila operária Próspera que se desenvolveu a partir da mineradora Carbonífera Próspera S. A., uma das pioneiras da região. Segundo o autor, as casas eram construídas ao redor do escritório da mineradora que ficava próximo as chamadas “bocas de mina”, o que facilitava o acesso ao local de trabalho e dispensava o uso de transporte. As construções eram de madeira velha e tinham cor escura, por conta da fuligem vinda das minas e, na maioria dos casos, comportavam famílias numerosas e no local tinham poucas árvores, pois a composição do solo contava com uma camada de pirita, que não permitia o crescimento de vegetação.

Conforme Carola (1997, p. 88), “[...] Criciúma “modernizou-se”, destruindo os recursos naturais da superfície, retirando do subsolo os pilares de sustentação da própria cidade e transformando uma boa parte da força de trabalho em verdadeira “pirita humana”. Com isso, vilas operárias foram formadas, não apenas para abrigar trabalhadores/as, mas também com o objetivo de controle e disciplina, em que, além das casas, era oferecida uma estrutura para que o trabalhador não precisasse sair das proximidades do seu trabalho. Existia um local para comprar alimentos, conhecido como armazém e/ou venda, um açougue, uma farmácia e praças esportivas com caráter recreativo.

Diante das dificuldades atreladas ao trabalho realizado nas minas de carvão, abordadas anteriormente, Michele Cardoso (2017) aponta que as praças esportivas, entendidas como práticas de entretenimento, serviam para amenizar conflitos entre patrões e empregados, uma vez que os times eram formados por trabalhadores e que, por vezes, reivindicavam seus direitos junto aos sindicatos. Como os times eram mantidos pelos donos das minas, pode-se dizer que se tornavam uma forma de controlar a classe trabalhadora. Segundo a autora praticamente toda “boca de mina” (p.61) tinha a sua praça esportiva, que posteriormente deu origem aos times de futebol da cidade de Criciúma.

Émerson Campos e Michele Cardoso (2014) buscam compreender como ocorreu o desenvolvimento do futebol na cidade de Criciúma e apontam que, dois anos antes da emancipação da cidade de Criciúma, no dia 18 de maio de 1924, foi criado o Mampituba Football Clube, de início, um clube de futebol com um espaço mais voltado para a elite, que

fortalecia os vínculos e as alianças políticas. Para o Mampituba Football Clube, a década de 1930 foi marcada por um aumento significativo no número de associados, de outras modalidades esportivas e de eventos que passaram a acontecer no clube. Em 1937, o futebol deixou de ser praticado pelos associados, devido ao interesse por outras modalidades e pelo fato de o futebol assumir aspectos mais profissionais². Segundo Renato Monteiro (2014, p. 4), no período de 1939 e 1947, “[...] foram fundados na cidade de Criciúma seis clubes de futebol: Ouro Preto Futebol Clube, Atlético Operário Futebol Clube, Esporte Clube Metropol, Esporte Clube Próspera, São Paulo Futebol Clube e Comerciário Esporte Clube [...]”.

Émerson Campos e Michele Cardoso (2014) apontam que a formação e manutenção destes times de futebol consideravam o contexto no qual estavam inseridos. Os times Atlético Operário Futebol Clube, Esporte Clube Metropol e Esporte Clube Próspera eram formados por trabalhadores mineiros, que representavam a classe operária ligada as minas; os times Ouro Preto Futebol Clube e o Comerciário Esporte Clube contavam com jogadores e torcedores que representavam uma população mais elitizada. O Ouro Preto Futebol Clube foi fundado por alguns jogadores que saíram do Mampituba Futebol Clube e o Comerciário Esporte Clube por pessoas que faziam parte da região central da cidade, eram comerciantes e profissionais liberais que vinham de outros locais (CAMPOS; CARDOSO, 2014).

O que Campos e Cardoso (2014) procuram enunciar é que o desenvolvimento econômico e político da cidade de Criciúma estava, diretamente, atrelado à fundação e à manutenção dos times de futebol, na medida em que, como visto, a criação destes times amenizava relações conflituosas entre trabalhadores e os donos das carboníferas, como a exemplo, principalmente, dos times do Esporte Clube Metropol e Atlético Operário. Cabe ressaltar que, neste período, o movimento sindical era muito organizado e os mineiros reivindicavam, por meio de greves, por melhores condições de trabalho. Para sustentar a situação financeira das minas, que oscilava conforme a situação econômica nacional e mundial, mantinha-se a exploração dos mineiros e se aproveitava da paixão pelo futebol, que envolvia jogadores e torcedores, para sufocar as reivindicações (CAMPOS; CARDOSO, 2014; CARDOSO, 2017).

Renato Monteiro (2014) tratou do processo de profissionalização do futebol em Criciúma e faz referência ao fato de que, em 05 de maio de 1948, foi criada a Liga Atlético da Região Mineira (LARM) com objetivo de coordenar o esporte da região. A LARM surgiu em

² Disponível em: <https://mampituba.com.br/historico/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

meio a construção de uma política protecionista e foi fundada por um grupo de pessoas que faziam parte da elite da cidade. Seu surgimento ocorreu no mesmo período em que a cidade de Criciúma despontava no cenário nacional como metrópole do carvão.

A partir da filiação da Liga Atlética da Região Mineira (LARM), a Federação Catarinense de Futebol (FCF) e a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), aumentaram as exigências para com os clubes e atletas associados, o que contribuiu para a diminuição do número de afiliados. Conforme classificado por comentarista da época, o futebol da cidade de Criciúma vivia um “profissionalismo camuflado”, dado que os times gratificavam apenas os jogadores que tinham maior destaque nos jogos; instaurou-se uma concorrência por jogadores e o aumento das despesas dos clubes, que precisavam investir mais no seu elenco, mas que não tinham um contrato para garantia de permanência (MONTEIRO, 2014). Neste contexto, em 20 de agosto de 1952, a LARM adotou o regime profissional de futebol e se transformou em uma liga mista, amadora e profissional.

As décadas de 1950 e 1960 mudaram as características do futebol, que passou a necessitar de maior investimento para alcançar um caráter regional e estadual, acrescida da instauração de uma crise econômica na cidade, que questionava a extração do carvão e dos recursos naturais. Diante do atual cenário, em 1970, o Metropol e o Comerciário encerram suas atividades. Muitos torcedores se sentiram órfãos de seus times. Em 1977, o Comerciário, que seguiu mantendo outras atividades de recreação, retornou aos campos (CAMPOS; CARDOSO, 2014).

O Comerciário buscou retomar o futebol com a presidência de Antenor Angeloni e enfrentou dificuldades relacionadas à falta de torcedores e patrocínios, pois não queriam investir no antigo rival. De acordo com a reportagem de Túlio Nassif (s/d)³, Antenor Angeloni nasceu em 1936, no estado de Santa Catarina, foi um empresário de sucesso no ramo supermercadista e, por quatro vezes, presidente do Criciúma EC, respectivamente, em 1963, de 1978 a 1980, 1984 e de 2010 a 2015. Conforme a reportagem, Antenor Angeloni é conhecido e muito respeitado por proporcionar ao Criciúma EC uma crescente, inclusive o acesso a elite (série A) do futebol em 2012.

Na sua primeira presidência, Antenor Angeloni sugeriu trocar o nome do Comerciário para Criciúma Esporte Clube, com o argumento de que representaria a cidade, de modo que o incentivo político e patrocínio seriam maiores. A mudança do nome Comerciário para Criciúma Esporte Clube se efetivou no ano de 1978 (CAMPOS; CARDOSO, 2014).

³ Disponível em: <https://terceirotempo.uol.com.br/que-fim-levou/antenor-angeloni-6152>. Acesso em: 01 set 2021.

Conforme Emerson Campos e Michele Cardosos (2014), o Criciúma Esporte Clube buscou se consolidar na cidade e amenizar as marcas do antigo Comerciário, no ano de 1984 trocou as cores do seu uniforme e o seu escudo. As cores da camiseta são amarelo, preto e branco. Amarelo e preto estão relacionadas com o carvão (ouro preto), o branco é a cor neutra e representa todos os times que existiam na cidade. O tigre foi escolhido como mascote do time, com base nas cores da camiseta em referência ao animal.

Figura 1 – Camisa oficial do Criciúma EC.



Fonte: <http://www.museucarvoeiro.com.br/dejogo.php>

No ano de escrita da dissertação, 2021, o Clube disputava a série C do Campeonato Brasileiro e, entre seus principais títulos, destaca-se a Copa do Brasil, conquistado no ano de 1991.⁴ Cabe ressaltar que o time foi conquistando vitórias importantes no âmbito estadual e comemorou 10 vezes o título de campeão estadual nos anos 1968, 1986, 1989, 1990, 1991, 1993, 1995, 1998, 2005 e 2013; na esfera nacional, conquistou o Campeonato Brasileiro da série B, em 2002, série C, em 2006, até a maior conquista, lembrada até os dias atuais, Campeão da Copa do Brasil de 1991, o que lhe possibilitou participar da Copa Libertadores da América, chegando a fase das quartas de final.⁵

As conquistas e o fato do Criciúma Esporte Clube representar a cidade foram colaborando para que reunisse um número maior de torcedores e passasse a disputar campeonatos entre as séries do Campeonato Brasileiro, uma trajetória marcada por acessos e rebaixamentos. Um acontecimento histórico, para um time do interior do país, ocorreu no ano de 2012, quando o Criciúma Esporte Clube conquistou o acesso a série A do Campeonato Brasileiro, considerada a elite do futebol (CAMPOS; CARDOSO, 2014).

⁴ Disponível em: <https://www.criciuma.com.br/historia>. Acesso em: 31 ago. 2021.

⁵ Disponível em: <https://www.criciuma.com.br/historia>. Acesso em: 09 ago. 2021.

Além dos destaques com o futebol profissional, o Criciúma Esporte Clube é conhecido pela formação de atletas e revelou jogadores que fizeram ou fazem parte da seleção brasileira, alcançando sucesso no futebol nacional e internacional. Para que isso fosse possível, o Criciúma Esporte Clube, visando condições adequadas para a formação integral dos atletas, por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte de número 11.438/2006 e do Decreto 6.180/2007, buscou captar recursos que possibilitaram a construção do Centro de Treinamento Antenor Angeloni, inaugurado oficialmente no ano de 2018. Cabe ressaltar que o Centro de Treinamento já vinha sendo utilizado pelos atletas profissionais e da categoria de base desde o ano de 2015.⁶

Outro fato que remete as origens dos clubes de futebol da cidade de Criciúma foi uma campanha publicitária lançada pelo Criciúma Esporte Clube, no dia 31 de julho de 2020. A campanha divulgou a nova camisa do time denominada “Carvoeira” e de cor preta, em alusão ao carvão. A campanha foi gravada no interior de uma mina, envolveu dois jogadores do time masculino e uma jogadora do time feminino. Segundo a reportagem do GE.com (2020)⁷, intitulada “De volta às origens: Criciúma homenageia os carvoeiros na nova camisa”, o objetivo da campanha foi relacionar a identidade do clube com as minas de carvão e fomentar o amor do torcedor pelo time, afastado, desde março de 2020 dos estádios, devido ao contexto pandêmico da COVID 19.

Figura 2 – Campanha de lançamento da Camisa Carvoeira – Criciúma Esporte Clube



Fonte: <https://youtu.be/L4ulcxiVA8E>

⁶ Disponível em: <https://ge.globo.com/sc/futebol/times/criciuma/noticia/criciuma-finaliza-obras-e-inaugura-centro-de-treinamento-antenor-angeloni.ghtml>. Acesso em: 09 ago. 2021.

⁷ Disponível em: <https://ge.globo.com/sc/futebol/times/criciuma/noticia/de-volta-as-origens-criciuma-homenageia-os-carvoeiros-na-nova-camisa-confira-fotos.ghtml>. Acesso em: 19 ago. 2021.

Na trajetória descrita anteriormente, foi possível identificar caminhos percorridos na criação do Criciúma EC e o quanto sua formação está atrelada a especificidades da economia local. A imagem da campanha de lançamento da “Camisa Carvoeira” remete à força dos trabalhadores do carvão e a que é necessária aos jogadores em campo. É repetida no hino do Clube pelas palavras “força, garra e coração”, também, estampadas na parte de trás da camiseta. De um time que inicialmente representava um bairro do centro de Criciúma, passou a representar a cidade e, pela representação, estabelece relação com o carvão, sobretudo, na dimensão econômica que aciona.

Em linhas gerais, foram apresentadas considerações sobre a criação do Criciúma EC, seu processo de profissionalização no futebol e processos para se consolidar como time de futebol masculino. Quanto à inclusão de jogadoras e formação de um time feminino profissional no Criciúma EC, foram identificadas trajetórias e dificuldades muito distintas das do time masculino. O escasso acervo (documental e bibliográfico) sobre o tema sugeriu caminhos que relacionam trajetórias de participação de jogadoras no futebol em Criciúma e no Criciúma Esporte Clube. Optou-se, então, por abordá-las separadamente, considerando que contribuem para descrever e analisar alguns processos fundamentais ao estudo em foco.

3.2 FUTEBOL FEMININO EM CRICIÚMA

Há indícios de que o futebol feminino na cidade de Criciúma já acontecia em períodos muito anteriores a ações vinculadas a instituições educacionais. No entanto, pela não localização de registros específicos, a pesquisa apresenta o futebol feminino em Criciúma a partir das construções no âmbito dos esportes estudantis e universitários, que se deu com o apoio e parceria de instituições de ensino, dentre as quais a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Colégio Rogacionista Pio XII, Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (SATC) e Escola Superior de Criciúma (ESUCRI).

Nos termos da legislação esportiva, os esportes estudantis e universitários se inserem nos esportes educacionais. A Lei nº. 9.615 instituiu as normas gerais sobre desporto e, no Capítulo III, quanto à finalidade do desporto, o Artigo 3º, inciso I define:

[...] desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer [...]. (BRASIL, 1998).

Outro ponto importante a ser destacado é que o futebol feminino na cidade de Criciúma iniciou pela modalidade esportiva de futsal. No ano de 1998, atletas, estudantes da UNESC, representaram a cidade na modalidade esportiva de futsal. Uma trajetória vitoriosa pode ser identificada pelas principais conquistas, ocorridas nos anos de 1998, 1999 e 2003, respectivamente, como campeãs dos Jogos Universitários Catarinenses (JUCs), vice-campeãs dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs) e Campeãs Brasileiras do JUBs⁸.

O time representou a UNESC até o ano de 2013, posteriormente, passou a contar com apoio do Colégio Rogacionista Pio XII⁹, que já tinha uma tradição no futsal feminino com a equipe SUB-14, nos âmbitos estadual, nacional e sul americano, cinco vezes campeã de SC. Segundo a reportagem do Globo Esporte, o futsal feminino começou a ser trabalhado no Colégio Rogacionista, em 2010, na forma de um projeto social, com o objetivo de diminuir os riscos sociais, uma vez que as atletas recebiam bolsas de estudo para representarem o colégio nos campeonatos. Com os bons resultados, o time passou a receber o apoio da Fundação Municipal de Esportes de Criciúma (FME) para auxiliar em algumas despesas.

A3 durante a entrevista lembrou o período em que treinava no colégio Rogacionista. “[...] A gente treinava campo no Roga, terça, quarta e quinta, segunda e sexta a gente treinava quadra na fundação.” A6 apontou que além de treinarem no campo do colégio Rogacionista e na FME, elas também treinavam na quadra da UNESC.

A9 (entrevista) relatou que quando chegou em Criciúma, o time era mantido pela FME. As atletas representavam o município nas modalidades de futsal e futebol de campo. Observou que as condições de moradia e treinos eram mais difíceis. No grupo focal, A3 contou que elas moravam todas em uma casa com aproximadamente cinco atletas por quarto, tinham dificuldades relacionadas com a falta de alimentação e os cortes de energia elétrica. A3 relatou algumas estratégias utilizadas por elas quando faltava energia elétrica na casa ou elas queriam economizá-la. “[...] quando faltava energia, a gente tinha que ir lá no tio I. (barzinho) comprar um prensado para deixar o celular carregando, ou até mesmo na escola, a gente tomava banho no Roga para também economizar energia na casa [...]”. A6 completou: “[...] a gente já passou por muita coisa, mas precisava persistir [...]”.

Os relatos mostram que, mesmo com o apoio das instituições citadas, as jogadoras que vinham para Criciúma e que passavam a residir na cidade enfrentavam dificuldades

⁸ Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/capa/index/242/5004>. Acesso em: 09 ago. 2021.

⁹ Disponível em: <http://ge.globo.com/sc/noticia/2013/09/campeas-meninas-de-criciuma-representam-pais-no-futsal-sub-14.html>. Acesso em: 16 ago. 2021.

estruturais, que envolviam as condições de moradia, treino e transporte. Era necessário criar novas alternativas para arcar com os custos das atletas e garantir a manutenção do time.

Conforme Ata de fundação, no dia 26 de novembro de 2014, nas dependências do Colégio Rogacionista Pio XII, foi fundada a Associação Desportiva Pé na Bola Cabeça na Escola (ADPBCE), em reunião presidida por Sabrina Cassol, presidente da Associação. Consta em Ata que a criação da Associação se fazia necessária para “captação de verbas como subvenções estaduais e federais, recebimento de patrocínio, repasse de verbas e firmamento de convênios”, o que viria a colaborar com o futebol feminino. A colaboração estava relacionada a custos com as atletas que passaram a contar com os recursos captados pela Associação por meio do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), apoio das Secretarias Municipais de Educação e Esporte de Criciúma, Faculdades SATC e ESUCRI.

Observa-se que a parceria entre o futsal e as instituições de ensino é uma realidade não apenas da cidade de Criciúma. Ana Souza e Mariana Martins (2018), no artigo intitulado “O paradoxo da profissionalização do futsal feminino no Brasil: entre o esporte e outra carreira”, apontam que o futsal quando praticado por mulheres é pouco estruturado, traduzindo-se numa possibilidade que se apresenta por meio do acesso ao ensino superior, que visa promover uma estabilidade para a construção de uma nova profissão. As mulheres no Brasil não conseguem sobreviver do futsal e buscam, nas bolsas de estudos oferecidas, uma possibilidade de mudança social. A escassez de recursos e de investimentos no futebol profissional feminino em Criciúma, dificuldades vivenciadas pelas atletas e a invisibilidade do esporte estão atreladas a um contexto mais amplo do futebol, nos âmbitos regional, nacional e internacional.

Souza Júnior (2013) aborda dificuldades vivenciadas pelas mulheres na profissionalização do futebol feminino de campo e ressalta que existe uma diferença significativa entre o viver no futebol e viver do futebol. O autor procura evidenciar que, mesmo diante da ausência da responsabilidade e incentivo dos clubes e entidades responsáveis pelo futebol, percebidos pela ausência e/ou baixos salários, as jogadoras permanecem comprometidas nos seus trabalhos e buscam oportunidades de visibilidade. Na verdade, são mulheres que vivem no futebol, no que se refere aos deveres, mas não conseguem se sustentar através do futebol, por não receberem o suficiente para isso.

Para entender a diferença entre atletas não profissionais e atletas profissionais, recorre-se novamente a Lei nº. 9.615, de 24 de março de 1998. No capítulo III, a Lei trata da natureza e das finalidades do desporto, no § 1º instituiu que o desporto de rendimento pode

ser organizado e praticado de dois modos (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 13.155, de 2015):

- I - de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;
- II - de modo não-profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 2000). (BRASIL, 1998).

Referente à atividade profissional do atleta, o Artigo 28 da referida Lei, alterado pela redação da Lei nº. 12.395, de 2011, estabelece que “A atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho desportivo, firmado com entidade de prática desportiva [...]”. Ao se referir aos deveres do atleta profissional, o Artigo 35, incluído pela Lei nº 9.981, de 2000, estabelece que:

- São deveres do atleta profissional, em especial: (Incluído pela Lei nº 9.981, de 2000)
- I - participar dos jogos, treinos, estágios e outras sessões preparatórias de competições com a aplicação e dedicação correspondentes às suas condições psicofísicas e técnicas; (Incluído pela Lei nº 9.981, de 2000)
 - II - preservar as condições físicas que lhes permitam participar das competições desportivas, submetendo-se aos exames médicos e tratamentos clínicos necessários à prática desportiva; (Incluído pela Lei nº 9.981, de 2000)
 - III - exercer a atividade desportiva profissional de acordo com as regras da respectiva modalidade desportiva e as normas que regem a disciplina e a ética desportivas. (Incluído pela Lei nº 9.981, de 2000). (BRASIL, 1998).

Osmar Souza Júnior (2013) ressaltou que a legislação garante igualdade de direitos e, sendo assim, a Lei nº. 9.615 seria aplicada para jogadores e jogadoras de futebol, sem distinção. O autor demonstrou que é comum observar jogadoras de futebol que realizam os deveres previstos na profissão, mostrando dedicação nos treinamentos e competições. No entanto, conforme analisou, verifica-se a falta de reconhecimento e de direitos que estabeleçam uma condição profissional pela formalização de um contrato de trabalho com os clubes, de forma que possa garantir a jogadoras os direitos da legislação trabalhista e da seguridade social.

No Brasil, a partir do ano de 1990, a seleção brasileira começou a disputar mundiais da FIFA e jogos Olímpicos. Os bons resultados colaboraram para migração de atletas para o exterior e gerou, a partir do ano 2000, um apoio maior da CBF e do Ministério dos Esportes, que reorganizaram as equipes e ligas de futebol no país. A escolha de Marta Vieira da Silva como melhor jogadora do mundo (em 2006) e as conquistas da seleção

contribuíram para o reconhecimento popular do futebol feminino; o período foi referido como o início da Era Marta (ALMEIDA, 2013).

No entanto, o reconhecimento pelas conquistas dentro de campo e o aumento no número de jogadoras no país não garantiram um espaço de igualdade para as mulheres no futebol. Como jogadoras, permanecem sofrendo preconceitos e contanto com a inexistência de políticas privadas e públicas, que incentivem e estructurem as práticas das mulheres no futebol (GOELLNER, 2005). Levando em conta o apresentado anteriormente, pode-se dizer que o ano de 2016 representou um marco importante para o futebol feminino, pelo fato de que o Estatuto da FIFA (2016, p.6, tradução nossa)¹⁰ acrescentou dois novos objetivos que indicam a busca pela igualdade de gênero no futebol: “[...] e) fazer o possível para garantir que todos que pretendam praticar este esporte o façam nas melhores condições, independentemente do sexo ou idade; f) promover o desenvolvimento do futebol feminino e a participação feminina em todos os níveis de governança do futebol [...].”

Partindo destes objetivos, em seu Estatuto (2016, p. 10), Artigo 23, que trata sobre como as confederações devem basear as construções e procedimentos dos seus estatutos, a FIFA estabeleceu que as confederações de futebol buscassem criar medidas que promovessem a igualdade de gênero:

[...] Os estatutos das confederações devem obedecer aos princípios de governança e, em particular, devem incluir pelo menos algumas disposições relativas aos seguintes assuntos:

j) constituição de órgãos legislativos de acordo com os princípios da representação democrática, tendo em atenção a importância da igualdade de gênero no futebol [...]. (FIFA, 2016, p. 14, tradução nossa).¹¹

Cabe ressaltar que, em 2016, foi a primeira vez que a palavra gênero apareceu no Estatuto da FIFA, mantendo-se presente nas versões posteriores até a última, atualizada no mês de setembro de 2020. Com isso, em 2017, a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL, 2017, p.40), no seu Regulamento de Licença de Clubes (capítulo IV, item D.04), que trata dos critérios e requisitos esportivos para participarem das competições organizadas pela referida instituição, dispõe:

¹⁰ “[...] e) hacer todo lo posible por garantizar que todos aquellos que quieran practicar este deporte lo hagan en las mejores condiciones, independientemente del género o la edad; f) fomentar el desarrollo del fútbol femenino y la participación de las mujeres en todos los niveles de gobernanza del fútbol [...].”

¹¹ “[...] Estatutos de las confederaciones. Los estatutos de las confederaciones deberán cumplir con los principios de gobernanza y, en particular, deberán incluir como mínimo, determinadas disposiciones relativas a las materias siguientes: j) constitución de los órganos legislativos de acuerdo con los principios de representatividad democrática, teniendo presente la importancia de la igualdad de género en el fútbol [...].” (FIFA, 2016, p. 14).

[...] O solicitante deverá ter uma equipe principal feminina ou associar-se a um clube que a tenha. Além disso, deverá ter pelo menos uma categoria juvenil feminina ou associar-se a um clube que a tenha. Em ambos os casos, o solicitante deverá providenciar suporte técnico e todo o equipamento e infraestrutura (campo de jogo para a disputa de jogos e treinamento) necessários para o desenvolvimento de ambas as equipes em condições adequadas. Finalmente, é exigido que ambas as equipes participem de competições nacionais e/ou regionais autorizadas pela respectiva Associação Membro [...]

As exigências citadas passaram a valer a partir do ano de 2019 e a CBF, instituição afiliada da CONMEBOL, as repassou aos clubes de futebol brasileiros que disputam a série A do Campeonato Brasileiro de futebol masculino, ou seja, obrigatoriamente devem incluir um time de futebol feminino. Caroline Almeida (2018) analisou o futebol feminino no Brasil, a partir das mudanças por igualdade de gênero, inseridas no estatuto da FIFA, e aponta que, em um primeiro momento, a CBF realizou esforços para incentivar o futebol feminino no Brasil, considerando que havia assinado um posicionamento a favor da igualdade de gênero no futebol, pela primeira vez, colocando uma técnica de futebol mulher à frente da Seleção Brasileira e mantido um canal de comunicação aberto com outros segmentos afins para discutir o futebol feminino. No entanto, nos meses seguintes, o apoio não se manteve e, diante de resultados não esperados em campo, a técnica foi demitida, a comunicação com o grupo já não acontecia e se produziu um verdadeiro retrocesso.

Em âmbito mundial, o ano de 2017 foi marcado por vários movimentos de jogadoras pela igualdade de gênero nas federações nacionais de futebol. Países, tais como os Estados Unidos, Noruega, Dinamarca, Áustria, República da Irlanda, Escócia e, inclusive, o Brasil, mostraram as jogadoras reivindicando melhores condições de trabalho e reconhecimento profissional (ALMEIDA, 2019). No dia 06 de outubro de 2017, o jornal *The New York Times*¹² publicou uma reportagem intitulada *Mulheres brasileiras de futebol em revolta contra a Federação* (2017, tradução nossa).¹³ A reportagem trouxe a carta aberta assinada por oito ex-jogadoras com passagem pela Seleção Brasileira, após a demissão da primeira técnica mulher da seleção. Dentre as reivindicações, estavam melhores condições para o futebol feminino, presença de mulheres em cargos de liderança no futebol, igualdade de salários e reconhecimento profissional. Segue abaixo um trecho da carta aberta publicada no jornal *The New York Times* (2017, tradução nossa):¹⁴

¹² Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/10/06/sports/soccer/brazil-women-soccer.html>. Acesso em: 18 out. 2021.

¹³ *Brazil's Women Soccer Players in Revolt Against Federation*.

¹⁴ “[...] We, the players, have invested years of our own lives and all of our energy to build this team and this sport to its strength today. Yet we, and almost all other Brazilian women, are excluded from the leadership and decision-making for our own team and our own sport [...]”

[...] Nós, as jogadoras, investimos anos de nossas próprias vidas e toda nossa energia para construir esta equipe e este esporte com força até hoje”, ainda assim, nós, e quase todas as outras mulheres brasileiras, estamos excluídas da liderança e da tomada de decisões de nossa própria equipe e nosso próprio esporte [...].

Goellner (2020) aponta que diversas lutas foram protagonizadas por jogadoras e ex-jogadoras para reivindicar melhores condições para as mulheres no futebol. A autora relembra atos de protestos em que acompanhou de perto e/ou participou, tais como na final da Copa do Mundo em 2007, quando as jogadoras do Brasil, ao subir no pódio para receberem a medalha da 2ª colocação, seguravam uma faixa com a frase “Brasil precisamos de apoio”.

Sobre o protesto ocorrido em 2007, Goellner (2020) observa que o movimento demandou uma resposta da CBF, que agendou uma reunião para o dia 17 de outubro de 2017, em que participou de forma presencial com a ex-jogadora Juliana Cabral e as atletas que residiam fora do país, Formiga, Márcia Taffarel e Sissi, participaram por videoconferência. A partir daí, foram apresentadas proposições para o desenvolvimento do futebol feminino no Brasil e a implementação das 11 medidas aprovadas pela CBF, em 2016, quando instituiu o grupo de Desenvolvimento do Futebol Feminino para subsidiar as decisões do Comitê de Reformas do Futebol Brasileiro. Ao término da reunião, a CBF propôs um novo grupo de trabalho oficializado no dia 28 de novembro de 2017, por meio da portaria PRE nº 15. Este grupo tem como principal atribuição analisar a situação do futebol feminino e sugerir ações de melhorias e fortalecimento da modalidade no Brasil. (GOELLNER, 2020).

Destaca-se a importância de movimentos realizados por jogadoras, ex-jogadoras e demais pessoas que atuam na busca pela igualdade de gênero no futebol. Os movimentos se caracterizam como de suma importância para que sejam criadas e instituídas legislações, que preveem a obrigatoriedade das mulheres no futebol e que façam valer seus direitos, dentro e fora de campo. Almeida (2018) aponta que o futebol feminino no Brasil conta com a presença de novos atores que são os agentes de gerenciamento de carreiras, que também pressionam a FIFA e associações nacionais para criarem regulamentações no que se refere à igualdade de gênero no futebol, visto um alargamento das fronteiras e fluxos de transferências ligadas diretamente à expansão das redes de relacionamentos entre empresárias/os, clubes, associações nacionais e futebolistas. Os resultados mostram ainda que as jogadoras brasileiras lidam com a incerteza de salários, recebem pouco ou não recebem, o que contribui para a busca de oportunidades no futebol internacional.

O relatório Women's Football da FIFA (2019), que analisou o desenvolvimento do futebol feminino no mundo e apresentou um diagnóstico para cada país, mostrou que o Brasil tem menos jogadoras de futebol em relação a países que nunca participaram de uma Copa do Mundo ou ainda que estão bem abaixo no Ranking Mundial Feminino da FIFA. Convém observar que o Ranking FIFA consiste na classificação das 211 seleções de futebol feminina (associadas a FIFA) e tem como objetivo fornecer uma visão abrangente da força das seleções que representam seus países no futebol feminino.¹⁵

Uma análise importante a ser realizada se refere, por um lado, à posição dos países no Ranking FIFA (2020) e, por outro, o número de jogadoras em competições profissionais e amadoras apresentados no relatório da Federação Internacional de Futebol (FIFA) Women's Football (2019). Enquanto o Brasil estava na oitava posição do Ranking FIFA e apresentava 15 mil jogadoras em competições profissionais ou amadoras, países como, por exemplo, a Venezuela, que ocupou a 57º lugar, tinha mais de 24 mil atletas de futebol. Neste mesmo contexto, destaca-se ainda a Argentina que estava na 32ª posição e apresentou um número de 27 mil jogadoras.

Quando comparado o futebol feminino do Brasil com o dos Estados Unidos, os números são ainda mais alarmantes. Os Estados Unidos ocuparam a primeira posição do Ranking FIFA, com um número de jogadoras de 9,5 milhões (um número muito superior ao do Brasil). Ao comparar o número de atletas entre os países, torna-se de suma importância considerar as diferenças sociais, culturais e o desenvolvimento socioeconômico de cada um, contextos externos e que vão além do futebol. Segundo o relatório Women's Football (FIFA, 2019, p. 25), o Brasil apresentou o número de “[...] 2.974 atletas maiores de 18 anos registradas [...]”, o que representou o quinto lugar em número de jogadoras profissionais na América do Sul.

Não cabe aqui ampliar e trazer uma análise detalhada dos relatórios, mas é importante considerar que os dados apresentados evidenciam que, no país do futebol, o futebol feminino traz as marcas de trajetórias que envolvem submissões, invisibilidades e lutas. Além disso, conforme Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (BRASIL, 2019), o número de atletas profissionais de futebol com carteira assinada no Brasil, tendo como

¹⁵ No Ranking Mundial da FIFA as equipes são classificadas de acordo com um valor que mede a sua força. Os principais critérios para a classificação são: resultado da partida, local da partida (em casa versus fora, ou em terreno neutro), importância da partida, diferença no ranking entre as equipes. Disponível em: <https://www.fifa.com/fifa-world-ranking/procedure/women>. Acesso em: 02 dez. 2020.

referência o ano de 2019, eram 156 mulheres e 6309 homens. Os números apresentados demonstram uma desigualdade significativa de gênero no futebol, o que confirma a hegemonia masculina no esporte. No entanto, de igual modo, cabe observar que devido a particularidades contratuais presentes na Lei 9.615 (1998), o número pode não revelar a realidade do futebol profissional no Brasil.

Apesar das dificuldades identificadas no caminho percorrido pelas mulheres que jogam futebol, alguns avanços aconteceram principalmente no contexto da seleção brasileira de futebol feminino. No dia 25 de julho de 2019, a CBF anunciou a contratação da técnica Pia Mørror Sundhage para assumir o comando da Seleção Brasileira de futebol feminino. Com uma trajetória de sucesso no futebol mundial e escolhida em 2012 pela FIFA como melhor treinadora de futebol feminino do mundo, Pia passou a ser a segunda técnica a comandar a seleção e se mantém a frente dos trabalhos até o momento de realização da presente pesquisa (2021).

Outro avanço a ser destacado aconteceu em março de 2020, quando a CBF anunciou igualdade de valores em relação a prêmios e diárias entre o futebol masculino e feminino. Na ocasião, o presidente da CBF, Rogério Caboclo, esclareceu: “[...] aquilo que eles recebem por convocação diária, as mulheres também recebem. Aquilo que elas vão ganhar pela conquista ou por etapas das Olimpíadas ano que vem será o mesmo que os homens vão ter [...]”¹⁶. Além disso, em setembro de 2020, a CBF apresentou Duda Luizelli, como Coordenadora das Seleções Femininas, e Aline Pellegrino, no cargo de Coordenadora de Competições Femininas. A contratação de duas mulheres para a gestão do futebol feminino brasileiro pode ser considerada um avanço significativo para o futebol feminino, historicamente, comandado por homens. Convém registrar que durante a conclusão desta pesquisa, a CBF anunciou que Duda Luizelli foi desligada do cargo.¹⁷

Segundo Goellner (2021), são conquistas que se referem a reivindicações historicamente feitas por jogadoras e que se mantiveram invisíveis nas suas profissões, mas que protagonizaram lutas pelos direitos das mulheres no futebol, mesmo com a possibilidade de sofrerem represálias, como por exemplo não serem convocadas para competições por terem exposto o descontentamento com a forma como o futebol feminino era tratado no Brasil.

¹⁶ Disponível em: <https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/noticias/selecao-feminina/presidente-da-cbf-anuncia-equiparacao-das-diarias-pagas-as-selecoes>. Acesso em: 13 set. 2020.

¹⁷ Disponível em: <https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/noticias/selecao-feminina/aline-pellegrino-assume-a-coordenacao-das-selecoes-brasileiras-feminin>. Acesso em: 13 jan. 2022.

Goellner (2021) analisa que, apesar de ser insuficiente analisar o futebol feminino apenas por meio da seleção, a trajetória percorrida mostra alguns indicadores importantes quanto a investimentos e à visibilidade, pela mídia, do futebol feminino, em grande medida, apenas no período de competições. Sobretudo, cabe ressaltar que o anúncio da igualdade de diárias e premiações, refere-se a atletas da seleção de futebol somente no período de convocação, o que já é uma conquista, mas insuficiente se considerar que a realidade das atletas espalhadas pelo Brasil é bem diferente.

Com isso, as exigências presentes no Estatuto FIFA (2016) e os movimentos de reivindicações realizados por jogadoras e ex-jogadoras colaboraram para que mudanças acontecessem em âmbitos mundial e nacional. Em Criciúma não foi diferente, o time de futebol feminino que até então representava a cidade passou a representar também o Criciúma Esporte Clube, que já previa se adequar às exigências previstas em lei. No próximo tópico, serão abordados aspectos relativos ao processo de inclusão de um time de futebol feminino no Criciúma EC.

3.3 FUTEBOL FEMININO NO CRICIÚMA ESPORTE CLUBE

De acordo reportagem do NSC Total (2016)¹⁸, intitulada “Tigresas querem fazer história”, no ano de 2016, o Criciúma Esporte Clube realizou uma parceria com o futebol feminino da cidade que no período estava sendo apoiado pela FME, faculdade ESUCRI e Associação Desportiva Pé na Bola Cabeça na Escola. O time representou pela primeira vez o Criciúma EC na 1ª liga de futebol feminino SUB-20, vestindo as cores do clube, o que foi um marco importante para o futebol feminino da cidade.

Atletas que até então jogavam apenas futsal, com a inclusão no Criciúma EC, passaram a treinar e a disputar campeonatos de campo e conciliam as duas modalidades esportivas. Segundo Ana Souza e Mariana Martins (2018), a prática das duas modalidades esportivas futsal e futebol de campo em alto nível, pelas mesmas atletas, ao invés de proporcionar uma economia para as instituições, pode representar um prejuízo, pois se diferem nas questões fisiológicas, técnicas, táticas e, quando praticados juntos, tendem a promover um desgaste físico e emocional das atletas, impedindo de alcançarem a excelência nos esportes.

¹⁸ Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/criciuma-faz-parceria-e-monta-equipe-que-ira-representar-sc-na-1a-liga-de-futebol-feminino>. Acesso em: 11 ago. 2021.

Em tal contexto, torna-se relevante retomar a reportagem que marcou o primeiro jogo do futebol feminino representando o Criciúma EC, publicada pelo NSC Total (2016)¹⁹ e intitulada “Tigresas querem fazer história” e a partir do seu título realizar uma análise na perspectiva de gênero da terminologia “Tigresas”, utilizada para representar as jogadoras de futebol feminino do Criciúma EC. Como visto anteriormente, o mascote do time é um Tigre, que foi escolhido pela similaridade entre as cores da camisa do time e do animal. Além disso, o Tigre, um “animal feroz”, representa força e agressividade. Conforme o dicionário da língua portuguesa²⁰, a palavra Tigresa além de representar a fêmea do tigre, significa mulher bonita e sedutora, bem como remete à estampa de roupas que se assemelha a pelagem do tigre. O que se percebe é que a mulher que joga futebol precisou se contrapor a uma norma que já estava preestabelecida para ela, por adentrar em um território profissional caracterizado como masculino. No entanto, mesmo se contrapondo à norma, são novamente “reconduzidas” ao instituído sobre o corpo feminino, pelo termo “Tigresa”.

Esta realidade também é identificada em outros clubes de futebol do Brasil. Mark Daniel Biram (2021), no seu artigo “As sereias da vila na terra do rei: uma etnografia do Santos FC”, analisou que no time do Santos FC, que um peixe como mascote, as jogadoras do futebol feminino são conhecidas como Sereias da Vila, conotando estas representações “hiperfeminizadas” que o clube faz ao se referir as jogadoras como Sereias. Na sua tese “Mais que Barbies e Ogras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos”, Cláudia Kessler (2015) abordou a dominação existente sob o corpo das jogadoras de futebol, na medida em que, do ponto de vista comercial, muitas equipes exigem que as jogadoras sejam femininas e que sigam padrões estéticos. A autora fala ainda de algumas tentativas para que as jogadoras de futebol utilizassem uniformes semelhantes as jogadoras de vôlei, que são mais curtos e colados ao corpo. “São inúmeros os constrangimentos promovidos devido a regramentos sociais que historicamente cerceiam a liberdade de mulheres e suas práticas. A disciplina impressa sobre os corpos é assim explicitada, como uma disciplina que não é neutra.” (KESSLER, 2015, p. 309).

No estado de Santa Catarina, segundo Darci Debona, Guilherme Simon, Lariane Cagnini (2019), em reportagem publicada no NSC Total, com o título: “Sonho em construção: mulheres buscam espaço no futebol catarinense”, as parcerias são uma realidade no futebol feminino. A reportagem cita os times de Criciúma, Chapecó e Avaí Kindermann. O time de

¹⁹ Disponível em: <https://www.nsc total.com.br/noticias/criciuma-faz-parceria-e-monta-equipe-que-ira-representar-sc-na-1a-liga-de-futebol-feminino>. Acesso em: 11 ago. 2021.

²⁰ Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/tigresa>. Acesso em: 31 ago. 2021.

futebol feminino do Kindermann apresenta uma realidade diferente da maior parte dos times de futebol feminino do Brasil. Situado na cidade de Caçador, oeste de Santa Catarina, o time de futebol feminino do Kindermann iniciou no ano de 2004 e construiu uma trajetória de destaque no futebol, em âmbitos estadual e nacional, identificado pelos títulos alcançados nos campeonatos e pelo número de atletas na seleção brasileira de futebol feminino. No ano de 2019, foi estabelecida uma parceria entre o clube do Avaí, sediado na cidade de Florianópolis e o Kindermann. A reportagem aponta que a parceria entre os dois clubes foi benéfica e permitiu um maior investimento financeiro. Até então, Avaí Kindermann apresentava um time de futebol feminino com 28 atletas contratadas e uma folha salarial que somava R\$ 120 mil mensais (DEBONA; SIMON; CAGNINI, 2019)

Debona, Simon, Cagnini (2019) destacam a falta de investimento financeiro e de estrutura dos times de futebol feminino de Criciúma e Chapecó, bem como o pequeno espaço no calendário de competições da Federação Catarinense de Futebol (FCF) destinado ao futebol feminino. Em relação ao futebol feminino de Chapecó, a reportagem mostra que as jogadoras não utilizam o centro de treinamento e nem o estádio do clube, disponível apenas para os homens. Os treinos e jogos do futebol feminino de Chapecó ocorrem em campos emprestados e são realizadas parcerias com as academias da cidade. Referente ao futebol feminino no time do Criciúma, a reportagem mostra pontos que devem melhorar, visto que os horários destinados para a utilização dos espaços em comuns entre atletas, como por exemplo, academia e fisioterapia, são destinados em menor escala para o futebol feminino quando comparado ao oferecido para a base do masculino. A reportagem mostra ainda que o campo de treinamento das atletas do futebol feminino no CT apresenta uma condição diferente dos outros, que são percebidas pelo gramado castigado e a falta das redes nas traves (DEBONA; SIMON; CAGNINI, 2019).

Diante das exigências abordadas, alguns clubes, assim como o Criciúma EC, buscaram estabelecer parcerias com times de futebol feminino que já existiam. Na reportagem intitulada “Em busca de sonhos, estudo e qualificação profissional: a história da equipe feminina do Criciúma”, Rafaela Custódio (2019)²¹ observou que, em 2019, treinavam no Criciúma EC, aproximadamente, 60 meninas, entre as categorias SUB 15 e adulto, numa parceria entre a Fundação Municipal de Esportes (FME), Faculdade ESUCRI e Criciúma EC. A reportagem entrevistou o presidente da FME, que declarou que a FME disponibilizava o

²¹ Disponível em: <http://www.engeplus.com.br/noticia/esportes/2019/em-busca-de-sonhos-estudo-e-qualificacao-profissional-a-historia-da-equipe-femin>. Acesso em: 16 ago. 2021.

ginásio para as atletas treinarem, auxiliava em viagens e que algumas atletas, que ficaram em 2º lugar nos Joguinhos Abertos, receberam a bolsa atleta no valor de R\$ 350.

Para A9 (Grupo Focal), em decorrência da parceria do futebol feminino com o Criciúma EC, as condições estruturais melhoraram muito. A3 (Grupo Focal) observou que, com a parceria, inicialmente, elas saíram da casa onde moravam para residir em dois apartamentos, melhorando a condição do espaço, a alimentação e as condições do transporte conseguiram patrocinadores para o futebol feminino. Ao longo de sua entrevista, A6 relatou que a parceria com o Criciúma EC garantiu um “*up*” para o futebol feminino.

As parcerias são uma realidade do futebol feminino, pois com pouco investimento procuram unir forças para conseguir se manter no mercado do futebol. A realidade das parcerias, por exemplo, também pode ser identificada no estado de São Paulo na reportagem publicada por Renata Mendonça, no dia 13 de fevereiro de 2019, no Blog Dibradoras Os Feras. A reportagem mostrou que o time do Palmeiras incluiu o futebol feminino no clube por meio de uma parceria com um time da cidade de Vinhedo, distante 75Km da capital paulista. A distância dificulta o uso, pelas jogadoras, da estrutura do clube para treinar e/ou jogar, que ficou por conta da prefeitura de Vinhedos. Na situação apresentada, o time do Palmeiras ficou responsável pelo pagamento do salário das jogadoras.

Considerando a trajetória percorrida pelo futebol feminino em Criciúma, pode-se dizer que a educação formal andou junto com esta modalidade esportiva, por meio das parcerias estabelecidas com a universidade UNESC, colégio Rogacionista e faculdade ESUCRI, citados anteriormente. Além disso, considerando a instabilidade da profissão investir na educação garante um futuro profissional que o futebol feminino pode não oferecer, pelo fato de que o avanço no futebol feminino, previsto em lei, é identificado numa minoria de times.

Conforme Leandro Ferreira (2021)²², no dia 22 de fevereiro de 2021, o CEC e UNESC firmaram um convênio entre as instituições, com objetivo de unir forças para o desenvolvimento da cidade. A nova parceria inclui os atendimentos para o futebol da categoria de base masculino e futebol feminino do clube que passam a ser atendidos pela universidade nas áreas de saúde e educação. Conforme a matéria, a UNESC disponibilizará 26 bolsas de estudos, bem como conhecimentos profissionais específicos da universidade para contribuir na formação e desempenho das jogadoras. Em contrapartida, estagiários/as da

²² Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/aicom/blog/49491-unesc-e-criciuma-esporte-clube-oficializam-parceria-entre-esporte-e-educacao>. Acesso em: 18 ago. 2021.

universidade terão a oportunidade de realizar seus estágios no Clube e sua logo estampada na camisa do CEC.

Como visto anteriormente, a universidade, que já apoiou o futebol feminino no período compreendido entre 1998 e 2013, retorna com o seu apoio por meio da parceria estabelecida. Diante disso, as atletas do futebol feminino voltaram a representar a UNESC no 64º JUCs, que aconteceu na cidade de Lages SC entre os dias 20 e 29 de agosto de 2021 (1º BOLETIM, CONGRESSO TÉCNICO 64º JUBS, 2021).

Cabe ressaltar que, no período da pesquisa, entre os meses de maio e agosto de 2021, o time de futebol feminino do Criciúma EC apresentava aproximadamente um total de 54 jogadoras, distribuídas nas categorias de base e o time de futebol adulto. Do total, 23 jogadoras faziam parte do time adulto, que é o universo deste estudo.

O ano de 2021, foi marcado por novos campeonatos para o futebol feminino e, pela primeira vez, o time disputou o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino da série A2. As atletas foram apresentadas no auditório do Estádio Heriberto Hulse numa parceria entre FME e CEC.²³ Conforme o Regulamento Específico da Competição (2021), o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino A2 é composto por 36 equipes e o Criciúma EC faz parte da competição estando no grupo D. Segundo a reportagem publicada no portal Engeplus (2021)²⁴, o time feminino do Criciúma, conhecido como uma equipe muito jovem, encerrou a competição com duas vitórias, duas derrotas e um empate, resultados que não possibilitaram ao time seguir para a próxima fase do campeonato.

Quanto à visibilidade do time de futebol feminino do Criciúma EC, identificou-se que, durante o período em que a equipe disputou o Campeonato A2 (16/06 a 19/06), o time ganhou maior visibilidade, principalmente por meio do site do clube, FME, portal Engeplus e redes sociais meninas carvoeiras. Além disso, os jogos foram transmitidos pela plataforma Mycujoo, que é uma plataforma lançada no ano de 2015 e que transmite jogos de futebol ao vivo.

Com a pesquisa, no entanto, observou-se que com a desclassificação do time e término do campeonato, os canais acima citados, bem como a imprensa local, não seguiram acompanhando a rotina do time. Com isso, pode-se dizer que a visibilidade do time de futebol feminino do Criciúma EC se dá apenas no período de campeonatos, mas ainda assim em uma

²³ Disponível em: <https://ge.globo.com/sc/futebol/times/criciuma/noticia/criciuma-tera-time-feminino-pela-primeira-vez-no-campeonato-brasileiro.ghtml>. Acesso em: 18 ago. 2021.

²⁴ Disponível em: <http://www.engeplus.com.br/noticia/esportes/2021/futebol-feminino-tigre-vence-mas-nao-avanca-no-brasileiro-a2>. Acesso em: 18 ago. 2021.

proporção menor que o masculino. Como o calendário de competições é restrito, o time de atletas se torna invisível durante grande parte do ano.

Rosângela Almeida (2009), em seus estudos, buscou perceber como o discurso jornalístico participou da construção de uma memória discursiva do futebol feminino no período compreendido entre 1970 e 2008. A autora destaca que a imprensa tem o importante papel de fomentar memórias no passado e como construindo memórias do futuro. O que a autora quer dizer é que tanto a imprensa pode contribuir na construção de um imaginário social, como pode promover esquecimentos, sendo que no caso do futebol feminino “determinados apagamentos dizem mais que falas e participam enfaticamente da institucionalização de sua memória oficial.” (ALMEIDA, 2009, p. 12).

Giovana Capucim e Silva (2015) apontam que a invisibilidade do futebol feminino na imprensa é histórica. A autora abordou as narrativas da imprensa sobre a proibição e a liberação do futebol feminino no período compreendido entre 1965 e 1983, ressaltando que a imprensa da época colaborou para reforçar a imagem de mulher submissa, dependente, subalterna e inferior ao homem. No entanto, identifica-se um movimento de resistência por parte das mulheres e que, apesar do longo período de proibição, não abandonaram o futebol e seguiram jogando nos chamados jogos de várzea, considerados jogos não oficiais. O que ocorreu no período foi uma verdadeira desqualificação do futebol praticado por mulheres, enquanto prática esportiva, visto como entretenimento, festividade ou caridade.

A pesquisa de Almeida (2009) mostrou que durante os períodos que antecedem e que acontecem as competições mundiais a quantidade de textos relativos ao time de futebol feminino aumenta. No entanto, com o término das competições é percebido uma diminuição que chega a alcançar até mesmo a inexistência de artigos jornalísticos referente ao futebol feminino.

Na trajetória descrita, fica evidente que a realidade vivenciada por jogadoras de futebol do Criciúma EC parece ser semelhante a enfrentada por jogadoras de futebol de outros times, que sofrem com a falta de reconhecimento, preconceito e invisibilidade. O futebol feminino no Brasil se constitui em cenário de desigualdades de gênero. Com isso, observa-se que, no país do futebol, torna-se necessário rever significados relacionados à inclusão e ao reconhecimento das mulheres como jogadoras de futebol.

Leila Salvini e Wanderley Marchi (2016) descrevem e analisam relatos acerca das dificuldades e motivações enfrentadas por jogadoras de futebol no Brasil. A autora e o autor pontuam que o preconceito voltado para o futebol feminino é um dos geradores da falta de

incentivo, a falta de apoio institucional e de investimento são problemáticas, dificultam o crescimento e a valorização da modalidade esportiva.

No próximo capítulo, como forma de conhecer e compreender a participação de jogadoras de futebol do time adulto do Criciúma EC, que integravam a equipe na ocasião da pesquisa, busca-se analisar as trajetórias, as relações de trabalho e perspectivas profissionais, com base em estudos de gênero e da divisão sexual do trabalho.

4 FUTEBOL FEMININO E DESIGUALDADES DE GÊNERO

Analisar a trajetória das jogadoras, participantes da pesquisa, em uma perspectiva de gênero, contribui para a compreensão de relações estabelecidas com o futebol. Para tanto, é importante retomar questões acerca do modo como as entrevistadas iniciaram suas trajetórias no futebol. Em um primeiro momento, são as lembranças da infância que mostram a motivação inicial para a prática do futebol e o preconceito sofrido em um esporte de hegemonia masculina, intensificado por diferenças corporais que legitimam as desigualdades de gênero. A pesquisa apontou que as desigualdades de gênero são atualizadas na juventude e constituem as trajetórias profissionais das entrevistadas, dentro e fora de campo, de modo que ultrapassam os limites do Criciúma EC, evidenciando descontinuidades do futebol feminino e que envolve a interrupção das atividades realizadas, tais como treinos e jogos, além de desigualdades de tratamento, oportunidades e investimentos no futebol feminino.

4.1 MENINAS EM UM ESPORTE DE MENINOS E DESIGUALDADE DE GÊNERO

Maria Souza e André Capraro (2017) apontam que os anos de proibição do futebol feminino no Brasil, também fizeram com que o esporte fosse menos praticado por meninas na escola e em ambientes de lazer. No entanto, sempre existiram meninas que ultrapassaram a fronteira de gênero, entendida como a linha que divide os comportamentos esperados como masculinos e femininos, e passaram a jogar futebol, o que causa certo estranhamento quando se observa que jogadoras de futebol são exceções em um esporte de predominância masculina.

A pesquisa realizada mostra que todas as jogadoras de futebol entrevistadas iniciaram jogando com meninos, seja na escola, durante as aulas de educação física, na rua ou em escolinhas de futebol. A fala da jogadora A7 deixa claro que as políticas públicas desenvolvidas e os projetos sociais criados no âmbito do futebol não são pensados para meninas. Conforme relatou, “[...] geralmente as escolinhas de bairro nunca fazem escolinha para as meninas, sendo que fazem projetos para os meninos, então é a única forma que a gente tem de se inserir [...].” (A7, GRUPO FOCAL).

Leila Salvini e Wanderley Júnior (2016) observam que o futebol feminino no Brasil apresenta uma má redistribuição de recursos e que o preconceito é um fator determinante na falta de incentivo para a prática esportiva de mulheres no futebol. Percebe-se aí que o espaço para o futebol está bem delimitado e que as mulheres, mesmo que ainda

meninas, precisam pedir licença para entrar e que nem sempre são aceitas. Em um contexto de desigualdade de gênero, as mulheres precisam mostrar que possuem capacidades e condições para praticar futebol.

Para a análise das desigualdades de gênero, cabe retomar as definições elaboradas por Joan Scott (1995) e Judith Butler (2014). A definição de gênero de Scott (1995, p.86) envolve duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” O que significa dizer que as relações de gênero constituem sujeitos e as desigualdades entre os sexos advém do modo como os corpos são percebidos socialmente.

Para Judith Butler (2014, p.5), o “[...] gênero não é exatamente o que alguém “é” nem é precisamente o que alguém “tem”. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam [...]”. A autora aponta que gênero vai muito além do binarismo homem e mulher, referindo-se a construções socioculturais.

Com base nos conceitos citados e tendo a escola como o principal local de iniciação esportiva de crianças, é importante problematizar processos de inclusão e exclusão orientados por diferenças percebidas entre os sexos. Questiona-se se o ambiente escolar contribui para a inclusão de meninas no futebol ou reproduz preconceitos e desigualdades de gênero. Cabe refletir sobre o papel histórico, social e cultural da escola em nossa sociedade. Guacira Louro (1997) ressalta que nem sempre o acesso à escola foi universal, apenas, um pequeno grupo elitizado de homens vislumbravam tal possibilidade. Conforme descrito pela autora, aos poucos a escola foi se abrindo para as mulheres e para outros grupos sociais. A escola separou os que nela tinham acesso dos que não tinham, com distinções de sexo, classe, religião, delimitando espaços e quem poderia ocupar os espaços. Louro (1997) aponta que as diferenças, distinções e desigualdades são construídas em grupos sociais e comunidades, incluindo a escola.

Cabe ressaltar que estas distinções são produzidas e reproduzidas ao longo da história. Louro (1997) se refere à naturalização das diferenças vistos nos arranjos da estrutura física da escola, nas filas, na divisão dos esportes entre meninas e de meninos durante as aulas educação física, em exemplos trazidos nos livros didáticos. Como exemplo da separação que comumente ocorre nas aulas de educação física, destaca-se o trecho extraído da entrevista da entrevistada A5:

[...] No começo foi bastante preconceito, principalmente na parte da escola né, eu lembro até hoje do primeiro dia no ensino fundamental, eu tinha acabado de mudar

de escola, aí eu estava lá, a professora mesmo sem perceber falou assim: “as meninas vão ali na quadra de vôlei e meninos jogam aqui futebol” aí eu perguntei para ela: “posso jogar futebol?” aí ela olhou assim e falou: “a pode” [...].

A naturalidade na separação das atividades emerge na fala de professores, em contexto escolar que deveria incluir e não excluir. Apesar de não estar presente em manuais, são espaços que foram naturalizados e traduzidos em atitudes que se espera de acordo com o sexo, por características e preferências de meninos e de meninas. Já na infância são apresentados para as crianças espaços diferentes.

Com isso, na escola, parece natural a distinção entre meninos e meninas, a forma como se agrupam e circulam pelos espaços, eles com as atividades mais ao ar livre, enquanto elas tendem a ocupar um espaço menor. É na escola que se “[...] aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir [...]” e assim vão se definindo algumas habilidades de meninas e de meninos. (LOURO, 1997, p. 65).

Souza Júnior e Suraya Darido (2002) demonstram que é necessário investir na formação de professores/a para que estejam atentos/a as problemáticas que envolvem a separação de meninos e de meninas nas aulas de educação física. O autor e a autora destacam a importância das turmas mistas nas aulas e de oportunizar as mesmas experiências para meninos e meninas, pois se assim não for os/a professores/a passam a reforçar o processo de exclusão em determinadas atividades, como observado pela entrevistada A5, citada anteriormente.

Segundo Goellner (2010), um grande desafio para as práticas pedagógicas é atuar de forma a minimizar os processos de preconceito e exclusão, ao invés de simplesmente reforçá-los. Desde muito cedo, as meninas são mais incentivadas a brincar em ambientes fechados, ficando restritas a brincadeiras em casa e aos afazeres domésticos, enquanto os meninos brincam mais na rua, o que colabora para que, por exemplo, tenham mais habilidades nas práticas esportivas ofertadas. Com isso, em uma prática pedagógica inclusiva, lógicas culturais, sociais e históricas discriminatórias devem ser levadas em consideração.

4.2 QUANDO DIFERENÇAS CORPORAIS LEGITIMAM DESIGUALDADES DE GÊNERO NO FUTEBOL

Goellner (2010) observa que os sujeitos são plurais e reconhecer as diversidades é um caminho necessário para diminuir os processos de discriminação e exclusão, inclusive, nas práticas esportivas. A autora fala sobre a importância de problematizar algumas verdades que

são tidas como naturais no nosso meio social, entre as quais a “ideia de que a anatomia dos corpos justifica o acesso e a permanência de meninos e meninas em diferentes modalidades esportivas.” (GOELLNER, 2010, p.78).

Se na infância as dificuldades das atletas entrevistadas era iniciar a prática do futebol no time dos meninos, analisando as trajetórias, percebe-se que na adolescência passam a ser impedidas de jogar com eles, quando diferenças biológicas são identificadas em um corpo infantil. Um trecho extraído da entrevista da A2 é representativo da situação:

[...] eu fui jogar futebol com os meninos e eu jogava bem em relação a eles, por que quando você é criança a diferença biológica, física, é muito pequena, tanto é que a gente joga com os meninos quando é criança por que nem dá para diferenciar assim, então quando eu tinha uns 9 anos eu fui jogar um campeonato e eu estava jogando bem e fazendo gol. Aí me proibiram de continuar jogando o campeonato por eu ser mulher, os pais de um jogador, de outro time que perdeu, vieram reclamar com o juiz e aí ele foi ver o regulamento e eu não pude mais jogar. Então, os pais ficaram mal pelos filhos terem perdido para uma mulher e eu acabei não podendo jogar, o meu time também não jogou, e a gente acabou indo embora, são casos isolados, mas que existem muito.

O relato da jogadora A2 remete ao descontentamento referente a um momento em que ela foi impedida de jogar simplesmente por ser menina. É na adolescência que as mulheres, iniciantes da prática esportiva de futebol na infância em time de meninos, precisam migrar para um time específico de futebol feminino. Mas um questionamento pode ser feito: será que essa busca por um time específico de futebol feminino se dá unicamente pelas diferenças biológicas que vão sendo enfatizadas nos corpos?

Goellner (2013) ressalta que o corpo não é algo meramente físico, mas histórico, produzido na/pela cultura e no meio social, sendo também inscrito na linguagem.

Um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas, sempre à descoberta e a serem descobertas. Não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem, mas fundamentalmente os significados culturais e sociais que a ele se atribuem (GOELLNER, 2013, p. 31).

Ao abordar as origens da construção cultural dos corpos femininos, Ana Martins (2004) apresenta a medicina como uma área do conhecimento que teve um papel de destaque nesta relação. Um exemplo citado pela autora trata do novo significado que os médicos iluministas deram ao útero em meados do século XIX, pela desconstrução da ideia anterior de

que a mulher era fonte de uma criação imperfeita da natureza e substituição pela noção de um ser capaz de gerar a vida, relacionado ao papel social de ser mãe. Com isso, a medicina e a sociedade vislumbram alguém que precisa estar saudável para cumprir “[...] as funções sociais do casamento, da maternidade e da educação dos filhos, a mulher como guardiã da família [...]” (MARTINS, 2004, p. 40).

Na visão de Butler (2020), o corpo do homem é universal, o que faz com que o corpo feminino precise ser marcado, seguido da hipótese binária que cria e classifica espaços diferentes para cada um/a. Pensando na proposição apresentada pela autora, o corpo é visto como uma construção, social, cultural, histórica, física e política. O corpo feminino é voltado para a maternidade e o cuidado com a família, envolvendo a suposição de características inatas, tais como fragilidade, sensibilidade, delicadeza, dentre outras, que não combinam com a prática de esportes de contato e enfrentamento.

Foram inclusive essas proposições sobre a construção do corpo da mulher que nortearam a proibição do futebol feminino no Brasil, no ano de 1941, por meio do Decreto-Lei de nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabeleceu as bases de organização dos desportos em todo o país (BRASIL, 1941). O capítulo IX tratou sobre as disposições gerais, transitórias e definiu no Art. 54: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país.”

Ao analisar a proibição determinada em lei, cabe problematizar o que na prática do futebol seria incompatível com a natureza da mulher? Como um esporte de contato, que envolve condições de enfrentamento e agressividade, sustentou-se, inclusive com o apoio da medicina, que praticar futebol poderia interferir nas funções reprodutivas das mulheres, na maternidade, no cuidado dos filhos, da família e da casa.

O futebol seguiu os interesses de uma sociedade machista e reforçou o preconceito em relação às mulheres, o que ficou mais evidente pelo Decreto de 1965, quando a proibição do futebol feminino foi detalhada, conforme Deliberação nº 7 do Conselho Nacional de Desportos de 7 de agosto de 1965: em cumprimento à determinação do Decreto-Lei nº 3199, de 14 de abril de 1941 contida no artigo 54, delibera que à mulher “[...] não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo-aquático, pólo, rugby, hanterofilismo e baseball [...]” Cabe ressaltar que a deliberação para fazer cumprir a proibição das mulheres no futebol foi sancionada em um período de ditadura militar.

O controle sobre o corpo da mulher parece não ser novidade, algo que se constrói ao longo da história, percebido em diversos espaços, inclusive no futebol. Assim como as mulheres foram impedidas de jogar no ano de 1941, em período recente e não por força de lei, a entrevistada A2, quando criança também foi impedida de jogar no time dos meninos. Fica evidente que a criação de leis que garanta os direitos a mulheres no futebol é fundamental, no entanto, o preconceito, inerente ao meio social e ao lugar construído para mulheres na sociedade, como cuidadoras da casa e dos filhos, forjado por uma cultura discriminatória e preconceituosa, reproduz desigualdades de gênero que impedem ou limitam a prática esportiva para elas.

De acordo com Goellner (2005), o reconhecimento pelas conquistas dentro de campo e o aumento no número de jogadoras no país não garantiram um espaço de igualdade para as mulheres no futebol. Como jogadoras, permanecem sofrendo preconceitos e contando com a inexistência de políticas privadas e públicas, que incentivem e estruturam as práticas das mulheres no futebol.

As dificuldades na inexistência de políticas públicas foram identificadas durante a pesquisa. Das dez atletas entrevistadas, oito relataram terem enfrentado dificuldades financeiras para se manterem no time de futebol feminino. Como eram poucos os lugares que tinham times apenas de meninas, as atletas precisavam se deslocar e passar o dia fora de casa. O incentivo e apoio financeiro vinha apenas da família, que, em sua maioria, apresentava dificuldades de arcar com as custas de transporte e alimentação, conforme evidencia o trecho extraído da entrevista da A5:

[...] uma grande dificuldade foi o dinheiro para ir treinar, nossa a maior mesmo, as vezes eu chegava na minha mãe e falava: “mãe acabou o dinheiro como é que eu vou treinar?” e ela falava: “não a gente vai dar um jeito eu vejo com seu pai”. Eu saía cedo de casa para chegar no treino, pegava o ônibus perto de casa, aí treino, metrô e ônibus, para chegar no treino, para voltar a mesma coisa, a falta de dinheiro era a maior dificuldade, porque o dinheiro vai muito rápido [...].

Goellner (2010) destaca a importância de reconhecer a diversidade, de saber que as pessoas são diferentes e produzidas por marcadores identitários como classe social, gênero, raça/etnia, capacidades físicas e sexualidades. Não reconhecer estes marcadores seria como reforçar o preconceito e proporcionar um processo de exclusão de vários espaços, inclusive da prática de esporte, aqui pensada mais exclusivamente a do futebol. Maria Souza e André Capraro (2017) apresentam como resultados de sua pesquisa que as interdições em relação às meninas no futebol não estão apenas relacionadas ao seu sexo. A autora e o autor destacam

uma diferença de habilidade técnica apresentada quanto à maioria dos meninos. Cabe ressaltar que não se trata da diferença de habilidade técnica, mas de desigualdades históricas, e socioculturais, dado que, como vimos anteriormente, quando ainda crianças, às meninas, são oferecidas brincadeiras em ambientes fechados e restritos, enquanto os meninos tomam conta da quadra da escola e dos ambientes ao ar livre (LOURO, 1997). Por isso, pode-se dizer que as meninas não são preparadas para jogar futebol e sim para cuidar da casa, dos filhos, da família e exercer trabalhos que envolva a questão de cuidados.

Considerado o apresentado anteriormente, o relato da A2 mostra o quanto é equivocado comparar o futebol dos homens com o futebol de mulheres, quando a comparação não remete à desigualdade nas condições construídas e ofertadas.

[...] As diferenças físicas entre os homens e as mulheres fazem com que as pessoas enxerguem o futebol feminino como lento e sem graça sobre as questões de gênero, e os conceitos de igualdade, uma vez a questão não é ser igual aos homens ou comparar o seu futebol e sim ser respeitada na sua individualidade e nas suas diferenças como mulher, que pode exercer o direito de jogar futebol sem comparações. A gente é muitas vezes comparada com os homens e isso é muito ruim, cada um tem que ter o seu lugar, quer queira ou não, os homens têm mais força física, esse biológico é coisa deles, então, não tem como comparar eles com a gente. Isso acaba entrando também pelo outro lado, que comparam tanto e acham que a gente não chega nem aos pés, tem que lidar com os fatos que a sociedade não consegue impor, que é a coisa biológica. Se eu for colocar um homem para correr ou para levantar um peso, ele vai se levantar mais. Colocar cada um no seu lugar, mais quando colocado eles veem que a gente é capaz de mostrar muitas coisas e fazer um futebol bonito também, tem coisa que não depende de fatores biológicos e sim da sua capacidade.

Para Goellner (2010), é visto que existem diferenças de habilidades físicas entre meninos e meninas, no entanto, é preciso problematizar que essas diferenças não estão firmadas unicamente nas diferenças de anatomia, mas envolvem todas as oportunidades de vivências e experiências ofertadas para as crianças desde o seu nascimento, visto que as famílias, por aspectos culturais e sociais, incentivam de diferentes formas um menino e uma menina. Nesse contexto, é preciso pensar a prática do futebol a partir da análise de gênero e refletir em torno das construções subjetivas que ocorrem no desenrolar destas relações sociais. Ao se analisar, por exemplo, as brincadeiras de infância, é comum encontrar bolas de futebol e camisetas de times entre os brinquedos dos meninos; entre os brinquedos das meninas, na maior parte das vezes, as bolas são ofertadas em outra conjuntura, cheias de cores e remetendo a outros esportes. Aspectos como estes parecem delimitar desde muito cedo um espaço que não é para todos/a.

Márcia Barbosa e Betina Lima (2013) se referem à divisão sexual do brinquedo como um fator de grande relevância para a escolha de futuras profissões, pois consideram que, através dos brinquedos recebidos na infância, as meninas já são preparadas para assumirem determinados papéis e são excluídas de outros, por meio de fatores socioculturais que estão sustentados em um sistema de gênero e colaboram para as sub-representações das mulheres nos espaços construídos para os homens.

Goellner (2010) discorre sobre a importância de ofertar para as meninas atividades que as incentivem a práticas esportivas, valorizando e reforçando de maneira positiva as suas performances de forma que se sintam motivadas e desafiadas a permanecer neste espaço, de modo a desenvolver ainda mais suas habilidades não apenas na esfera privada, mas também na esfera pública.

Diante do que foi apresentado, entende-se a inserção das mulheres no futebol como um caminho repleto de dificuldades e preconceitos, que são produzidos e se fortalecem em relações sociais, culturais, históricas e políticas. Com isso, uma mulher jogar futebol representa muito mais do que a prática de um esporte, diz sobre a oportunidade de romper paradigmas e reconhecer as diversidades.

4.3 MARIA MACHO ENTRA EM CAMPO: APONTAMENTOS SOBRE O PRECONCEITO NO FUTEBOL

Jorge Knijnik (2006) evidencia que o preconceito se dá com todo/a aquele/a que foge a norma social e coletiva. No caso do futebol, um esporte com predominância masculina, mesmo não tendo nenhuma questão legal (futebol feminino liberado em 1979) que impeça as mulheres de praticar qualquer modalidade esportiva, as que jogam são vistas de forma preconceituosa. O autor destaca ainda que o preconceito pode se manifestar de diversas maneiras, por violências físicas, verbais, morais, psicológicas que envolvem até mesmo o desprezo, afastamento do grupo e falta de reconhecimento. Maria Souza e André Capraro (2017, p.6), mostram que as trajetórias das atletas de futebol, na infância, são marcadas por tentativas de impedimento ou restrição a prática “[...] seja por meio do desencorajamento de familiares, ofensas ou a exclusão inicial do convívio masculino.”

Na pesquisa realizada, o preconceito foi narrado por todas as atletas entrevistadas como presente logo no início da prática esportiva na infância. Referem-se ao preconceito vindo do convívio social não de familiares mais próximos, uma vez que, das dez atletas entrevistadas, todas receberam o apoio da família. O preconceito familiar, quando citado,

referia-se a parentes distantes do núcleo familiar. Um exemplo representativo foi trazido pela A5. Em sua entrevista, relatou que o maior preconceito sentido por ela na infância vinha das colegas meninas, que riam do jeito que ela se vestia, já os meninos, inicialmente, demoraram para lhe aceitar, mas depois que viram que ela se igualava com eles no desempenho futebolístico passaram a respeitá-la. Sobre o preconceito, destaca-se ainda o relato da entrevistada A7: “[...] então, muitas pessoas julgam pela forma de vestir, pelo esporte que a gente pratica, muitas vezes, vão dizer: “ah usa moletom, ah quer fazer igual homem” [...].” Segundo Knijnik (2006, p. 114), “a mulher que entra neste mundo é imediatamente vista sob forma preconceituosa, é a diferença num mundo que quer permanecer igual, porém sem igualdade.”

O preconceito foi identificado também no relato da A8, ao lembrar do seu início no futebol na escola quando os colegas meninos colocavam condições para que ela pudesse participar dos jogos de futebol: “[...] eles ficam me chamando de gurizinho e queriam que eu raspasse o meu cabelo, por que como eu jogava futebol eu tinha que parecer um guri para jogar que nem eles[...].”

A lembrança da entrevistada A8 sobre o seu início no futebol vem carregado de marcas e sofrimentos que lhe acompanham até os dias atuais, identificados pelos sentimentos de dor manifesto em suas lágrimas quando durante a entrevista lembrou a sua infância. Percebe-se que a condição imposta pelos colegas de A8 estava relacionada ao corte do cabelo, que é um símbolo na nossa sociedade de feminilidade. Com isso, para praticar um esporte de hegemonia masculina, as meninas precisariam se parecer fisicamente com os meninos, o que mostraria ter condições semelhantes.

Kessler (2015) apontou que em um esporte como o futebol, onde há desigualdades no tratamento de homens e mulheres, com preponderância das características masculinas, ser feminina pode desqualificar o seu desempenho dentro do campo. A autora observa que enfatizar as características femininas, como por exemplo, usar acessórios e maquiagens em campo, é colocar a jogadora em uma posição de menor valor, no entanto, de forma contraditória, auxilia na busca por patrocínios. Além disso, conforme Kessler (2015), existe uma forte tendência de as jogadoras se masculinizarem, na medida em que as características tidas como masculinas (força física, agressividade) auxiliam no maior rendimento em campo e fazem com que sejam identificadas, nos gritos da torcida, como animais que representam a força masculina (cavalas, ostras, monstros).

Outro ponto a ser destacado se refere ao termo Maria Macho, presente nos relatos de todas as jogadoras entrevistadas, sendo o mais lembrado quando questionadas sobre os

preconceitos e os comentários ouvidos durante as suas trajetórias no futebol. A terminologia Maria Macho segue um discurso que normaliza e que procura impor a norma de que as mulheres que jogam futebol querem também se parecer com os homens, inclusive, na sua sexualidade. A sexualidade foi vedada durante todas as entrevistas e só apareceu diretamente na fala da entrevistada A7, que apontou o olhar das pessoas para as mulheres que jogam futebol como preconceituoso. Segundo a atleta, é como se a profissão escolhida definisse a sua sexualidade:

A primeira coisa que todo mundo fala: “ah jogo futebol, ah então você namora com menina”. Eu falo: “não, não necessariamente, minha profissão, o que eu faço não define a minha opção sexual.” As pessoas confundem muito isso e dizem: “Ah por que vocês andam igual homem”. Posso justificar isso com uma simples coisa, nós mulheres para bater falta, assim para bater na bola, a gente precisa abrir as pernas para poder né ter a posição para bater na bola. O homem já faz isso de uma forma natural, é do homem isso. Então, nós mulheres, como temos que treinar dessa forma, a gente acostuma. Por isso que às vezes, muitas vezes, a gente anda da forma que anda [...]. (A7).

A análise mostra que muitas mulheres por praticarem um esporte de hegemonia masculina, que exige força e agressividade, para que possam alcançar um bom rendimento em campo, precisam de habilidades que não são socialmente esperadas para uma mulher. Entra-se aí em aspectos naturalizados como femininos e masculinos. Então, andar com a pernas mais abertas não é algo esperado de uma menina e, quando acontece, causa estranhamento do meio social, que se mostra preconceituoso por considerar anormal. Se uma mulher assume um comportamento considerado socialmente masculino, é porque quer ser um homem e deseja se relacionar afetivamente com mulheres.

Conforme Goellner (2010), o esporte, como por exemplo o futebol, exige características que combinem com uma prática mais viril e quando as meninas mostram um perfil de comportamentos e atitudes mais agressivas, buscando corresponder ao esporte, sua feminilidade é colocada em dúvida e ela passa a ser vista como masculina. Atitudes como estas reforçam o preconceito e inibem a permanência das meninas no esporte.

Cada vez mais, percebe-se a existência de espaços para homens e mulheres, instituídos e delimitados por construções de gênero. Com isso, às mulheres, são atribuídas características e atitudes, as quais como visto podem ser definidas como performances (BUTLER, 2020). No caso específico das jogadoras de futebol, devido a escolha por uma profissão de hegemonia masculina, o que se vê são mulheres que buscam se contrapor a norma, o que instiga refletir sobre a divisão sexual do trabalho.

Para Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho se define como espaços que foram produzidos culturalmente e socialmente para homens e para mulheres. As autoras relacionam dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho: o princípio da separação, entendido como trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; o princípio hierárquico, que considera a existência de maior valor agregado ao trabalho realizado pelos homens. As autoras apontam que ambos os princípios estão presentes em todas as sociedades, ao mesmo tempo em que a divisão sexual do trabalho apresenta variações conforme o tempo e o espaço.

Conforme Kergoat (2009), historicamente, a divisão sexual do trabalho foi utilizada por alguns etnógrafos para explicar a repartição das tarefas entre homens e mulheres e as estruturas sociais e familiares. Para além de uma divisão de tarefas, antropólogas feministas foram as primeiras a refletir sobre a divisão sexual e o estabelecimento de relações de poder dos homens sobre mulheres. A esfera produtiva de valor agregado, envolvendo política, religião e militarismo, foi atribuída aos homens; a esfera reprodutiva, que consiste, por exemplo, na maternidade e no cuidado dos filhos e da casa, foi atribuída às mulheres.

Silvia Yannoulas (2011) destaca que as construções de espaços e características, delimitadas como masculinas (força, agressividade) e femininas (fragilidade, afetividade), atribuíram a mulheres, na esfera privada, o cuidado com a família e a maternidade; enquanto os homens, no espaço público, precisam mostrar sua força de produtividade e independência. A autora escreve ainda que, “[...] com base nessa identidade feminina, foi legitimada a discriminação das mulheres, em diversos âmbitos – mercado de trabalho, política, cultura, entre outros.” (YANNOULAS, 2011, p.275).

Tendo em vista o que foi apresentado e compreendendo o futebol como um esporte que exige força e agressividade, é coerente dizer que as características das mulheres construídas socialmente, como fragilidade e afetividade são opostas ao futebol. As meninas e mulheres quando praticam futebol precisam enfrentar muito mais do que as dificuldades da profissão, passam a enfrentar o preconceito e a discriminação de uma profissão considerada masculina.

Embora, na ocasião, não visto como uma profissão, as atletas relatam sentimentos de preconceito sofridos na escola e na vida, que surgiu pelo fato de escolherem uma modalidade esportiva atrelada a características ditas masculinas. Além disso, mesmo crianças, foram julgadas quanto à sua sexualidade e excluídas por olhares que enxergavam a escolha pelo futebol como anormal. Sobre a situação, a entrevistada A2 destacou: “O preconceito por ser menina e jogar futebol é uma bagagem que a gente carrega desde criancinha.”

Segundo Knijnik (2006, p 397), “as atletas do futebol feminino, muitas vezes, constroem uma identidade de resistência no interior da modalidade e de seus grupos abrindo fronteiras para que novas identidades de gênero possam se firmar.” A entrevistada A7 mostrou ainda que o preconceito sofrido referente à sexualidade circula de forma diferente dentro do grupo de jogadoras do time, quando se está fora da norma esperada pelo próprio grupo, conforme o relato que segue:

[...] tem meninas que se identificam com o sexo feminino? Tem, mas a gente não pode botar todas no mesmo saco e acho que isso acontece muito no mundo do futebol feminino. Até mesmo, entre nós mesmo mulheres acontece, de chegar e dizer:” você não fica com mulher?” E eu respondo: “Não”. E aí rir da outra porque a outra tem uma opção sexual diferente da sua, tipo: “ah ela é hetero, ah heterozona”, ou ter uma outra opção e a outra vir e dizer: “ai que nojo”, acho que não tem essa necessidade e acaba que isso reflete fora de campo.

O time de mulheres cria suas próprias normas para se sentirem aceitas no futebol dos homens, fugindo do preconceito do meio social e se construindo com suas próprias identidades. Talita Vieira e José Justo e Sônia Mansano (2021) mostram que a experiência inicial das atletas de futebol é repleta de preconceitos, no entanto, nas gerações atuais, o preconceito é mais forjado, o que significa dizer que ele não está exposto, mas se mantêm nas entre linhas, no dito politicamente correto e, ao mesmo tempo que se sabe que não se pode impedir a entrada das mulheres no futebol, não se efetiva a sua inserção.

A análise das entrevistas mostrou que o preconceito perpassa todas as práticas de futebol feminino, desde a inserção das meninas no time do futebol dos meninos, até a diferenciação dos corpos e a migração para um time apenas de mulheres, seguindo até os dias de hoje. As atletas entrevistadas atualmente lidam melhor com o preconceito forjado (VIEIRA; JUSTO; MANSANO, 2021), posto que o preconceito sofrido atualmente se naturalizou. Como relatou A8, “estamos vacinadas”. A vacina referida pela entrevistada mostra uma naturalização da dor, à medida que as atletas, hoje adultas, encontram também mais recursos para lidar com as marcas sofridas nos processos de exclusão no futebol.

4.4 DESCONTINUIDADES NA PRÁTICA DO FUTEBOL FEMININO PROFISSIONAL

O primeiro aspecto a ser destacado refere-se à descontinuidade dos trabalhos realizados no futebol feminino, uma vez que se identificou que as entrevistadas já sofreram com a interrupção repentina de seus trabalhos e o sentimento de instabilidade é contínuo. É

como se o exigido por lei pelas instituições gestoras do futebol (FIFA, CONMEBOL, CBF) acontecesse por períodos delimitados e apenas para alguns clubes.

As discontinuidades são apresentadas por Goellner (2020, p. 7) em uma perspectiva histórica e, “se por um lado a regulamentação possibilitou que o futebol invisível emergisse das sombras, por outro os investimentos não foram suficientes para garantir sistematicidade e reconhecimento à modalidade.” As mulheres no futebol vivenciaram e enfrentaram situações de proibições, liberações e muitas dificuldades e para que pudessem jogar futebol se deram sucessivas discontinuidades. Durante a pesquisa as discontinuidades vivenciadas foram ocupando os depoimentos das jogadoras. A1 relatou a situação passada por ela durante a disputa do Campeonato Brasileiro da série A2 do ano de 2020, quando ainda estava em outro clube:

[...] a gente fez uma campanha muito ótima no Brasileiro A2 e quando a gente foi desclassificado nas quartas pelo Nápole, que foi o campeão, acho que a diretoria do Clube, assim, largou. Assim, a gente estava bem, eles estavam com a gente, aí quando acabou, eles largaram, não deram continuidade, não quiseram. E aí todo final de temporada, muitas atletas saem né, vão para outro time. Enfim, e fica nisso de “ah vamos fazer peneiras para vim mais gente”. Nesse meio aí, ninguém fez nada e a comissão também não quis. Então, acaba desse jeito e a gente ficou assim de mãos atadas né, todo mundo, a gente ficou parada [...]. (A1, GRUPO FOCAL).

A5 durante o grupo focal completou: “[...] acabou os campeonatos, o nosso técnico saiu, a gente estava pronta para iniciar os trabalhos esse ano, e largaram mão, não pagaram e etc. [...]”. Os depoimentos de A1 e A5 mostram que as atletas se viram desamparadas profissionalmente com o término do time, sem treinar, sem jogar e sem receber. Relataram que por muitas vezes pensaram em desistir do futebol. Foi com o auxílio de agentes, os/a conhecidos/a como empresários/a do futebol, que as jogadoras conseguiram se recolocar novamente no mercado, pela inserção no Criciúma EC, no início de 2021.

A presença dos agentes também apareceu e foi citada pela A7: “Meu representante um dia me ligou, eu estava em casa, na verdade eu cheguei para ele assim ‘não quero mais ficar aqui, mas também não quero voltar para o Brasil sem ter um clube’ e ele conseguiu um clube para mim”. Observa-se que os agentes, denominados por A7 como representante, têm uma importância para as atletas, pois auxiliam na colocação nos clubes e em troca passam a representar os direitos das atletas. A discussão emergiu também durante o grupo focal quando as entrevistadas relataram que o único clube que conseguiram entrar sem

agentes foi o Criciúma EC. Segundo informaram, outros locais nem se quer recebem para uma avaliação se não for por intermédio de agentes.

Em relação aos agentes, conforme Almeida (2018, p. 237), as transformações ocorridas no cenário do futebol feminino nos últimos tempos, envolvendo a busca pela profissionalização da modalidade fez surgir novas atrizes e novos atores, que são os/a agentes de carreiras esportivas. Porém, demonstrou que os/a agentes têm seus interesses ao pressionarem a FIFA e as demais instituições gestoras do futebol a buscar regulamentações na profissionalização e, por conseguinte nos contratos realizados com as atletas, sendo que, muitas vezes, assumem o papel de tutela das jogadoras.

Infelizmente, a situação citada anteriormente por A1 e A5, que envolve a interrupção dos trabalhos no âmbito do futebol feminino sem justificativas convincentes, não causa estranhamento e aparecem em outras entrevistas realizadas. Estudos sobre o tema demonstram que o processo de descontinuidade acompanha inclusive a história das mulheres no futebol. Enny Moraes (2012), em sua tese, teve como objetivo principal relatar e socializar histórias de mulheres futebolísticas no interior baiano, no período entre 1970 e 1990, buscando quebrar a invisibilidade e o silêncio, presentes no futebol feminino destaca como principais achados a possibilidade de articular as histórias das mulheres entrevistadas com situações de preconceitos e desigualdades, tais como, encerramento de times de forma precoce com interferência na renda familiar das jogadoras, descaso da imprensa, precariedade e sucateamento do futebol feminino, envolvendo falta de investimento e estrutura na formação das atletas.

A autora aponta que, no ano de 1998, o Corinthians, ao ficar em segundo lugar no Campeonato Paulista, decidiu encerrar o time de futebol feminino e as jogadoras saíram sem nenhuma garantia financeira e nem mesmo ética. O futebol “[...] não conferiu as mulheres um futuro economicamente estável, mesmo após uma vida de dedicação nos gramados e das frequentes cobranças e pressões que lhe foram impostas, especialmente no período de competições [...]” (MORAES, 2012, p. 189).

Outro exemplo de descontinuidade pode ser verificado no estudo realizado por Kessler (2015) e se refere ao Santos Futebol Clube que tinha seu time de mulheres desde o ano de 1997, alcançando seu auge entre os anos de 2009, mas que, no dia 03 de janeiro de 2012, encerrou as atividades do time de futebol feminino com a explicação de que precisava cortar gastos e voltar os investimentos para manter o jogador-revelação da época Neymar. Em 2015, com a eleição para novo presidente do clube, foi ativado novamente o time de futebol de mulheres (KESSLER, 2015).

Ao encontro com os achados das autoras, destaca-se a tese de Mayara Maia (2021) que buscou compreender como se deram os (des)impedimentos do futebol de mulheres no estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente, o Grêmio *Foot-Ball* Porto Alegre e o Sport Club Internacional. A autora descreveu os caminhos percorridos pelo Grêmio e Internacional no que diz respeito à reativação do futebol de mulheres, marcados por constantes encerramentos e retornos.

Segundo Maia (2021), os times do Internacional e do Grêmio encerraram suas atividades no futebol feminino por duas vezes. A primeira delas na década de 80 e retornaram com o Departamento Feminino, apenas no ano de 1996 no Internacional e em 1997 no time do Grêmio. Por motivos financeiros, troca de direção, falta de renovação de contratos e a desvalorização das jogadoras, os dois times encerraram as atividades novamente no ano de 2003 (Grêmio) e 2004 (Internacional). Considerando que os referidos times haviam assinado o PROFUT²⁵ em 2015 e frente à exigência realizada pela CONMEBOL, as equipes de futebol de mulheres foram reativadas no ano de 2017 e se mantêm até o momento da referida pesquisa.

Em Santa Catarina, segundo a reportagem de Dominique Nobre (2021) do NSC Total²⁶, o time do Kindermann que fazia parceria com o time do Avaí, citado em capítulo anterior como referência no estado, com destaques no futebol nacional e internacional com a participação inclusive na Copa Libertadores Feminina, anunciou no dia 18 de novembro de 2021 o encerramento das suas atividades. A reportagem destaca que as atletas e comissão que faziam parte do grupo já foram dispensadas.

Com isso, é possível analisar que, em diferentes períodos e estados do Brasil, a liberação do futebol das mulheres não garantiu a efetivação da prática. As mulheres não estão mais impedidas de jogar futebol, no entanto, marcado pela desvalorização cultural, social e a falta de investimentos, as descontinuidades geram instabilidades e inseguranças que as impedem de planejar um futuro promissor no futebol. O incentivo de instituições gestoras do futebol é fundamental neste processo, mas ainda não impedem as descontinuidades.

Kessler (2015, p. 105), ao apontar discursos que são produzidos em torno do futebol feminino, cita a falta de futuro, relacionada à ausência de segurança que as jogadoras

²⁵ Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – PROFUT – LEI 13.155 de 04 agosto de 2015. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.155-2015?OpenDocument Acesso em: 29 nov. 2021.

²⁶ Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/familia-kindermann-encerra-atividades-do-clube-apos-disputar-libertadores-feminina>. Acesso em: 29 nov. 2021.

enfrentam em relação à continuidade no futebol profissional, sendo este um fator desmotivador, como se o trabalho que realizam não pudesse proporcionar um crescimento e ficasse sempre na esfera da desvalorização.

É visto que em outras áreas profissionais empresas podem encerrar as suas atividades, mas se comparado ao futebol dois pontos são de suma importância a serem destacados. Primeiro, quando isso acontece, as pessoas que realizam o trabalho em empresas, de acordo com a legislação trabalhista, devem ter seus direitos profissionais garantidos, o que é raro quando se fala de futebol feminino, como será abordado posteriormente. Segundo, as empresas não deixam de realizar as suas atividades com a mesma frequência que ocorre no futebol.

Como visto, os clubes que encerram o time de futebol feminino mantêm as outras atividades e apontam as questões financeiras como um dos principais motivos para não continuar com o time de mulheres. Uma problemática que pode colaborar para as descontinuidades no time de futebol das mulheres e que apareceu fortemente nas entrevistadas se refere à indevida utilização do recurso financeiro recebido pela CBF para manter os times de futebol feminino. No grupo focal, relatos indignados de atletas mostraram que se sentem injustiçadas, em virtude de que o valor recebido já é menor que o destinado aos times de futebol masculino e mesmo assim não seguem o destino esperado. O relato da A10 é representativo da situação:

uma coisa que aconteceu comigo na C., tipo na época da Pandemia, vários times receberam é acho que foi R\$ 50.000, acho que foi R\$ 150.000 que receberam e o feminino nem viu a cor deste dinheiro. Tipo era para o feminino, mas primeiro vai para o masculino, para o masculino repassar para o feminino. E chegou no masculino e não repassaram para gente. (A10, GRUPO FOCAL).

As demais jogadoras confirmaram o ocorrido em outros clubes que atuaram. A1 relatou que “no J. também aconteceu isso”. A7 concluiu dizendo que “em todos os clubes, no A. também aconteceu isso”. A falta de apoio institucional, de investimento e de utilização adequada dos recursos no futebol feminino são problemáticas, dificultam o crescimento e a valorização da modalidade esportiva.

Em matéria do Globo Esporte, de maio de 2020, foi noticiado que a CBF distribuiu R\$ 3,7 milhões aos 52 times que participaram da competição do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino da primeira divisão (A1) e a segunda divisão (A2)²⁷, foram 120 mil para os 16 times da série da A1 e R\$50 mil para os 36 times da A2. Em

²⁷ Os times da A1 e A2 do futebol brasileiro são obrigados, desde o ano de 2019, a incluir times de futebol feminino para participar das competições destinadas ao futebol masculino, conforme citado anteriormente foi instituído pela FIFA (2016), COMEBOL e CBF (2017).

contrapartida, atletas de diversos clubes relataram que não recebem salários e a maior parte sobrevive com a ajuda de custo paga pelos clubes, que era insuficiente, exigia a realização de outras atividades durante o dia e de treinos à noite. Além disso, as atletas relataram sofrer, por parte dos dirigentes dos clubes, ameaças de dispensas e represarias envolvendo o término dos times de futebol feminino.

Considera-se importância a ação da CBF, enquanto instituição máxima na gestão do futebol brasileiro, bem como suas filiadas, as Federação Estaduais no papel de fiscalizar e acompanhar de perto, por meio do processo de prestação de contas a utilização dos recursos destinados ao futebol feminino. Além disso, é de suma relevância que os recursos sejam ampliados de forma que possam alcançar as necessidades reais desta modalidade esportiva que precisa ser fortalecida dentro e fora de campo, com objetivo de conseguir ter uma continuidade nos trabalhos realizados que possam garantir os direitos das jogadoras, dado que as discontinuidades produzem e reafirmam desigualdades de gênero.

4.5 FUTEBOL FEMININO E DESIGUALDADES DE GÊNERO DENTRO E FORA DE CAMPO

Segundo Kessler (2015, p.274), “a (in) visibilidade das mulheres como sujeitos esportivos também se refere às desigualdades sociais no tratamento dos gêneros e nas ênfases dadas as características consideradas masculinas.” Em toda a América Latina, o futebol é símbolo de masculinidade hegemônica e o futebol brasileiro, neste contexto, é uma expressão de masculinidade, do que é ser “macho”. Com isso, a prática do futebol realizada por mulheres envolve muito preconceito e desigualdades.

As desigualdades de gênero no futebol feminino são identificadas no transcorrer da análise na forma como as jogadoras são tratadas dentro e fora do campo. Dentro do campo, a análise mostra que as jogadoras se sentem desrespeitadas durante a narração dos jogos, na relação estabelecida entre árbitro e jogadoras e inclusive na ausência do nome nas camisas de uniforme de jogos. As formas como são tratadas, desrespeitadas e não reconhecidas, entre outras questões, relacionam-se com desigualdades de gênero no âmbito da construção das feminilidades e masculinidades. Kessler (2015) utilizou os termos Barbies e Ogras para falar, respectivamente, de feminilidades e de masculinidades no futebol das mulheres. As nominadas como Barbies são as jogadoras que demonstram a sua feminilidade, mostrando-se frágeis e delicadas, no entanto, apesar de auxiliar na busca por patrocinadores, não alcançam a

força e a potência exigidas no futebol. Enquanto as Ogras, por meio dos seus comportamentos gestuais, jeito de andar e vestir, mostram-se mais masculinizadas e apresentam mais força física e ênfase no rendimento em campo.

As masculinidades e feminilidades muitas vezes são usadas no futebol para proferir julgamentos e/ou xingamentos. A7 relatou que as pessoas além de ter um olhar preconceituoso julgam pela profissão que realizam, ou seja, “[...] se você joga futebol, então você quer se parecer com homem.” O depoimento de A7 se refere ao fato de as mulheres adentrarem em um esporte de hegemonia masculina, conforme ressaltou:

[...] nós mulheres, para bater, falta. Assim, para bater na bola, a gente precisa abrir as pernas para poder ter a posição para bater na bola. O homem já faz isso de uma forma natural, é do homem isso. Então, nós mulheres, como temos que treinar dessa forma, a gente acostuma. Por isso que, às vezes, muitas vezes, a gente anda da forma que anda. Não são todas, porque tem mulheres que jogam futebol e se vê ela fora do campo, você não diz que ela joga futebol. Então, muitas pessoas julgam pela forma de vestir, pelo esporte que a gente prática.

Kessler (2015, p.288) distingue que “ser masculina é a marcação do diferente” e, com isso, cria-se um paradoxo, porque as mulheres precisam romper com uma norma de que os homens são fortes e as mulheres são frágeis. Seguindo esta norma de gênero, se para bater na bola é necessário ter força, as mulheres não servem para jogar futebol. Ao entrar em campo e jogar o seu futebol, as mulheres desafiam a norma, o que contribui para aumentar o preconceito, à medida que ultrapassam a fronteira do que seria tido como natural.

Na visão de Butler (2020), o corpo do homem é universal e o corpo feminino precisa ser marcado, seguido da hipótese binária que cria e classifica espaços diferentes para cada um/a. Referente ao gênero, a autora aponta que “[...] é o aparato pelo qual se dá a produção e a normalização do masculino e do feminino junto com as formas intersticiais hormonais, cromossômicas, psíquicas e performáticas que o gênero assume [...]” (BUTLER, 2006, p. 71, tradução nossa).²⁸ Com isso, entende-se que os discursos normativos de gênero produzem feminilidades e masculinidades, efeitos sobre os corpos, regulam e instituem formas de existência. Sobre as normas de gênero, Butler (2006, p.83, tradução nossa)²⁹ observa:

²⁸ “[...] El género es el aparato a través del cual tiene lugar la producción y la normalización de lo masculino y lo femenino junto con las formas intersticiais hormonales, cromosómicas, psíquicas y performativas que el género assume [...]” (BUTLER, 2006, p.71).

²⁹ “Entonces, un sentido importante de la reglamentación es que las personas son reguladas por el género y que esse tipo de reglamentación funciona como una condición de inteligibilidad cultural para cualquier persona. Desviarse de la norma del géneroes producir el ejemplo aberrante que los poderes reguladores (médico, psiquiátrico y legal, por nombrar algunos) pueden rápidamente explorar con el fin de reforzar las razones

[...] um importante sentido de regulação é que as pessoas são reguladas por gênero e que esse tipo de regulação funciona como condição de inteligibilidade cultural para qualquer pessoa. Desviar-se da norma de gênero é produzir o exemplo aberrante que os poderes regulatórios (médicos, psiquiátricos e jurídicos, para citar alguns) podem explorar rapidamente a fim de reforçar a justificativa para continuar seu próprio zelo regulatório. Permanece, portanto, a questão fundamental de saber quais desvios da norma interrompem o próprio processo regulatório.

Conforme apresentado, a norma produz e controla a existência das pessoas nas esferas individual e de controle social. Com base no argumento da autora, em relação ao futebol feminino, é possível analisar o escrito no Decreto-Lei de nº 3.199, Art. 54, do ano de 1941, que dispõe sobre a proibição das mulheres no futebol: “[...] às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza [...]”. A condição da natureza referida na lei está relacionada às características atribuídas às mulheres, tais como a fragilidade, preocupações com o corpo belo, a maternidade. Logo, a força física e agressividade, necessárias à prática do futebol, seriam incompatíveis com as características das mulheres.

É importante considerar que a subjetividade feminina se constitui permeada pela atribuição de atividades relacionadas ao cuidado, até mesmo quando as mulheres realizam profissões que não envolvem o trabalho de cuidados, como é o caso do futebol. Sobre o trabalho de cuidados, Joan Tronto (1997) aponta que os homens têm “cuidado com”, considerado importante no meio social, como por exemplo, sustento da família, progresso e o trabalho que realizam; enquanto as mulheres, “cuidam de” suas famílias e filhos, atividades de menor valor de mercado. Em grande medida, quando as mulheres se inserem no mercado de trabalho, as atividades desenvolvidas por elas estão relacionadas aos trabalhos de cuidados.

Foram muitos os momentos em que as entrevistadas descreveram que se sentem desrespeitadas durante os jogos. A9 relatou que quando elas erram num momento decisivo do jogo é comum ouvirem dos torcedores a seguinte frase: “vai lavar uma louça”. Ao encontro do que foi apontado pela A9, A6 mencionou sobre o papel da mulher na sociedade: “[...] a gente vem de uma sociedade machista, então, para uma mulher é estudar, é cozinhar, é ter filho, é ser dona de casa; então eu vejo que é complicado ser mulher neste meio, mas a gente está fazendo o que gosta [...]”.

Os relatos das jogadoras vêm ao encontro do apresentado por Joan Tronto (1997) de que o papel da mulher na sociedade está relacionado ao trabalho de cuidado, o trabalho

fundamentales para la continuidad de su propio celo regulador. Por tanto, la cuestión fundamental sigue siendo qué desviaciones de la norma interrumpen el proceso regulador mismo.” (BUTLER, 2006, p. 83).

reprodutivo e de menor valor social. Como o futebol não se enquadra no trabalho de cuidado, as trajetórias percorridas pelas jogadoras passam a ser repletas de dificuldades, preconceitos, desigualdades e resistências por parte das mulheres. Além disso, não são apenas os torcedores que desrespeitam as jogadoras em campo. O desrespeito vem inclusive dos profissionais, como é o caso de narradores, que ao invés de enfatizarem as qualidades futebolísticas das atletas em campo, fazem menção a aspectos estéticos. A10 (Grupo Focal) relatou que, durante um de seus jogos, o narrador falou: “inclusive a zaga do Internacional tem duas meninas muito bonitas, muito formosas”. A3 (Grupo Focal) completou: “se você pegar um Galvão Bueno um Cléber Machado, eles não falam que o Neymar é lindo, que o Cristiano Ronaldo é charmoso, eles não falam isso, entendeu?”.

As entrevistadas se referem ao fato de que, quando os homens jogam futebol, os comentários realizados pelos narradores ficam por conta das condições físicas e técnicas dos jogadores, as questões de beleza e/ou estéticas não são nem se quer citadas durante a narração de um jogo de futebol masculino. No entanto, quando as mulheres entram em campo é comum ouvir comentários que exaltem o corpo belo, ao invés das suas habilidades futebolísticas. Trata-se de uma tentativa de reconduzir as jogadoras de futebol ao que é construído como norma de gênero, do que se espera de uma mulher, tal como determinado padrão feminino de beleza, por exemplo.

Além dos narradores de jogos de futebol, igualmente, os árbitros foram profissionais lembrados pelas entrevistadas como sinônimo de desrespeito com as jogadoras durante os jogos. A10 apontou que “muitos árbitros consideram apitar um jogo do futebol feminino algo ruim para imagem deles.” O que A10 está evidenciando é que, na profissão de árbitro, os jogos são considerados como de maior prestígio, por exemplo, arbitrar uma final de um campeonato de grande visibilidade, e outros de menor relevância. Considerando a desvalorização social e cultural do futebol feminino, seriam jogos de menor ou sem importância.

As entrevistadas destacaram ainda que os árbitros se aproveitam de a condição da jogadora ser uma mulher para responderem de forma grosseira e agressiva, diante de situações que não exigiriam tal postura. A3 (Grupo Focal) trouxe uma situação: “[...] às vezes, você faz uma falta e é normal você reclamar e a maneira que eles retornam isso para gente falando grosso, forte, se é o masculino, eles não falam assim”. A9 (Grupo Focal) completou: “[...] no nosso último jogo em casa, teve alguns comentários bem machistas, bem pesado da parte da arbitragem, dizendo que futebol feminino é ruim, que nós éramos amadoras e que o jogo era horrível [...]”.

Conforme o livro da CBF de Regras de Futebol (2020, 2021, p.70), “O árbitro deve tomar as decisões do jogo com o máximo de sua capacidade, de acordo com as regras e o espírito do jogo”, sua função é de mediar às situações do jogo, mantendo o respeito durante toda a partida de futebol. Portanto, desrespeitar as mulheres no futebol não vai ao encontro do previsto nas atribuições de um árbitro, bem como reforça o preconceito e constrói desigualdades de gênero. Reconhecer as mulheres pela beleza de seus corpos e não considerar as habilidades técnicas no futebol sugerem uma tentativa capturá-las em determinadas normas de feminilidade.

Segundo Butler (2020), a norma persiste porque nos sujeitamos a ela, somos produzidos e performatizamos as normas de gênero. De acordo com a autora, “[...] esses atos, gestos e atuações, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos [...]” (BUTLER, 2000, p. 235). As normas fundamentam, instituem as regras e evidenciam o que é esperado de homens e de mulheres, determinam o que está dentro ou fora da norma. No caso do futebol, como um trabalho de hegemonia masculina, as jogadoras de futebol pode ser consideradas como “foras da norma”. A lógica contribui para explicar os constantes movimentos de exclusão e de não reconhecimento do futebol feminino.

Outro exemplo de um tratamento desigual e de não reconhecimento relatados pelas entrevistadas se refere à ausência do nome das jogadoras na camisa de futebol, bem como ao fato de elas utilizarem os uniformes que são doados pelos homens e que não servem mais para a utilização do futebol masculino. Em uma reportagem veiculada em 04 de dezembro de 2020, Brenda Mendes (2020)³⁰ pontuou que o futebol feminino avançou muito nos últimos anos, principalmente com as exigências da CBF, no entanto, ações importantes como a personalização das camisas de jogo com o nome das jogadoras não foram realizadas. Na data da reportagem, apenas os times do Corinthians e Santos tinham os nomes das jogadoras nas camisas.

Os relatos das entrevistadas mostraram que a ausência do nome na camisa é mais uma desigualdade de tratamento em relação ao futebol masculino. A respeito da questão, durante o Grupo Focal, A5 argumentou que “[...] sabendo por nome fica gravado, sabe o número e o nome da pessoa, agora você olha só o número você fala ‘nossa essa nove joga muito, está, mas quem é a nove? Quem é a cinco?’, ninguém sabe, passa na rua pela pessoa você nem sabe quem é [...]”

³⁰ Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2020/12/04/futebol-feminino-avancas-so-corinthians-e-santos-usam-nome-nas-camisas.htm>. Acesso em: 30 nov. 2021.

Conforme matéria de Débora Miranda (2021)³¹, veiculada em 02 de maio de 2021, o nome na camisa foi exigido pela primeira vez pela FIFA para o futebol masculino no mundial de 1994 e, apesar de não ser uma exigência da CBF, os clubes desde então passaram a aderir. No futebol feminino, considerando os anos de proibição e as persistentes desigualdades de gênero, o nome das jogadoras na camisa ainda não é uma realidade. No entanto, seria uma forma de reconhecimento, além de auxiliar narradores, árbitros, torcedores a identificar as jogadoras em campo.

As ausências dos nomes nas camisas de jogo foram comentadas durante as transmissões dos jogos do Campeonato Brasileiro de 2020 nas redes sociais. As justificativas utilizadas por alguns clubes entrevistados que não utilizam o nome na camisa é que não existe nenhuma exigência contratual. Além disso, a necessidade da reutilização dos uniformes devido à falta de material e de patrocinadores também foram fatores que justificaram as ausências dos nomes na camisa do futebol feminino. Os times que optaram em personalizar os nomes destacam que a ação auxilia a comercializar o uniforme, uma vez que aproxima a torcida das jogadoras, bem como, é uma questão de ser justo e ter o uniforme das jogadoras com nomes como acontece com o uniforme do time do futebol masculino (MENDES, 2020).

Os torcedores do Palmeiras lançaram no mês de maio de 2021 a campanha nas redes sociais #elastemnome. A campanha pede para que as jogadoras do Palmeiras usem a camisa com o nome nas costas como acontece com o futebol masculino. O time do Palmeiras respondeu que segue os regulamentos da CBF e que colocou a questão como opcional, mas que futuramente pensam em aderir (MIRANDA, 2021). Sobre a importância de ter o nome na camisa, A5 falou que “[...] isso faz todo mundo sorrir, nossa, esse movimento está realmente fazendo crescer o futebol feminino, que eu super apoio, por que a gente não tem nome nas camisetas quando joga, como os homens têm [...]”.

É visto que o movimento proporcionou a mobilização de alguns clubes, no momento da pesquisa além dos times do Corinthians e Santos³², no mês de junho de 2021 alguns outros times também passaram a estampar o nome das jogadoras na camisa de jogo, são eles os times do: Palmeiras³³, Grêmio³⁴ e Internacional³⁵

³¹ Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/colunas/debora-miranda/2021/05/02/elas-tem-nome-torcida-palmeirense-pede-nome-das-atletas-em-camisas-de-jogo.htm> Acesso em: 30 nov. 2021.

³² Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2020/12/04/futebol-feminino-avanca-mas-so-corinthians-e-santos-usam-nome-nas-camisas.htm>. Acesso em: 30 nov. 2021.

³³ Disponível em: <https://nossopalestra.com.br/palmeiras/feminino/apos-campanha-nas-redes-sociais-palmeiras-estampa-nome-de-jogadoras-no-uniforme/> Acesso em: 13 dez. 2021.

³⁴ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/gremio/noticia/2021/06/elastemnome-gremio-anuncia-numeracao-fixa-e-nomes-das-atletas-estampados-nas-camisetas-ckq446ae2002k018038b4if56.html> . Acesso em: 13 dez. 2021

A análise mostra que o que pode ser entendido como um detalhe pelos clubes e instituições gestoras do futebol, para as jogadoras passa a ser essencial, posto que mostra a necessidade de serem conhecidas pelos seus nomes na camisa e reconhecidas pelo trabalho que realizam no futebol. Miranda (2021) aponta ainda que a insuficiência de material recebida e a ausência de nome na camisa faz com que o futebol feminino profissional se equipare ao futebol de base masculino.

Considerando o apresentado anteriormente e analisando também as desigualdades de tratamento fora de campo, foram relatadas desigualdades na relação com funcionários do clube, no espaço ocupado pelas jogadoras na instituição e na falta de importância em relação ao futebol feminino. A5 (Grupo Focal) com a confirmação das demais jogadoras relatou que “a escala é exatamente assim: principal masculino, a base do masculino e o feminino.” No grupo focal, A3 discordou e fez a ressalva: “Não, ainda tem os funcionários, vem os funcionários do clube antes, depois o feminino.” Como em campo, as atletas sentem a desvalorização no dia a dia fora do campo. A9 exemplificou com algumas situações:

[...] Às vezes, passar pela gente e nem cumprimentar e nem olhar para gente. A questão também de campo, de colocar no pior campo o feminino, entendeu, é o que, seria para base. E para o profissional, eles têm os melhores campos, treinam aqui no estádio, jogam no estádio, aí já é diferente né. Esse ano é o primeiro ano que a gente estreou aqui no estádio, foi uma vitória para gente né, porque foi uma coisa que a gente sempre batalhou [...].”

As situações descritas indicam processos de invisibilidades e de desigualdades vivenciados pelas jogadoras no futebol, os quais podem se repetir em diferentes contextos e clubes. A2 (Grupo Focal) relatou que “[...] o que a gente tem, o que a gente ganha depende do sucesso do profissional masculino e se o masculino está bem, a gente ganha condições um pouco melhor, se estiver mal, a gente não ganha [...].” O futebol feminino se traduz em uma modalidade esportiva que depende do do futebol masculino, o que colabora para as desigualdades de tratamento sofridas dentro e fora de campo.

É como se elas estivessem à sombra do futebol dos homens. Goellner (2005) aponta que a muito tempo às mulheres protagonizam as suas histórias no futebol brasileiro, mas mesmo assim lidam com a invisibilidade em diversos espaços sociais. A autora aponta dois argumentos para justificar essa invisibilidade, “a aproximação, por vezes recorrente, entre o futebol e a masculinização da mulher e naturalização de uma representação de

³⁵ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/inter/noticia/2021/06/alem-da-numeracao-fixa-time-feminino-do-inter-passara-a-usar-nome-das-atletas-nas-camisetas-ckq5edh2f001x018mkt3s2cok.html> Acesso em: 12 dez. 2021.

feminilidade que estabelece uma relação linear e imperativa entre mulher, feminilidade e beleza.” Argumentos como estes fazem com que o esporte e aqui mais especificamente o futebol que seria um espaço de sociabilidade se transforme num espaço de desigualdades.

Sobre as desigualdades de tratamento sofridas, durante o grupo focal, A8 lembrou que, no ano de 2018, quando as jogadoras faziam suas refeições no Centro de Treinamento do Clube (CT), não poderiam almoçar no mesmo horário do time dos homens. “[...] nós tínhamos o nosso horário, aí nós tínhamos que ou almoçar mais cedo, ou esperar eles, ou porque a gente não podia se chocar com eles [...]”. A9 completa: “Nem ter contato”.

No período da pesquisa, as atletas residiam na antiga concentração do futebol masculino anexo ao Estádio Heriberto Hulse e não fazem mais suas refeições no refeitório do CT como os homens. Eram responsáveis pelo preparo das próprias refeições, atividades de limpeza do local de residência e da lavagem das suas roupas. Com isso, não recebem mais a alimentação e são responsáveis por preparar sua própria refeição e lavar as suas roupas e limpar ao local em que moram. No caso dos jogadores, do time profissional e da categoria de base, residentes em alojamentos do Clube, as refeições eram preparadas e realizadas no refeitório, bem como recebiam as roupas lavadas pela lavanderia e limpeza do ambiente que habitam. O apresentado vai ao encontro da hierarquia descrita e evidencia descontentamento de jogadoras diante da percepção da desigualdade de tratamento.

A4 lembrou que a situação de distanciamento com o time dos homens, ocorrido no ano de 2018 e trazida anteriormente, mantinha-se até a ocasião de realização do grupo focal: “é uma norma, quando eles chegam a gente tem que ficar lá em cima”. O “ficar lá em cima”, trazido por A4, refere-se a estrutura de uso comum, sendo que o local de residência tem dois andares, na parte superior ficam os quartos e na parte de baixo a cozinha, que é anexo ao espaço de recreação utilizado pelo time dos homens em dias de jogos. Quando o time de futebol masculino joga no estádio, as atletas precisam ficar em seus quartos e só descem para utilizar a cozinha quando eles não estiverem mais no local. Para as atletas, isso prejudica a rotina, pois elas precisam se organizar de forma diferente com as suas refeições.

No que compreende desigualdades de tratamento, reforça mais o fato das jogadoras ficarem à sombra do futebol masculino, quando se observa que ocupam um espaço que não é seu, foi cedido pelos homens e que elas podem utilizar em horários alternados ao dos atletas. Aspectos como estes prejudicam na construção do sentimento de pertencimento das jogadoras ao local. Sobre o fato de as jogadoras não poderem ficar no mesmo espaço que os jogadores outra discussão foi levantada durante o grupo focal. As entrevistadas relataram que existe um receio por parte de gestores/a da instituição de que aconteça um envolvimento

afetivo entre as jogadoras e os jogadores. A3 relatou “[...] as vezes eles acham que pode ter algum tipo de envolvimento [...]”; A6 continuou “[...] temos que evitar para não dar problema, porque é homem, sabe como é, entre acreditar em nós e neles, vão acreditar neles [...]”; A4 completou: “A corda arrebenta no ponto mais fraco”. E A5 questionou “[...] é sempre assim, a gente está no mesmo lugar que eles, a culpa é de quem?”.

A visão machista é muito presente na sociedade e facilmente identificada no meio do futebol, como se verifica nos relatos citados. É como se as mulheres fossem ser culpadas por despertar o interesse dos homens. Quando crianças, as meninas ocupavam os menores espaços no ambiente escolar e os meninos ficavam com a quadra. Precisam ficar reclusas em seus quartos no alojamento para que os homens utilizem o espaço de recreação. Uma relação de subordinação que reproduz desigualdades de gênero.

Além disso, o fato de serem responsáveis pelas atividades domésticas (cozinhar, limpar o alojamento e lavar roupa), diferentemente dos homens, demonstra a relação das mulheres com atividades que envolvem o “cuidado de”, como descrito por Joan Tronto (1997). A autora conceitua que socialmente e culturalmente se construiu que as mulheres são responsáveis por trabalhos de menor valor de mercado como, por exemplo, cuidar das atividades da casa e cozinhar. Analisa-se que ao mesmo tempo em que as jogadoras buscam adentrar no universo masculino que é o futebol, são reconduzidas ao trabalho doméstico, quando é exigido que, por serem mulheres, preparem a própria comida, o que diminuí também os custos por se tratar de um trabalho não pago e culmina a desvalorização do trabalho doméstico atribuído às mulheres. Goellner (2005) ressalta que as mulheres sempre protagonizaram histórias no futebol brasileiro, mostrando-se resistentes a proibições, mantiveram-se jogando futebol, no entanto, receberam por isso pouca visibilidade na rotina dos clubes, na escola durante as aulas de Educação Física, na imprensa e inclusive na elaboração de políticas públicas.

Juntamente com as desigualdes de tratamento na rotina do Clube, as atletas apontaram desigualdades percebidas na invisibilidade do futebol feminino na mídia, no calendário de jogos reduzidos e na falta de patrocínio, as quais retratam como um todo desigualdades de investimento no futebol feminino. Sobre a falta de investimento no futebol feminino, A5 (Grupo Focal) relatou que tem “pouco investimento acho que tudo é comparado ao masculino que é da mesma categoria, mas é tratado diferente”. A6 evidenciou que, apesar de homens e mulheres fazerem parte da mesma modalidade esportiva, no caso o futebol, os investimentos recebidos divergem.

A começar pela invisibilidade do futebol feminino na mídia, A7 em sua entrevista relatou: “[...] a gente está sempre remando e buscando um espaço, que vejam a gente, vejam o nosso trabalho, vejam que a gente também é capaz [...] eu acho que agora que a gente entrou para o Campeonato Brasileiro, o clube, a imprensa viu a gente, enxergou a gente ali.” O fato de as questões da visibilidade da mídia ocorrer apenas nos períodos de competições, A7 (Entrevista) trouxe a dificuldade de conseguir patrocinadores, visto que “[...] o masculino consegue muito mais fácil patrocínios, pessoais assim de marcas do que nós mulheres [...]”. Juntamente com o calendário reduzidos de jogos, a dificuldade de conseguir patrocinadores tende a repercutir diretamente na interrupção dos trabalhos realizados no âmbito do futebol feminino.

Segundo Giovana Capucim e Silva (2015, p.11), as narrativas da imprensa sobre o futebol feminino sempre acompanharam a trajetória das mulheres no futebol e estavam relacionadas “à diversidade às transformações da compreensão social sobre o que se entendia como mulher, futebol e a relação entre as duas concepções”. É visto que a imprensa sempre teve um importante papel e acompanhou a concepção do futebol como um espaço masculino e inclusive de afirmação da masculinidade, por vezes, provocando convergências ou contradições, de forma clara ou dissimulada, a imprensa sempre esteve ali, acompanhando o caminho percorrido pelas mulheres no futebol.

Conforme Goellner (2021, p.6), “[...] a mídia pauta o protagonismo das futebolistas apenas no período de competições de grande porte.” A autora se refere à invisibilidade da seleção principal de futebol feminino e destaca que, apesar de não ser possível entender o futebol apenas a partir da seleção brasileira de futebol feminino, a análise do time principal auxilia na compreensão do andamento da modalidade esportiva no país, pois se os investimentos são insuficientes no âmbito da seleção, imagina em times menores.

A análise evidencia que a mídia, mesmo com um pequeno espaço, acompanhou as mulheres no futebol, inclusive colaborando para reforçar as questões geradoras de preconceitos. A partir do estabelecido no Estatuto FIFA (2016) pode se dizer que o futebol feminino é uma modalidade esportiva que está em crescimento, mas que conta ainda com muita desvalorização e invisibilidade midiática, atuando mais em momentos de competições importantes. Com isso, a captação de recursos provindos de patrocinadores também enfrenta dificuldades, em decorrência da necessidade de ter uma visibilidade maior para despertar o interesse de mercado e gerar patrocinadores.

Pensando na evolução do futebol feminino, Nara Montenegro e Maísa Ferreira (2021) discutiram a realização de uma exposição intitulada “Futebol Feminino e suas nuances

em tempos de Copa” que ocorreu na Biblioteca da Faculdade de Educação Física da Unicamp, no período da Copa do Mundo de 2019, com o objetivo de fomentar discussões sobre o futebol feminino. Diante da exposição, as autoras apontaram que a Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2019 foi o primeiro evento transmitido no Brasil em TV aberta e a primeira vez que a patrocinadora oficial de uniformes lançou uma camisa exclusiva feminina da Seleção Brasileira, com recordes de audiência e fomentando patrocinadores.

Outra notícia a ser comemorada foi o anúncio realizado pela CBF, no dia 22 de novembro de 2021 (Ofício DCO - 4263/21), referente à ampliação do calendário das competições femininas de 2022 dos campeonatos adultos. Aos campeonatos já existentes, foram acrescidas a Super Copa do Brasil e ao Campeonato Brasileiro Feminino A-3, passando de duas para quatro disputas. Uma notícia a ser comemorada em resposta a reivindicações de muitas jogadoras e se espera que a ampliação dos campeonatos possa diminuir as descontinuidades dos trabalhos proposto no contexto do futebol feminino.

Apesar dos avanços identificados no futebol feminino principalmente nos últimos anos, eles são percebidos mais no âmbito da seleção nacional e clubes com maior respaldo no cenário do futebol, conhecidos como times de camisa. No contexto de times de menor expressão nacional, as dificuldades podem ainda ser maiores. A análise mostrou que as entrevistadas sofrem preconceitos por serem mulheres e jogarem futebol, sentem-se desvalorizadas e desrespeitadas. Aspectos como estes colaboram para que todas as jogadoras entrevistadas se projetem no futebol internacional, em busca de maior reconhecimento. A2 durante sua entrevista identificou alguns motivos que contribuem para que jogadoras tenham como objetivo o futebol fora do Brasil:

[...] É que querendo ou não, o Brasil não valoriza né. Acho que sempre foi posto assim na cabeça, a Europa, EUA. Principalmente, EUA que o futebol feminino é muito mais valorizado até mais que o masculino. Então, você querer continuar jogando, você tem que almejar o melhor, e eu não vejo que o melhor é no Brasil, não atualmente, porque vem crescendo bastante, mas atualmente eu vejo que vale muito mais a pena você ir para fora do que continuar aqui[...].

Para A4, as projeções para o futuro envolviam a conclusão do ensino superior e depois, como estava em processo de solicitação da dupla cidadania italiana, pretendia jogar na Itália. Contou que esperava não precisar de outro trabalho para se manter no futebol, como acontece com muitas atletas atualmente, pois analisou que o futebol feminino estava evoluindo.

Em sua pesquisa, Kessler (2015) analisou o futebol de mulheres de Porto Alegre (RS Brasil) e Amherst (MA Estados Unidos) e, como principais resultados, destaca-se a

diferença de investimento no futebol de mulheres nos países pesquisados. No Brasil, a prática do futebol de mulheres é ainda um dever a ser realizado; nos Estados Unidos, existe um maior investimento na educação e as mulheres treinam desde a infância. Não se trata apenas de um sonho, como o das jogadoras brasileiras, mas retorna como investimento na educação.

Durante as entrevistas, a desvalorização e o processo de desigualdade vividos pelas atletas foram constantemente relatos. As entrevistadas destacaram preocupação com o reduzido calendário de jogos, dado que com poucos jogos a possibilidade de descontinuidade nos trabalhos realizados é intensificada. Sem competições, a tendência é que os clubes não mantenham o elenco, o que pode gerar a dispensa de atletas e comissões técnicas.

Além disso, considerando que a mídia divulga o futebol apenas nos períodos de competições, quando as atletas não estão jogando, tornam-se invíveis no meio esportivo e social. Ações como estas dificultam a captação de patrocinadores. Concluimos com a reflexão da entrevistada A5 (Grupo Focal):

O apoio e a visibilidade é que, infelizmente, tem essa falsa ideia de que o futebol feminino está crescendo de uma forma extraordinária, sendo que é mentira, temos exemplos agora que o time do Nápoles acabou e era um time que todos “nossa, é um investimento, nossa o futebol feminino está crescendo”, e não, não está crescendo. É coisa que acontece, são apoios que acontecem por períodos. Ah está vindo uma Copa do Mundo. Ah vamos investir para dizer que estamos investindo. Ah temos que jogar o campeonato da CONMEBOL. Ah vamos investir porque a CONMEBOL exige que temos que ter time feminino. É como para tapar buraco. E a gente não quer tapar buraco. A gente quer realmente ser vista, como somos, ou que estamos trabalhando para ser, que somos atletas profissionais. Então essa falsa visibilidade de que o futebol feminino está evoluindo, tem que estar aqui dentro para ver que não está evoluindo, eles nos dão migalhas, achando que é o suficiente [...].

Considerando o relato de A5 e a análise já realizada sobre o futebol feminino no Brasil, principalmente nos últimos anos, avançou de forma considerável, mais especificamente no âmbito da Seleção Brasileira e alguns times de maior destaque. No entanto, em clubes de menor repercussão nacional, apesar de também termos avanços no futebol feminino, as dificuldades ainda são muito latentes e se identifica uma grande distância entre o que é conferido a jogadores de futebol e a jogadoras de futebol.

Outro ponto importante a ressaltar é que, ao mesmo tempo em que se verifica um aumento no número de competições e de jogadoras, as jogadoras sofrem com a precarização do futebol feminino e, de forma paradoxal, amplia-se a visibilidade e se mantém a posição de desvalorização. Evidencia-se que no país do futebol, torna-se necessário ressignificar a inclusão e o reconhecimento das mulheres como jogadoras de futebol. No capítulo seguinte, como forma de compreender a construção de espaços laborais para homens e para mulheres,

sobretudo, seus efeitos na participação de mulheres como jogadoras futebol, serão analisadas relações de trabalho, precarização e de sofrimento no futebol feminino.

5 RELAÇÕES DE TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E SOFRIMENTO NO FUTEBOL FEMININO

Assim como em outras profissões de hegemonia masculina, o futebol apresenta dificuldades consideráveis relacionadas à inclusão e à permanência das mulheres. É visto que o futebol feminino no Brasil avançou, no entanto, como abordado anteriormente este avanço se deu mais no âmbito da seleção brasileira e de alguns clubes que disputam a série A1 do Campeonato Brasileiro. Nesse contexto, com base na pesquisa realizada, busca-se analisar relações de trabalho que constituem as trajetórias das participantes, problematizando condições estruturais e econômica do trabalho, bem como situações de sofrimento, produzidas em um meio sociocultural marcado por discriminações e desigualdades de gênero.

As dificuldades apontadas envolvem queixas relacionadas à estrutura física para a realização das atividades, à ausência de salário e de contrato de trabalho, a preocupação por conciliar as duas modalidades esportivas futebol de campo e futsal, o que tende a ocasionar um desgaste físico e emocional.

5.1 PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO TRABALHO

Lliana Trigo (2019), associada dos assuntos de gênero da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), ao discutir as oportunidades e os desafios que as mulheres precisam enfrentar na busca pela autonomia no mercado de trabalho, apresenta diversos estudos que evidenciam que o mercado de trabalho é um ambiente de fácil percepção de desigualdades, existindo uma segmentação entre atividades realizadas por homens e por mulheres, que estão mais presentes nos empregos vulneráveis e de baixa valorização produtiva.

A respeito disso, Helena Hirata (2011) conceitua que o trabalho precário se caracteriza por baixos salários, ausências de garantias de direitos sociais, horários reduzidos, tempo determinado e temporário, conduz a intensificação do trabalho nos mais diversos setores, sejam terciários ou secundários, entre os trabalhadores executivos e os de execução, estabelece um ambiente de instabilidade até mesmo entre trabalhadores ditos como estáveis.

Pensando no contexto do futebol feminino, a análise das entrevistas possibilitou identificar a precarização das condições estruturais (equipamentos, campos e transporte para

treinamento, uniformes próprios para os treinos e jogos, alojamentos) do trabalho vivenciadas pelas entrevistadas em diferentes clubes de futebol.

Referente à precarização das condições estruturais do trabalho, A7 (Grupo Focal) descreveu: “falta roupa de treinamento, muitas vezes falta meio de transporte, falta onde jogar, onde treinar, e falo eu que já passei pelo A. e lá eles treinam como se fossem uma associação.” A entrevistada se referiu ao fato de ter feito parte da equipe profissional de um clube que, em 2020, disputou a série A2 do Campeonato Brasileiro e que mesmo assim a estrutura de trabalho oferecida era vista por ela como muito ruim. Segundo A7, as jogadoras não treinavam no Centro de Treinamento como os homens, no entanto, representavam o clube em uma competição nacional, como acontecia com o futebol masculino. Para A7, “é preciso mostrar a verdadeira realidade do futebol feminino.”

A9 (Grupo Focal) falou sobre a problemática dos uniformes utilizados nos treinos e jogos: “[...] o que desce vêm pra gente, aqueles uniformes rasgados, os piores [...]”. Além disso, A9 relatou o problema enfrentado por elas durante a participação no Campeonato Brasileiro A2: “[...] é para gente jogar com o nosso próprio uniforme, não ficou pronto e já está aí terminando o campeonato, e não jogamos com o uniforme dos nossos patrocinadores, estamos jogando com o do masculino [...]”.

Os relatos de A7 e A9 evidenciam um processo de desvalorização do futebol feminino pela precarização estrutural das condições de trabalho. O time de mulheres do Criciúma EC que durante as entrevistas participava de uma importante competição nacional não conseguiu utilizar os uniformes com os seus patrocinadores. Como visto anteriormente, a falta de patrocínio de forma geral é uma problemática para o futebol feminino, pois a pouca visibilidade desta modalidade esportiva não desperta o interesse de apoiadores. Diante disso, quando se consegue captar patrocinadores, a inclusão das respectivas logomarcas nos uniformes das jogadoras não foi realizada em tempo para o campeonato e o time jogou com o uniforme do masculino, reforçando a invisibilidade. Cabe ressaltar que os patrocinadores do futebol feminino não são os mesmos do futebol masculino, até mesmo pela questão de que a negociação dos valores para patrocinar o time de futebol feminino são consideravelmente menores do que para o masculino.

A respeito dos uniformes, no transcorrer do Grupo Focal, as jogadoras seguiram relatando as dificuldades de vestirem um uniforme que foi confeccionado para o corpo dos homens. A1 referiu que “é horrível parece um vestido”. Para A9, “os tamanhos são enormes”. A5 questionou: “as camisetas G, GG, aí você pega uma menina que tem 1.60m, como vai usar um GG?”. Identifica-se aí que o uniforme está também relacionado à valorização e ao bem-

estar das jogadoras, em virtude de que se considera de suma importância que durante os treinos e jogos as jogadoras possam vestir um uniforme adequado ao seu tamanho e proporcione conforto, para que possam jogar se sentindo bem.

As situações relatadas pelas entrevistadas já foram vividas em outros momentos por jogadoras de futebol. A matéria de Amanda Kestelman e Cintia Barlem (2019)³⁶ relatou a viagem da Seleção Brasileira de 1988 para participar do mundial de caráter experimental, realizado pela FIFA, denominado Women's Invitational Tournament, que tinha como base os times de futebol do ECR e do Juventus de São Paulo, e identificou que foram usadas as sobras dos uniformes do time dos homens, pois não foi confeccionado uniformes para as mulheres. A reportagem destacou a Seleção Brasileira, que reúne as melhores jogadoras e, ainda assim, o investimento foi mínimo e a precarização do trabalho evidente.

Na pesquisa já citada sobre mulheres futebolísticas no interior baiano, no período entre 1970 e 1990, Moraes (2012) apontou o sucateamento do futebol feminino e a precarização deste trabalho, que mesmo em times de grande referência nacional ou até mesmo na Seleção Brasileira de futebol feminino não se constituiu como espaço que pudesse trazer segurança e estabilidade para as jogadoras.

Tratando-se dos uniformes, algumas mudanças significativas aconteceram no âmbito da Seleção Brasileira e foram abordadas na reportagem de Maria de Oliveira (2019)³⁷, intitulada “Enfim, um uniforme só para elas”. A jornalista relatou que a marca NIKE fornecedora de materiais esportivos das Seleções Brasileiras lançou mundialmente, no dia 11 de março de 2019 em Paris na França³⁸ e nacionalmente no dia 13 de março de 2019, no Museu do Futebol em São Paulo, um uniforme especialmente desenvolvido para o corpo das jogadoras brasileiras. Neste momento a camisa feminina manteve as cinco estrelas conquistadas pelo futebol masculino.

Mudanças nos uniformes da Seleção Brasileira continuaram acontecendo. De acordo com a reportagem de Cíntia Barlem e Denise Bastos, publicada no dia 27 de novembro de 2020³⁹, a CBF anunciou o novo uniforme do Futebol Feminino, agora sem as seis estrelas que representam as conquistas do futebol masculino em Copas do Mundo. Conforme a reportagem, as jogadoras comemoraram o fato de ter uma camisa exclusiva. A

³⁶ Disponível em: <https://interativos.globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/especial/historia-do-futebol-feminino>. Acesso em: 12 set. 2020.

³⁷ Disponível em: <https://medium.com/o-contra-ataque/enfim-um-uniforme-s%C3%B3-para-elas-93287bdda94b>. Acesso em: 12 dez. 2021.

³⁸ A Copa do Mundo de Futebol Feminino, no ano de 2019, aconteceu na França.

³⁹ Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/em-momento-historico-selecao-feminina-estrela-camisa-sem-estrelas-do-masculino-vamos-conquistar-nossa-estr>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CBF⁴⁰ publicou que a Seleção Brasileira de Futebol estreou o novo uniforme no dia 27 de novembro de 2020 em jogo preparatório contra o Equador com significativa vitória.

Conforme visto no capítulo anterior, no mês de maio de 2021, foi realizado um movimento pelos torcedores do Palmeiras intitulado #elastemnome. A campanha pedia para que as jogadoras do Palmeiras usassem a camisa com o nome estampado nas costas, em referência ao fato de que até então apenas os times do Santos e do Corinthians usavam. O pedido foi atendido pelo Palmeiras em junho de 2021 e por outros clubes, como por exemplo, Grêmio e Internacional.

Os aspectos abordados mostram que o uniforme faz parte da estrutura oferecida para as jogadoras e que suas construções são históricas. Além disso, os uniformes têm a função tanto de enaltecer a modalidade esportiva em questão quanto desvalorizar.

Agora o que acontece quando uma jogadora de futebol recebe como uniforme as sobras dos homens, rasgado e maior do que o seu tamanho? Esta foi a condição anteriormente relatada pela entrevistada A9. O processo de desigualdade de gênero fica evidente ao considerar que as mulheres que jogam futebol passam a ocupar um espaço que não é seu, repleto de preconceito, desvalorização e invisibilidade, sendo o uniforme uma das questões que evidenciam a precarização do trabalho e que com certeza ultrapassa as fronteiras do Criciúma EC, pois é inerente ao meio sociocultural sexista que produz a divisão sexual do trabalho.

No que se refere à divisão sexual do trabalho e o aumento de mulheres no mercado de trabalho, Hirata (2011) evidencia que está relacionado a empregos vulneráveis e precários. Neste contexto, a autora observa a bipolarização dos empregos femininos: de um lado, constituído por uma grande maioria de mulheres em profissões tradicionalmente femininas, pouco qualificadas, com baixa remuneração e desvalorizada socialmente; de outro lado, encontra-se uma minoria de mulheres executivas exercendo trabalhos intelectuais. Diante de tal constatação, pode-se dimensionar que, no caso do futebol, é como se as jogadoras desqualificassem a profissão, o que pode explicar a desvalorização do futebol feminino, um trabalho valorizado e reconhecido quando realizado por homens, mas que perde o seu valor social e de mercado quando é realizado por mulheres. É importante observar como um uniforme de trabalho consegue demarcar a desigualdade de gênero.

Ainda em relação aos uniformes das jogadoras do Criciúma EC, ressalta-se que receberam, no mês de agosto de 2021 (mês subsequente ao período das entrevistas), uniformes

⁴⁰ Disponível em: <https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/jogos/selecao-feminina/jogos-preparatorios-brasil-x-equador>. Acesso em: 12 dez. 2021.

de jogo, que foram fornecidos pelo Clube, uniformes de treino e de passeio, materiais de consumo esportivo que foram adquiridos com recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) por meio da Associação Desportiva Pé na Bola Cabeça na Escola. Ainda sobre as condições de estrutura recebida, as entrevistadas apontaram as condições ruins do campo de treinamento. A2 durante sua entrevista relatou que elas recebem o pior campo do CT para treinar, que “a condição do campo é abaixo, tem muito buraco”, o que faz com que inclusive estranhem quando vão jogar o Campeonato Brasileiro A2, pois os campos para os jogos têm condições muito melhores.

Outra problemática abordada pelas entrevistadas no que diz respeito à estrutura se refere ao fato de que precisavam fazer a própria comida e se ocuparem com os afazeres domésticos. A3 (Grupo Focal) observou que se sentem sobrecarregadas: “a gente hoje praticamente lava, passa, faz comida, estuda, treina e tem que dar bronca nas pequenas”. A jogadora ao falar “nas pequenas” se refere às jogadoras adolescentes da categoria de base do time. Cabe ressaltar que todas as entrevistadas, apesar de apontarem dificuldades na estrutura, relataram que as condições oferecidas pelo Criciúma EC no momento da pesquisa eram melhores do que as condições que vivenciaram em outros clubes.

A9 que chegou em 2017 no Clube, durante o Grupo Focal, lembrou como eram as condições: “a situação era bem diferente do que é hoje em dia, a gente tinha que ir para os treinos a pé, tinha que ir caminhando, não tinha ônibus pra buscar e levar, a alimentação também não era como é hoje, quando tinha, tinha, quando não tinha, a gente tinha que se virar”. Refere-se ao início da parceria com o Criciúma EC, quando o Clube ainda não arcava com as despesas de moradia, alimentação e transporte, que ficavam por conta da Fundação Municipal de Esportes (FME) e recursos captados via Associação Desportiva Pé na Bola Cabeça na Escola.

Conforme apresentado no capítulo da metodologia, das dez entrevistadas, três chegaram ao Criciúma EC no ano de 2017, uma no ano de 2019 e as outras seis no ano de 2021. A8, durante a entrevista também lembrou das dificuldades relativas ao transporte para se deslocar para os treinos: “nós passamos um perrengue por causa do transporte, para a gente ir treinar no CT, a gente tinha uma “Kombizinha”, ia tudo apertado.” No período da pesquisa, o deslocamento para os treinos era realizado por meio de transporte adequado.

As participantes com maior tempo jogando no Clube apontaram que, com a mudança de presidência, ocorrida em janeiro de 2020, as condições estruturais melhoraram. No Grupo Focal, A3 fez uma comparação: “[...] a gente está numa situação, digamos, bem confortável assim, às vezes, a gente fala que não tinha muita comida na casa [2017], hoje a

gente até escolhe, daí vamos comer carne moída, ou frango, comparando a casa hoje, a gente tem até sobrando [...].”

Conforme destacado anteriormente, considera-se que as jogadoras de futebol do Criciúma EC enfrentaram desigualdades e precarização ao longo de suas trajetórias. A precarização fica evidente ao analisar as condições dos uniformes, materiais de treino, campo de treinamento, bem como o fato de as jogadoras serem responsáveis pelo preparo da própria alimentação, pela limpeza do alojamento e das roupas. No entanto, quando comparado com experiências anteriormente vivenciadas pelas jogadoras, pode-se dizer que as dificuldades eram ainda maiores. Com isso, foi possível observar um processo de naturalização da precarização, identificado durante relatos no Grupo Focal. Depois de lembrar das condições que vivenciou até chegar em Criciúma, A3 constatou: “é, às vezes, a gente olha assim e pensa, ‘nossa a gente está no céu’ [...] nunca fomos tão privilegiadas assim.”

Pode-se dizer que se comparar com anos atrás, no âmbito da estrutura fornecida para as jogadoras, ocorreu uma evolução no futebol feminino do Criciúma EC e em parte relacionada com a parceria estabelecida com o Clube. Porém, ao analisar mais detalhadamente a parceria do time de futebol feminino com o Criciúma EC, verifica-se que ocorreu logo após as exigências realizadas pelas instituições gestoras do futebol (FIFA e CONMEBOL, CBF), que obrigam os times de futebol masculino a ter time de futebol feminino para participar de determinadas competições do futebol masculino. Além disso, as importantes mudanças ocorridas no âmbito da Seleção Brasileira, como por exemplo, igualdade no pagamento de valores das diárias, inclusão de mulheres na gestão do futebol, aumento no número de campeonatos previsto para 2022, dentre outras, aumentam o processo de visibilidade das mulheres no futebol e repercute, mesmo que indiretamente, nos clubes de futebol brasileiros.

Sobre a precarização nas relações de trabalho, o que cabe ainda analisar e que será abordado no tópico seguinte, é como acontece o pagamento pelo trabalho realizado pelas jogadoras de futebol.

5.2 PRECARIZAÇÃO PELA AUSÊNCIA DE SALÁRIOS

Almeida (2018) destaca que o futebol feminino no Brasil está em uma fase de transição entre o amador e o profissional. Considerando as dimensões do nosso país, é comum encontrar diferenças sociais nos mais diversos contextos e com o futebol feminino não é

diferente. O futebol feminino apresenta alguns avanços, entretanto, tem muito ainda para avançar. Conforme visto no Capítulo, a Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998, em seu capítulo III, trata da natureza e das finalidades do desporto e no § 1º institui que o desporto de rendimento pode ser organizado e praticado de dois modos, profissional e não profissional. A análise da Lei mostra que a maior diferença entre a esfera profissional e a não profissional é o contrato formal de trabalho.

A pesquisa mostrou que no período das entrevistas nenhuma das jogadoras possuía contrato de trabalho. Duas delas (A2 e A4) vieram para o Criciúma EC com a proposta de receber um determinado valor por mês, mas até o momento das entrevistas, ainda, não tinham recebido. Entre as demais entrevistadas, três delas (A3, A8, A10) recebiam ajuda de custo e uma das entrevistadas (A6) recebia Bolsa Atleta (conforme colocação de anos anteriores em campeonatos). A renda de A9 vinha do seu trabalho como estagiária e três jogadoras (A1, A5, A7) recebiam apenas bolsa de estudo. Na ocasião da pesquisa, todas as entrevistadas eram beneficiárias de bolsas de estudo na universidade.

Souza Júnior (2013) apresenta um paradoxo que, para o autor, é a questão central de sua pesquisa, mesmo as atletas do futebol feminino se distanciando totalmente de um regime profissional, envolvendo inclusive a ausência de salários, elas se reconhecem como pertencentes ao “mercado profissional do futebol”. Para justificar tal reconhecimento, as atletas chegam inclusive a apontar a bolsa de estudos que recebem como o possível salário que deveriam receber, bem como destacam a dedicação exclusiva ao futebol.

As entrevistadas relataram dificuldades referentes à ausência de salário em outros times. Das dez participantes, apenas, três delas recebiam salários em outros Clubes. Sobre as dificuldades de remuneração pelo trabalho realizado no futebol, A1 relatou:

[...] a gente não tinha nada, nem um suporte, a gente era por nós mesmos, a gente ia por amor, porque não recebíamos nada para jogar. Jogávamos por amor mesmo. Dentro do futebol a gente vive dificuldades de remuneração, quase nunca a gente recebe. Então, fica difícil para muita gente. Eu vi muitas meninas que desistiram por não ter condições e tiveram que parar e trabalhar para ajudar os pais, ou, para tentar se sustentar. Porque até mesmo quando a gente recebe, não é o suficiente para você se sustentar, porque é pouco [...].

O relatado por A1 aponta que a ausência de salário é uma realidade vivida pelas entrevistadas nos mais diversos clubes, ultrapassando a fronteira do Criciúma EC. As jogadoras realizam o seu trabalho, com uma rotina intensa de treinos e jogos e não recebem para isso, o que contribui para que desistam dos seus sonhos ou busquem outros trabalhos para se manter. Como uma fonte de renda, o trabalho informal era uma realidade para as

participantes da pesquisa. A9 era a única atleta que recebia remuneração do estágio e as demais realizavam um trabalho intitulado por elas como “gandulagem”. Durante sua entrevista, A5 explicou que a “gandulagem” “[...] é uma maneira para termos um dinheiro a mais para ajudar, tanto para lazer quanto para necessidade. Algumas recebem, mas não recebemos muito, então, acabam gastando, às vezes, precisa de sabonete, xampu, algumas coisas assim né, que são um pouco mais caras [...]”.

A5 era uma das atletas que não recebia pelo trabalho como jogadora de futebol. No seu time anterior, a situação era ainda pior, pois além de não receber salário, o Clube também não oferecia estrutura (alojamento, alimentação, transporte). No momento da pesquisa, a sua única renda vinha dos jogos que gandulava.

Durante um jogo de futebol, os/as gandulas são quem buscam as bolas quando são jogadas para fora do campo. As jogadoras atuavam como gandulas em jogos do time de futebol masculino. O trabalho de gandulas é um trabalho informal, ou seja, recebem por jogos trabalhados, não têm nenhum tipo de vínculo empregatício é considerado um trabalho de pouco valor. A10 (Grupo Focal) ressaltou: “[...] a gente está jogando no time profissional do Criciúma, mas, gandulamos para o masculino, isso é uma coisa que nunca vai existir, um cara gandular para o nosso time.” A5 (Grupo Focal) completou: “[...] para eles vai ser um absurdo [...]”.

Durante a entrevista, A3 se lembrou de um fato que foi marcante em sua vida, quando suas colegas foram gandular um jogo do futebol profissional e doaram para ela o valor que receberam pelo trabalho realizado. Na ocasião, ela enfrentava sérios problemas financeiros, os pais não conseguiam enviar dinheiro devido às condições difíceis da família e não tinha um salário, sendo que sua renda era da bolsa que recebia quando ficavam em uma boa colocação nas competições, mas que nem sempre vinha e o apoio das colegas foi fundamental.

Sobre desigualdades entre mulheres e homens no futebol, A3 falou que são gigantescas e envolvem desde os materiais de trabalho que eles recebem até o salário. A3 ressaltou que o salário de um jogador de futebol homem pagaria as despesas do time inteiro do futebol feminino. A5 observou (entrevista) que percebia muitas diferenças estruturais e de salários entre homens e mulheres. Relatou que, muitas vezes, pensou em desistir do futebol. Quando criança, disse que sofria muito preconceito por ser menina e jogar futebol. Conforme foi crescendo, as dificuldades financeiras também a desaminavam, à medida que, jogando futebol adulto, a ajuda que recebia não cobria nem se quer os gastos com transporte.

Os relatos das jogadoras apontam para a desigualdade de gênero identificada no futebol, pois realizam o mesmo trabalho que é jogar futebol, porém, não recebem por isso e precisam se submeter a trabalhos informais para conseguir uma renda. O salário, que seria um direito das jogadoras, é conferido apenas aos homens. Além disso, como levantado por A10, se fosse ao contrário, os homens não se submeteriam a ganhar o jogo das mulheres.

No estudo já citado sobre as trajetórias das jogadoras de futebol do ECR, um dos clubes com maior estrutura para o futebol feminino na década de 1980, Almeida (2013) evidenciou que nem todas as jogadoras de futebol recebiam salários e que o empresário do time realizava uma troca de favores, no sentido de auxílio à família em processos judiciais, passear com as jogadoras em locais requintados, os chamados agrados, entendidos como uma forma de pagamento. De acordo com relatos de jogadoras da época e cartas endereçadas a elas, o empresário fazia questão de se mostrar como um ativista na busca pelo reconhecimento do futebol feminino e argumentar que todo o sacrifício enfrentado pelas jogadoras, como a ausência de remuneração, valeria a pena na busca pelo pioneirismo do futebol feminino no país.

É visto que a precarização do futebol feminino é histórica. Considera-se que ocorreram avanços no âmbito do futebol de mulheres no Brasil, no entanto, as dificuldades relacionadas à ausência de salário trazida por Almeida (2013), na década de 1980, acontece hoje, 40 anos depois, no Criciúma EC e em outros clubes do Brasil. A ideia passada para as jogadoras de que toda a luta vai valer a pena, que muitas vezes inclusive se refere a elas como guerreiras, traz mensagem semelhante a que os empresários passavam para as jogadoras em 1980, que o sacrifício seria recompensado por serem as pioneiras. Atualmente, não é o fato de serem as pioneiras, mas que irão alcançar o reconhecimento esperado no futebol e realizar os seus sonhos de infância.

Ao discorrer sobre o cenário do futebol feminino no Brasil, Souza Júnior (2013, p. 210) aponta que as condições existentes se afastam de qualquer modelo considerado profissional e fala da “[...] resiliência e subserviência dramatizadas pela persistência de jovens [...]”, que buscam realizar um sonho por meio do futebol sofrem a “violência simbólica” de dirigentes e instituições. O que o autor quer dizer é que uma jovem que sonha em ser jogadora de futebol, muito cedo sai de casa e percorre o Brasil em busca de clubes que ofereçam testes e que possibilite fazer parte de um clube de futebol. Este é um caminho árduo e que a jogadora se submete a condições precárias para buscar um sonho de ser reconhecida no futebol, cursar uma faculdade, alcançar uma Seleção Brasileira e/ou jogar fora do país, sendo as principais projeções relatadas pelas entrevistadas.

Souza Júnior (2013) aborda a discussão de que as jogadoras de futebol são profissionais nos deveres e não nos direitos. As mulheres não conseguem viver do futebol, no que se trata da remuneração financeira. Considerando a rotina de treinos intensa vivida pelas jogadoras, acrescentar outro trabalho seria aumentar ainda mais a condição de precarização. Durante a entrevista, A 1 relatou: “[...] aqui a gente vive e respira futebol o dia todo, é tudo voltado pra isso, realmente ser atletas profissionais não é fácil”. Em sua entrevista, A3 descreveu a rotina de trabalho da equipe:

[...] Então, acordamos 06h00mim, 06h30mim, nosso time acho que é um dos únicos times que acorda mais cedo. Temos uma programação de sair umas 07h30mim. E assim, aqui não tem essa de você acordar e ter um cafezinho pronto. A gente organiza para cada dia um quarto fazer, para não ficar tão pesado porque a gente sabe que a nossa rotina é cansativa, ainda mais que acordamos bem cedo. Aí vamos para o CT, para a academia, logo a gente desce para o campo, treina e volta. Daí chegamos, toma banho, faz o almoço, organiza a louça, descansa uma horinha e treina físico à tarde. À noite, a gente vai para faculdade, quando chegamos, às vezes, a gente janta, as vezes não, por ser muito tarde, as vezes fica muito pesado. Daí a gente vai dormir e no outro dia é a mesma coisa.

A análise da rotina descrita por A3 e o relatado por A1 mostram que as entrevistadas apresentam uma rotina intensa de treinamento. Com horários de início e de término das atividades, as jogadoras cumprem com seus deveres, como qualquer outro trabalho, a diferença é que elas não recebem o direito de ter um salário. Além disso, no horário que seria de descanso, as jogadoras precisam organizar as refeições e as atividades de limpeza do alojamento. Também, elas conciliam os estudos no período da noite.

Um ponto a ser destacado durante a análise das entrevistas é que mesmo diante da precarização posta pela ausência de salário e de contrato de trabalho, bem como pela precarização das condições estruturais, as entrevistadas se reconhecem como jogadoras de futebol profissional. Alguns aspectos auxiliam na compreensão desta identificação, o primeiro deles se refere à rotina de treinamentos, envolvendo jornadas condizentes com a prática de futebol profissional, faz com que entendam que estão cumprindo com seus deveres de jogadoras profissionais. A participação no Campeonato Brasileiro A2, uma competição no âmbito profissional e com alcance nacional, reforça a identificação das participantes da pesquisa com a profissão de jogadora de futebol.

Para Almeida (2018, p. 152), a categoria profissional no universo do futebol feminino apresenta diversos significados, conforme as/os atrizes/atores envolvidos. “[...] a comissão técnica caracteriza a partir do modelo de gestão dos grandes clubes brasileiros de Futebol Masculino; a CBF nos registros nas Carteiras de Trabalho e nas Federações; as mídias

e público, nos resultados obtidos, visibilidade e fluxo financeiro gerado [...]” As futebolísticas, por sua vez, reconhecem que o futebol feminino no Brasil está em transição entre o amador e o profissional e relatam as dificuldades emergentes do futebol feminino, ao mesmo tempo que destacam que existem melhoras significativas, mas que falta muito para chegar num nível bom.

Outro aspecto a ser destacado é que a instabilidade presente no futebol feminino faz com que as atletas entendam os estudos como uma oportunidade profissional e muitas vezes o futebol passa a ser um meio para isso. O relato da jogadora A3 (Grupo Focal) evidenciou o sentimento de dualidade entre realizar o sonho de infância de ser uma jogadora de futebol de sucesso e o fato de garantir nos estudos um futuro mais estável.

[...] quando eu era criança, o meu sonho era dar uma casa para minha mãe, mas querendo ou não, a gente se ilude porque futebol feminino não é isso, não é você dar uma casa para sua mãe. É antes você passar por muita dificuldade. Então hoje eu sei que se eu não puder dar uma casa para minha mãe, eu sei que se eu me formar ela vai ter orgulho de mim [...].

Conforme apresentado no Capítulo três, quando crianças, as meninas sonhavam em se tornar jogadoras de futebol e vivenciaram seus primeiros preconceitos no ambiente escolar. No entanto, elas não tinham dimensão das dificuldades que iriam enfrentar para alcançar os objetivos propostos. Conforme o tempo passa, estas crianças se tornaram jovens, começam a fazer testes visando à aprovação e o ingresso nos clubes de formação de atletas de futebol. É aí que as dificuldades começam a ser identificadas, mas é quando se deparam com as perspectivas da vida profissional, com a ausência de salários e de contratos, que a instabilidade do futebol toma uma proporção ainda maior.

Com isso, as jogadoras buscam a estabilidade por meio dos estudos e da realização de cursos de graduação, o que faz com que joguem futebol para receber uma bolsa de estudo. O fato de ajudar a família se mantém como um dos principais objetivos das entrevistadas e entre as dez participantes da pesquisa, oito delas apresentam condições financeiras desfavoráveis e tinham como objetivos mudar as realidades familiares. O relato de A8 mostrou o apresentado anteriormente: “[...] tenho um sonho de me formar na faculdade através do futebol e depois seguir minha carreira jogando, para poder ajudar a minha mãe, mas em primeiro lugar é me formar na faculdade, para ter um estudo e poder ajudar ela mais tarde”.

Para A5, a maior realização que alcançou no futebol estava relacionada a situações fora do campo, como por exemplo, o fato de ter conseguido uma bolsa de estudo

para cursar o ensino médio em uma escola particular. Referiu o quanto amadureceu pelos sofrimentos enfrentados durante a sua trajetória no futebol.

Ana Souza e Maria Martins (2018), que pesquisam sobre o paradoxo entre o futsal e a profissionalização no Brasil, evidenciam que com o futsal ocorre exatamente assim, as atletas na sua maioria se mantêm praticando futsal até aproximadamente os seus 25 anos, idade que coincide com a formação do ensino superior. Com isso, para as autoras “o futsal é uma carreira que serve enquanto elas se preparam para outra. Em outras palavras, é um paliativo para a construção de outro projeto de vida.” (SOUZA; MARTINS, 2018, p.7).

Outro fator importante a ser ressaltado é que, de acordo com o mencionado anteriormente, as entrevistadas conciliam os treinos e jogos de duas modalidades esportivas: futebol de campo e futsal. Em sua entrevista, A3 relatou o quanto as atletas se sentem cansadas, pois, durante algumas competições, os jogos aconteciam no mesmo dia e elas precisam jogar no campo e na quadra: “[...] a gente estava jogando a quadra também, só que, assim, a gente estava numa final do estadual do campo, jogávamos os dois e jogávamos todos os dias, então era muito cansaço, não descansávamos [...]”. Identifica-se aí uma exaustão provinda do cansaço físico e da pressão psicológica de ter que alcançar bons resultados, mesmo diante de situações adversas como a relatada por A3. De forma mais específica, as consequências da exaustão das jogadoras serão abordadas no próximo tópico.

Como apresentado, a precarização do trabalho no futebol feminino pode ser identificada por situações que envolvem instabilidade profissional, não profissionalização, ausência de salário, condições ruins de estrutura, treinamentos e jogos de duas modalidades esportivas, trabalhos adicionais (gandulagem) para gerar uma renda e as intensas cobranças em torno do rendimento das atletas, independente das condições. Fica evidente que o futebol feminino mostra a realidade de um trabalho precarizado, muito distante de promover igualdade de gênero.

Referente à desigualdade de gênero, os objetivos desta pesquisa não visam um estudo comparativo entre o futebol das mulheres e o futebol dos homens. Entretanto, por se tratar da mesma modalidade esportiva, em diversos momentos durante as entrevistas, as jogadoras enfatizaram as diferenças salariais e de estrutura. A5 (Grupo Focal) relatou que “[...] tudo é comparado ao masculino, que é da mesma categoria, mas é tratado diferente com mais investimento financeiro [...]”. Ainda sobre as diferenças, em sua entrevista, A3 trouxe a discussão para um contexto que ultrapassa o Criciúma EC: “A gente pode pegar, por exemplo, o salário do Neymar e da Marta, tem muita diferença.”

As diferenças descritas são históricas, compreende desigualdades de gênero e são percebidas pelas entrevistadas nos mais diferentes contextos, desde o início da prática esportiva, vividas por elas em outros clubes e identificadas, inclusive, ao comparar a questão salarial de duas grandes referências do futebol brasileiro, Marta e Neymar. Para a A7, “a diferença entre o futebol dos homens com o nosso é gritante, eles não têm essa preocupação se vão receber, ou se vão fazer contrato [...]”. Ainda durante a entrevista, A7 destacou que ser mulher no futebol “[...] é lutar diariamente, por um espaço [...]”.

Cabe ressaltar que estas desigualdades não se referem apenas ao futebol e estão presentes nos mais diversos espaços e que delimitaram inclusive trabalhos considerados de mulheres e trabalhos de homens. Às mulheres cabem os trabalhos reprodutivos, na esfera privada, enquanto aos homens compete os trabalhos produtivos, na esfera pública e de maior valor social. Mas o que acontece quando esta lógica é rompida e mulheres decidem ocupar espaços considerados masculinos? A seguir é possível vislumbrar como se dá a entrada das mulheres em profissões de hegemonia masculina, como o futebol, por exemplo.

Quando se trata da participação de mulheres em profissões consideradas masculinas, Marcia Barbosa e Betina Lima (2013) apontam que nas áreas das ciências exatas, mais especificamente na física, o percentual de mulheres é muito pequeno e diminuí ainda mais conforme avançam na profissão. Ou seja, é mais comum encontrar mulheres na área de exatas como professoras de séries iniciais, porém, no âmbito da produção de pesquisas científicas, elas são minoria. Segundo as autoras, as mulheres “[...] enfrentam preconceitos pautados na divisão naturalizada, assimétrica e binária do sexo em que são criados rótulos para as mulheres como sensíveis, emocionais, sem aptidão para o cálculo e para a abstração, dentre muitos outros.” (BARBOSA; LIMA, 2013, p. 75).

Talita Oliveira (2013), por exemplo, analisou a inserção de mulheres na construção civil, com objetivo de identificar a maneira como a mídia se reporta ao trabalho e contribuí para a disseminação de estereótipos em torno da mão de obra feminina. A autora constatou um aumento de mulheres no mercado de trabalho na construção civil, porém pouco representativo quando comparado ao número de homens. O trabalho das mulheres na construção civil é compreendido e motivado a partir da perspectiva de naturalização dos papéis, atribuídos ao masculino e ao feminino. Significa que a presença das mulheres na construção civil é maior na realização de atividades auxiliares, acabamentos, alvenaria leve e na limpeza para a entrega das obras. São atividades relacionadas a características consideradas femininas, tais como paciência, meticulosidade e delicadeza, evidenciadas para compensar a ausência de características masculinas (força física, brutalidade e racionalidade). “Esta lógica

de valorização dos atributos femininos captura de forma perversa a mão de obra feminina, pois perpetua a subordinação e a exploração intensiva do trabalho das mulheres [...].” (OLIVEIRA, 2013, p. 153). De acordo com a autora, alguns argumentos são de suma importância para explicar a inserção das mulheres na construção civil. Por exemplo, a forte tradição do setor com o masculino faz com que características naturalizadas como femininas não encontrem espaço. Também, as novas tecnologias inseridas na realização das atividades de trabalho e a falta da mão de obra masculina promovem a inclusão das mulheres de forma precarizada.

Maria Lombardi (2013), ao questionar o pequeno número de mulheres na Engenharia, no âmbito da formação, profissão e pesquisa, aponta para características atribuídas ao masculino. Segundo a autora, ao mesmo tempo em que se evidencia a origem militar da engenharia, o problema também está centrado em características construídas como femininas e que contrastam com características consideradas masculinas, dentre elas, liderança, racionalidade, objetividade. Lombardi (2013, p. 113) ressalta que a ausência das mulheres em determinadas profissões inicia já na infância, quando “[...] bem pequenas as meninas assimilam que não são aptas para os jogos competitivos, para o estudo das abstrações e para as tarefas com sentido espacial, esses atributos são específicos dos meninos [...]”. O processo de socialização de meninos e de meninas, nos ambientes familiar e escolar, colabora para incentivar escolhas de futuras profissões, posto que delimita espaços pela instituição de características femininas e masculinas.

A respeito disso, Yannoulas (2011) mostrou que, em poucas décadas, as mulheres se tornaram quase metade do mundo do trabalho, entretanto, não houve uma transformação na hierarquia das atividades profissionais e se mantiveram predominantemente responsáveis pelo trabalho reprodutivo e/ou de menor valor social. Neste contexto, a autora apresenta a importância dos estudos sobre as categorias feminização e feminilização, com significados diferentes:

Significado quantitativo (que para efeitos de distinção denominaremos feminilização): refere-se ao aumento do peso relativo do sexo feminino na composição da mão de obra em um determinado tipo de ocupação;

Significado qualitativo (que denominaremos de feminização propriamente dita): refere-se às transformações em um determinado tipo de ocupação, vinculadas à imagem simbólica do feminino predominante na época ou na cultura especificamente analisadas (YANNOULAS, 2011, p.283).

Ângela Souza e Márcia Menezes (2013), nos seus estudos sobre a presença das mulheres na matemática, trouxeram que muito lentamente as mulheres passam a ocupar um espaço que por muito tempo era exclusivamente só de homens. As autoras não acreditam que

ocorreu um processo de feminização e a entrada das mulheres na matemática não transformou o significado da profissão, que continua sendo constituída por espaços ainda tão androcêntricos. Segundo as autoras, sobre a presença das mulheres na matemática, pode-se dizer muito mais da invisibilidade do que da ausência.

Assim como a matemática, engenharia, física e construção civil, o futebol não pode ser considerado uma profissão feminizada, a partir de que descreve Yannoulas (2011). O futebol é uma profissão com predominância masculina e a participação de mulheres como jogadoras agregou menor valor social ao trabalho. Almeida (2018) aborda a disparidade salarial e de mercado, no futebol brasileiro, entre homens e mulheres. Sabe-se que atualmente o futebol brasileiro é o esporte de maior valorização nacional, movimentando altos salários de jogadores, contudo, as jogadoras realizam a mesma atividade e apresentam um salário inferior aos dos homens. Os baixos salários ou a ausência de pagamento fazem com que muitas jogadoras tenham que buscar em outros trabalhos formas de se manter financeiramente e/ou uma oportunidade no mercado de futebol internacional (ALMEIDA, 2018).

Com isso, os processos migratórios passam a ser uma consequência desta precarização. As jogadoras vão para outros países em busca de melhores condições e de valorização do futebol feminino. A pesquisa identificou que das dez entrevistadas, apenas uma já teve experiência profissional fora do país, jogando durante três anos no Chile. No entanto, todas as participantes da pesquisa tinham como projeção profissional jogar no exterior, sendo que o país mais citado por elas como possível destino foi os Estados Unidos da América (EUA), seguido pelo continente Europeu. O relato de A2 exemplifica:

[...] querendo ou não, o Brasil não valoriza né. Acho que sempre foi posto assim na cabeça, os EUA, a Europa, principalmente nos EUA, que o futebol feminino é muito mais valorizado, até mais que o masculino. Então para você continuar jogando, você tem que almejar o melhor, e eu não vejo que o melhor é no Brasil, não atualmente.

A migração de jogadoras brasileiras para os EUA foi abordada por Kesler (2015). No Brasil, a prática do futebol de mulheres é ainda um devir a ser realizado; nos Estados Unidos ocorre um maior investimento e as meninas treinam desde a infância, um investimento em educação. Aspectos, como os apontados pela autora, incentivam a migração das jogadoras na busca por melhorar condições de vida, por meio de uma estabilidade profissional e do investimento na educação, em grande medida, não oportunizado no Brasil. Apesar de mudanças ocorridas no futebol feminino, permanece a precarização do trabalho, com baixos ou a ausência de salários e instabilidade profissional.

Segundo Andréia Galvão, Bárbara Castro, José Krein e Marilane Teixeira (2019, p. 255), “[...] a precariedade não é uma novidade no mercado de trabalho brasileiro, dada a histórica informalidade e a ausência de proteção legal [...]”. É relevante destacar que a precarização do trabalho atinge principalmente as mulheres, quando diante de situações de crises econômicas e políticas entram no mercado de trabalho de forma mais flexível, ocupam setores informais e formais.

Almeida (2013, p. 155) pontua que no Brasil a maior parte das jogadoras de futebol são registradas como amadoras e “a concepção de profissional envolve principalmente a ideia reconhecimento: visibilidade, patrocínio, instalações, infraestrutura de qualidade, planos de treinamento, planos de carreira, salários justos, campeonatos fortes, etc.” Neste contexto, para a autora, os registros na carteira de trabalho além de garantir os direitos das jogadoras é um caminho importante para a profissionalização, no entanto, não garante a igualdade entre os homens e as mulheres, visto que a diferença de pagamentos, premiações e patrocínios é consideravelmente maior no futebol dos homens.

Os registros das atletas com carteira de trabalho é um passo importante para o processo de profissionalização do futebol feminino, posto que garantem direitos básicos de FGTS, previdência diante de risco de lesões, seguro-desemprego em caso de descontinuidade da atividade, minimizando assim as condições de precarização as quais a maior parte das atletas do futebol feminino está exposta. Contudo, está longe de garantir igualdade entre as jogadoras e os jogadores, diante do fato de que a valorização financeira, sociocultural em torno da prática de futebol realizada por homens e por mulheres apresenta desigualdades históricas de gênero e que envolve mudanças profundas.

Conforme Souza Júnior (2013, p.302), “[...] é preciso ir além do direito de jogar, é preciso protagonizar a mudança, assumindo cada uma a sua posição política no intuito de fazer com que o futebol praticado pelas mulheres faça parte da agenda das políticas vinculadas ao futebol.” Para tanto, o autor destaca a importância de se fazer cumprir a legislação, no sentido de que as jogadoras que praticam futebol e disputam os campeonatos organizados pelas respectivas federações de futebol precisam ter contratos de trabalho com os clubes, conforme a legislação trabalhista e garantam segurança social.

Moraes (2012) e Almeida (2013), em seus estudos apresentados anteriormente, mostram as reivindicações das jogadoras no ano de 1980, que relatavam instabilidade profissional, ausência de salários, falta de estrutura, e a necessidade de outro trabalho para se manter. Realidade semelhante foi identificada na pesquisa ora realizada, quando se verificou que as entrevistadas não tinham contrato de trabalho, não recebiam salário, vivenciavam

problemas na estrutura ofertada e sofriam com as questões de instabilidade profissional. A3 (Grupo Focal) apontou que “[...] O futebol feminino é incerto, causa instabilidade a gente não sabe se vai pra frente, se vai andar, se não vai [...].”

Compreende-se que o trabalho das jogadoras de futebol segue marcado pela precarização e por desigualdades de gênero, produzidas por normas de masculinidades e feminilidades, que sustentam a divisão sexual do trabalho e delimitam espaços laborais por sexo. Os avanços ocorridos no futebol feminino são para uma minoria e não representam as jogadoras brasileiras que se submetem a condições precárias de trabalho, pela vontade de integrar um grupo seletivo do futebol feminino, almejando uma Seleção Brasileira e/ou fazer parte dos poucos clubes que garantem um maior reconhecimento.

Referente a dificuldades vivenciadas e as projeções para o futuro no futebol, durante a entrevista, A1 relatou: “[...] eu estou passando por isso, pois pretendo, como consequência, se Deus quiser, ir para uma seleção, porque acho que não tem nenhuma menina que não pense em defender a Seleção Brasileira, que é uma camisa muito pesada e o sonho de todas né.” É visto que as atletas se submetem a trabalhar em condições precárias e são profissionais apenas nos deveres, não reconhecidas em seus direitos, para possivelmente com a participação em campeonatos de futebol conseguir se destacar em campo e despertar o interesse de clubes que investem mais no futebol feminino e/ou inclusive da Seleção Brasileira. É a busca pelo processo de reconhecimento.

Sobre o conceito de justiça social, Nancy Fraser (2002) aponta para a importância das dimensões de reconhecimento e de distribuição serem indissociáveis. A autora mostra que muitas das desigualdades sociais se estabelecem pela exploração e privação, não apenas de recursos, mas também da exclusão do mercado de trabalho, que passa a formar uma população diversificada de trabalhadores temporários, de tempo parcial e de serviços, sendo que estas exclusões estão diretamente relacionadas com diferença sexual, etnia, sexo e religião. Diante disso, Fraser (2002, p.11) aponta para uma distribuição “[...] abrangendo não só a transferência de rendimentos, mas também a reorganização da divisão do trabalho [...]”, de modo que redistribuição e reconhecimento ocorram de forma bidimensional.

De acordo com a reportagem de Cíntia Barlem (2020)⁴¹, em seu planejamento para a disputa do Campeonato Brasileiro 2021 da série A1, a CBF deseja que todas as atletas que disputam o campeonato tivessem a carteira assinada em seus clubes. Em contrapartida a reclamação dos clubes foi a ausência de calendário, dado que serão apenas 15 jogos da série

⁴¹ Disponível em: <http://ge.globo.com/blogs/dona-do-campinho/post/2020/12/10/cbf-quer-todas-as-atletas-da-a1-com-carteira-assinada-em-2021-e-pensa-em-torneios-regionais-para-2022.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2021.

A1 e após uma pausa devido ao fato de ser um ano de Olimpíadas (23/07/2021 a 08/08/2021), ao retornar o campeonato restam apenas os jogos finais.

Sobre relações de trabalho e de gênero no futebol brasileiro, Jorge Knijnik (2006) destaca que a corporificação do preconceito em relação à prática do futebol feminino cria situações de estresse em atletas e violam os seus direitos básicos. Segundo o autor, o preconceito vivenciado pelas mulheres ocorre desde o início da prática do futebol na infância, até se tornar jogadora de futebol e infere na construção das subjetividades.

5.3 SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL E FUTEBOL FEMININO

Ao longo do tópico será abordado o sofrimento psicossocial das jogadoras de futebol, por acreditar estar relacionado ao meio sociocultural em que vivem e segue marcado por discriminações e desigualdades de gênero. Para uma melhor compreensão do sofrimento psicossocial das entrevistadas esta análise se fundamenta nos preceitos da Psicologia Social do Trabalho e da Psicologia Social do Esporte.

Ao discorrer sobre o cenário do trabalho contemporâneo, Daniele Duarte (2016) propõe uma importante relação entre saúde e campo social. Para tanto, a autora sustenta sua argumentação nos preceitos da Saúde Coletiva, Determinantes Sociais de Saberes (DSS) e Psicossociologia. Para Duarte (2016), a Saúde Coletiva é uma prática que envolve a interdisciplinaridade, ou seja, o diálogo de diferentes saberes. Os DSS entendem a saúde do/a trabalhador/a para além das questões biológicas e consideram de suma importância fatores culturais, sociais, econômicos e psicológicos. A psicossociologia propõe uma relação entre o psíquico e o social.

Segundo Marcia Bernardo, Caroline Souza, Johanna Pinzón e Heloisa Souza (2015, p. 24), “a Psicologia Social do Trabalho, se orienta para a compreensão crítica das relações sociais de trabalho com foco na vivência de trabalhadores.” As autoras fazem um apanhado histórico do surgimento da Psicologia no contexto do trabalho e apontam que no início o olhar para as relações de trabalho se dava pela Psicologia Organizacional que visava os processos de seleção e adaptação do/a trabalhador/a as suas condições de trabalho, concepção firmado nos modelos de trabalho Fordismo e Toyotismo.⁴²

⁴² Sobre os modelos de produções o Fordismo foi um modelo que predominou no século XX e apresentava, como principais características, a produção em massa, o controle do tempo através dos cronômetros, fragmentação das funções e homogeneização da produção. O Toyotismo, advindo do Japão, trouxe novas características na forma de produção e de trabalho, dentre as quais se destacam a produção conforme a demanda,

Com o advento da Psicologia Social do Trabalho o enfoque mudou e passou a ser o/a trabalhador/a. Com isso, a Psicologia buscou compreender os diversos aspectos sociais e subjetivos que constituem o mundo do trabalho pela perspectiva do/a trabalhador/a. Assim, entendendo o ambiente de trabalho como um local de conflitos de interesses, construções de identidades e relações, a Psicologia Social do Trabalho se opõe aos processos gerenciais e se atém a uma “[...] análise crítica do entorno político, social e laboral.” (BERNARDO; SOUZA; PINZÓN, 2015, p. 30).

É visto que as autoras procuram fazer uma diferenciação entre as duas abordagens, sendo que a primeira delas a Psicologia Organizacional se constrói firmada nos interesses do empregador, uma vez que busca selecionar e adaptar o/a trabalhador/a ao seu ambiente de trabalho. No entanto, ao pensar em sofrimento psicossocial, que é o objetivo deste tópico, é preciso ir além da adaptação e do rendimento esportivo das atletas, o que justifica a escolha pela abordagem da Psicologia Social do Trabalho, que possibilita compreender as relações assimétricas e desiguais que se estabelecem no ambiente de trabalho e que muitas vezes colaboram para estados de sofrimento e de adoecimento.

Em relação à Psicologia do Esporte, Robert Weinberg e Daniel Gould (2017, p.4) se referem à Psicologia do Esporte e do Exercício como um estudo científico que busca entender “como os fatores psicológicos interferem no desempenho físico e como a participação em esporte afeta o desenvolvimento psicológico, a saúde e o bem-estar.” A resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 013/2007, que “institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro”, prevê a Psicologia do Esporte como uma especialidade da psicologia (Art. 3 – V).

Katia Rubio (2018) propõe uma reflexão sobre a importância de aproximar a Psicologia do Esporte da Psicologia Social. A autora discorre sobre como se deu a chegada da Psicologia do Esporte no Brasil nos anos 1970 e atribui um dos pontos do insucesso da área ao fato de aderir ao modelo americano e europeu, desconsiderando a cultura brasileira. Este modelo previa o treinamento de habilidades mentais dos atletas para o alto rendimento esportivo, com o grande objetivo de potencializar a performance e buscar a vitória.

Diante do pouco avanço da Psicologia do Esporte a partir dos anos de 1990, a Psicologia Social do Esporte ganhou força, trouxe aspectos da cultura local e dimensões

históricas, entendendo que “rendimento esportivo e integridade de atletas não se confrontam, mas se completam.” (RUBIO, 2018, p. 69).

Neste sentido, é possível afirmar que a Psicologia do Esporte, que trata do fenômeno esportivo em toda a sua complexidade, visando à compreensão da dinâmica das relações envolvidas entre atletas, técnicos, dirigentes, mídia e patrocinadores, não é apenas uma Psicologia de rendimento de atletas e equipes, mas uma Psicologia Social do Esporte. (RUBIO, 2018, p. 70).

O que a autora propõe é que possamos compreender os/as atletas conhecendo a história de vida, aspectos subjetivos e dimensões socioculturais de cada um/a. Torna-se de suma importância compreender também o contexto sociocultural e histórico da modalidade esportiva. Visar o alto rendimento esportivo sem considerar essas premissas é buscar a vitória a qualquer custo e isso pode ter um preço irreparável, que pode custar a saúde dos/as atletas.

Com base na Psicologia Social do Trabalho e na Psicologia Social do Esporte, a pesquisa realizada mostrou situações as de sofrimento psicossocial relatadas pelas entrevistadas, em grande medida, relacionadas às vivências das jogadoras no futebol, bem como a aspectos intrafamiliares. Com isso, evidencia-se que a precarização do trabalho das jogadoras aumenta a instabilidade em torno do futebol feminino. Aspectos como o preconceito pelo fato de serem mulheres, a precarização da estrutura recebida, a ausência de salário e a diferença de tratamento se mostraram como geradores de sofrimento. Além disso, o fato de as jogadoras precisarem sair de suas casas ainda bem jovens, de residirem distantes da família e do meio social a qual estavam habituadas, de igual modo foram geradores de sofrimento e refletiram muitas vezes na dificuldade de adaptação das entrevistadas no clube. Cabe ressaltar que o contexto pandêmico da COVID-19 aumentou as dificuldades citadas.

Um exemplo de como o trabalho precário colaborou para o sofrimento das jogadoras pôde ser evidenciado durante a entrevista da jogadora A3, quando falou sobre as inúmeras vezes que têm atitudes violentas e o quanto sofre com isso, conforme contou: “[...] teve uma situação em 2019, a gente jogou o brasileiro Sub-18 pelo Avaí Kindermann, eu também estava sem receber, nós perdendo o jogo, eu fui expulsa, cheguei no vestiário soquei a parede e soquei a porta [...]”. A3 relatou que age de tal forma com frequência, que depois se sente culpada pelas suas atitudes, e sofre com o ocorrido. No entanto, é a forma que encontra para externalizar a raiva da situação vivida.

A análise das entrevistas e a trajetória descrita na metodologia mostraram que A3 iniciou no futebol com o objetivo de construir uma casa para sua mãe. Com o passar do tempo, foi vivenciando as dificuldades de ser jogadora de futebol e percebeu que dar uma

casa para sua mãe não seria algo tão simples assim, uma vez que nem salário recebia. Reformulou os seus objetivos e, na ocasião da entrevista, buscava no futebol concluir a sua faculdade de Educação Física, com bolsa de estudo. As discussões apresentadas no tópico anterior relacionadas ao futebol feminino como um meio e não um fim fica evidente na trajetória da A3. No entanto, lidar com as frustrações de um sonho não alcançado não é uma tarefa fácil, como relatou: “[...] é uma forma de eu soltar para fora a minha raiva, porque a pessoa que está ali não tem culpa da minha raiva, então é melhor eu socar no chão, do que acabar batendo em alguém, [...] prefiro me machucar a machucar uma outra pessoa.” (A3).

Apesar de a análise mostrar que as condições de trabalho e a ausência de salário não serem condizentes com o futebol profissional, a rotina de treinamento das entrevistadas e o fato de participarem de competições, no âmbito profissional, faz com que se reconheçam como atletas profissionais. É visto que o futebol profissional trabalha no alto rendimento esportivo⁴³ de atletas e equipes, busca resultados por meio das vitórias de jogos e conquistas de campeonatos. Porém, alcançar estes resultados sem as condições de trabalho adequadas para desenvolver as atividades, sem receber salário e sofrendo preconceito pelo trabalho que realizam não é uma tarefa fácil e tende a acarretar sofrimentos para as atletas.

Ainda sobre a precarização, a instabilidade da profissão de jogadora de futebol foi identificada como uma problemática que preocupava as entrevistadas. Sem contratos de trabalho, salários e carteira de trabalho assinada, dependem da boa vontade dos clubes e apostam ainda mais no bom desempenho em campo para alcançarem uma condição melhor no futebol. Quando questionada sobre suas projeções no futebol, em sua entrevista, A7 citou a estabilidade financeira em um clube de futebol como um de seus objetivos futuros. No Grupo Focal, ela definiu que estabilidade financeira “[...] é chegar em casa e dizer: ‘sabe não falta, não sobra, mas a gente tem o suficiente’ [...].”

A importância de considerar fatores psicossociais no trabalho com atletas foi identificado da mesma forma no relato da A8:

[...] eu pensei em desistir, largar tudo de mão, porque batia saudade. Meu pai também ele tem problema (suspiro, choro), ele bebe demais. Chega final de semana, a minha mãe não tem um descanso, porque meu pai bebe, aí quer brigar com ela. Isso já vem de anos e nunca muda. Diz que muda, mas nunca muda. Eu já tive várias vezes vontade de desistir [...].

⁴³“O esporte chamado de alto rendimento é um tipo de prática que pode se relacionar ao esporte espetáculo, protagonizado pelo atleta profissional, ou ainda, a um tipo de atividade esportiva que não é necessariamente remunerada, mas que exige do praticante dedicação e rendimento que superam uma atividade de tempo livre ou amadora.” (RUBIO, 2018, p.61).

Os relatos da A7 e da A8 evidenciam o sofrimento psicossocial, que se intensifica pelos problemas intrafamiliares e financeiros. A expectativa de sair de casa para jogar futebol e retornar com uma estabilidade financeira vai se desconstruindo, conforme o tempo passa e o futebol não proporciona melhora nas condições de vida. Pode-se observar que quanto mais o tempo passa, mais as jogadoras se sentem pressionadas, em razão de que no futebol, assim como em outros esportes, a idade é um fator importante. Quando a entrevista foi realizada, A7 (22 anos) era a jogadora mais velha do grupo e a única responsável pela renda familiar. No momento da entrevista, expôs que se sentia tensa com a sua situação de ainda não ter conseguido alcançar uma estabilidade contratual e financeira no futebol:

os problemas, eles estavam me afetando, coisas que eram de fora de campo acabaram entrando. Eu deixei entrar e acabou afetando a minha cabeça, então eu já não queria mais jogar, não queria mais treinar e aí também veio um processo em que eu me machuquei várias vezes seguidas, em que eu me recuperava de uma lesão, voltava e lesionava em outro lugar, eu não estava bem psicologicamente e fisicamente também acabou afetando. (A 7).

A análise dos relatos da A7 e da A8 mostraram que, diante das dificuldades, já pensaram em desistir. A7 se sentia preocupada com sua instabilidade financeira e para alcançar uma estabilidade dentro do clube precisa mostrar um bom desempenho em campo. Entretanto, suas preocupações faziam com que se sentisse mal psicologicamente e as sucessivas lesões a impedem de jogar, dificultando a tão desejada estabilidade. A8 demonstrou que se sentia impotente diante dos problemas intrafamiliares. É difícil pensar em um bom desempenho das jogadoras em campo sem que recebam cuidados adequados que possam atendê-las de forma integral.

Segundo Duarte (2016), os riscos da dicotomia corpo-mente, além das doenças profissionais e acidentes de trabalho, inferem diretamente no sofrimento psíquico relacionado ao trabalho. O medo de não alcançar os resultados esperados, de perder o trabalho e/ou não conseguir se colocar no mercado de trabalho faz com que o sofrimento seja camuflado e atinja quem está trabalhando, seus familiares, pessoas próximas e comunidade em geral.

Daniel Pires, Leonardo Marques e Regina Brandão (2008) chamam a atenção para a Síndrome de *Burnout* no esporte. Segundo os autores e a autora, a síndrome, que se consolidou na Psicologia Organizacional, passa a ser uma realidade entre os atletas e desperta vários estudos no âmbito da Psicologia do Esporte. Definida como um conjunto de sintomas que envolve “exaustão física e emocional, reduzido senso de realização esportiva e desvalorização esportiva”, a Síndrome de Burnout preocupa também a Psicologia do Esporte.

(PIRES; MARQUES; BRANDÃO, 2008, p.120). O tratamento da Síndrome de *Burnout* deve ser realizado por psicólogo/a especializado/a e considerar os fatores sociais, psicológicos e fisiológicos dos/a atletas. O não tratamento da Síndrome de *Burnout* pode ocasionar até mesmo o abandono da prática esportiva, bem como agravar os aspectos que envolvem a saúde mental dos/a atletas (PIRES; MARQUES; BRANDÃO, 2008).

As sucessivas lesões sofridas por A7, presentes no relato anterior da jogadora, são um dos grandes medos das entrevistadas e emergiu nas discussões do Grupo Focal. As jogadoras se referiram às lesões como um incidente que pode interromper e/ou até mesmo encerrar a carreira como jogadora de futebol de forma precoce. O relato da A2 (Grupo Focal) exemplifica a situação: “[...] quando você tá no futebol, você não sabe, amanhã você pode se lesionar e, talvez, parar de jogar para sempre [...].” Durante a sua entrevista, A9, que sofreu duas lesões de longo prazo envolvendo processo cirúrgico, relatou: “[...] hoje eu me sinto muito insegura, de me machucar de novo, ter uma lesão grave novamente e ter que passar pelo mesmo processo que eu passei, nestes dois anos, então pra mim é bem complicado [...].”

Os relatos das duas atletas (A2 e A9) mostraram que, além das instabilidades contratual e financeira, as jogadoras vivenciam a instabilidade relacionada à condição física para a execução da prática esportiva. A9 (Grupo Focal) relatou ainda que devido ao fato de estar em processo de recuperação das lesões não consegue projetar o seu futuro, evidenciando o sofrimento presente quando a atleta se vê impedida de jogar: “[...] agora, neste momento, eu não tenho cabeça para pensar no meu futuro [...].”

Segundo Weinberg e Gould (2017), o/a atleta que sofre uma lesão tende a se sentir inútil e desvalorizado/a, dado que não pode mais ajudar o time a conquistar a vitória. Ao discorrerem sobre as causas das lesões, os autores ressaltam a importância de se ter uma visão biopsicossocial da lesão, ou seja, deve-se considerar fatores físicos, psicológicos, sociais e de personalidade. Além disso, pesquisas citadas por Weinberg e Gould (2017, p.425) identificaram “níveis de estresse como antecedentes importantes de lesões esportivas.”

Em sua pesquisa com jogadoras de futebol que participaram do campeonato paulista de 2004, Jorge Knijnik (2006) analisou situações estressantes na prática das futebolistas, do ponto de vista do gênero e dos preconceitos e valores associados à questão. O autor identificou algumas fontes de estresse entre as jogadoras, dentre as quais, em maior destaque, estava o preconceito (50%), seguido pelas competições (25%) e os estereótipos de fragilidade feminina (25%). Cabe ressaltar que os fatores de competições apontados na pesquisa se referem a situações de jogos, tais como não ser relacionada para os jogos, derrotas

e necessidade de reverter placar desfavorável. Enquanto os estereótipos de fragilidade feminina seguem circundados pelo medo de lesões.

Dentre os muitos pontos pertinentes para discussão apresentados na pesquisa de Knijnik (2006), destaca-se inicialmente o estereótipo de fragilidade feminina. Tendo em vista que o futebol é marcado pela distinção das características força e fragilidade, respectivamente, atribuídas ao masculino e ao feminino, as mulheres ao praticarem futebol se veem como mais propensas a lesões. São construções históricas e socioculturais que perpetuam até os dias atuais. Estas construções colaboram para emergir o preconceito em relação às mulheres como jogadoras de futebol. Ao analisar as dificuldades vivenciadas pelas meninas ainda na infância até as condições precárias de trabalho relacionadas ao futebol feminino, pode-se dizer que o preconceito perpassa toda a trajetória das jogadoras de futebol.

Para Knijnik (2006, p.112), o preconceito se traduz pela “[...] manifestação de repulsa e negação daquele que se mostra diferente, ou que não corresponde à expectativa que o seu grupo social põe sobre si, uma aversão de quem foge da norma social e coletiva [...]”. O autor ressalta que o preconceito pode se manifestar no nosso meio social de forma, física, moral, psicológica. Física por meio de castigos ou punições, moral pela possível exclusão de grupo e não reconhecimento social e psicológica pelo sofrimento psíquico.

Tratando-se da fonte de estresse relacionada às competições apresentadas por Knijnik (2006), as jogadoras entrevistadas na pesquisa igualmente mostraram preocupação com as situações de jogo, envolvendo a busca por vitórias, boa campanha em campeonatos e bom rendimento em campo. Quando não ocorrem da forma esperada, identificou-se que as atletas apresentavam sofrimento considerável. A5 evidenciou o resultado do pouco investimento em alguns times de menor expressão do futebol feminino e o sofrimento das atletas diante de placares discrepantes. “[...] ano passado foi assim: a gente terminou o Campeonato pelo Audax, aí jogamos alguns jogos contra Inter, Cruzeiro, Kindermann e, nestes três jogos, a gente tomou tanto gol que o psicológico abalou demais, o último perdemos de 8 a 0 [...].” (A5).

Como visto no tópico anterior sobre a precarização do trabalho no futebol feminino, as jogadoras não são tratadas como profissionais, contudo, dentro de campo, são cobradas para mostrar resultados e mesmo não tendo os seus direitos preservados precisam cumprir com os seus deveres, que na lógica do futebol implica treinar, jogar e vencer. Sobre a questão, no programa #PorOutroFutebol transmitido pelo canal Ludopédio Goellner,

Fernanda Haag, João Malaia (2020)⁴⁴ repensam a situação do futebol de mulheres no Brasil em entrevista realizada com a jogadora Nini Baciega, do Clube Atlético de Taboão da Serra (CATS), depois da derrota para o time do São Paulo pelo placar de 29 a 0. Nini falou sobre as condições enfrentadas pelo time, como falta de salário, material esportivo de treino e de jogos. A entrevista evidenciou a precarização do futebol feminino e as desigualdades de investimento entre as equipes de um mesmo campeonato. Na reportagem, Nini falou que a ausência de salários foi um combinado entre as atletas e o clube, no entanto, se queixa da falta de estrutura mínima para os treinamentos. Algumas situações já eram vividas pelo time há bastante tempo e outras se intensificaram com a pandemia da COVID-19, pois o time perdeu patrocinadores e muitas jogadoras saíram.

Cabe aqui retomar a discussão de Souza Júnior (2013) sobre a não profissionalização do futebol feminino, ao apontar que muitas jogadoras não conseguem viver do futebol, visto que não recebem para jogar. Situação semelhante foi constatada nas entrevistas realizadas. As jogadoras apresentam uma expectativa de conseguir viver do futebol, inclusive para garantir o sustento de suas famílias. Elas vivem no futebol visando que o trabalho que realizam seja reconhecido e que alcancem assim oportunidades melhores.

Outro ponto destacado na reportagem anterior se refere ao aumento das dificuldades do futebol feminino pela situação pandêmica da COVID-19. Cabe ressaltar que, como descrito no capítulo da metodologia, o trabalho de campo desta pesquisa foi realizado entre os meses de maio a agosto de 2021, período em que os treinos e jogos já estavam liberados⁴⁵, seguindo as orientações e medidas de saúde, como por exemplo a ausência de público nos estádios, realização de testes de COVID-19 para atletas e comissões antes dos jogos. No entanto, durante as entrevistas, as jogadoras lembraram das dificuldades vivenciadas por elas pelo surgimento da pandemia em março de 2020. Com as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) para realizar o isolamento social, visando

⁴⁴ Disponível em: <https://ludopedio.org.br/agenda-de-eventos/poroutrofutebol-com-a-jogadora-nini-baciega/>. Acesso em: 31 dez. 2020.

⁴⁵ PORTARIA SES Nº 424 de 23/06/2020 em seu Art. 1º autoriza as atividades de treino em equipe, com bola e sem bola, do esporte profissional no território catarinense atendendo aos requisitos.

Disponível em: <https://www.saude.sc.gov.br/coronavirus/arquivos/portaria-ses-n-424-de23.06.2020.pdf>

PORTARIA SES nº 550, de 27 de julho de 2020. Acesso em: 11 nov. 2021.

“Art. 1º Fica autorizado o retorno das competições de futebol profissional no Estado de Santa Catarina a partir da publicação desta Portaria”.

Disponível em: <https://www.saude.sc.gov.br/coronavirus/arquivos/portaria-ses-n-550-de-27.07.-2020.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

minimizar o contágio, muitas atividades caracterizadas como não essenciais foram suspensas, dentre as quais a suspensão dos campeonatos de futebol.⁴⁶

A interrupção dos campeonatos durante a pandemia aumentou as condições de instabilidade das jogadoras que, sem poder treinar e jogar, retornaram para suas casas e tiveram suas rotinas bruscamente modificadas. A entrevista da A3 trouxe a situação vivenciada: “[...] com a pandemia eu voltei para casa e fiquei quase dois meses, disputamos apenas um campeonato no ano [...]” Foi demonstrado que além da mudança na rotina, as atletas se viram impossibilitadas de participar de campeonatos para os quais se preparavam, o que causou preocupação quanto à possibilidade de alcançar seus objetivos futuros no futebol.

Segundo Cristiano Barreira, Thabata Telles e Alberto Filgueiras (2020), muitas foram as situações que durante a pandemia intensificaram os riscos de adoecimento mental de atletas, entre as quais a de afastamento dos/a atletas das suas atividades de rotina (treinos e jogos) e impossibilidade de convivência com o grupo. A autora e os autores destacam que atletas de alto rendimento esportivo apresentam prevalência de ansiedade e depressão duas vezes maiores do que a população em geral, o que significa dizer que são mais suscetíveis ao adoecimento mental, o que aumenta ainda mais diante das diferentes estratégias utilizadas pela OMS para diminuir o contágio da COVID-19 (quarentena, afastamento e/ou isolamento social e *lockdown*).

No contexto pandêmico, vários órgãos manifestaram notas de orientação para os cuidados que os atletas deveriam ter com a sua saúde mental. Um exemplo foi o Comitê Olímpico do Brasil (COB)⁴⁷ que produziu um manual de recomendações para os atletas com os cuidados que deveriam ter diante da pandemia, entre as orientações destacam-se os cuidados com a saúde mental. O Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) emitiu uma nota de orientação para profissionais de psicologia⁴⁸ que atuam com atletas, visando fortalecer a rede de atendimento e colaborar com a saúde psíquica dos atletas. Percebe-se que a saúde mental dos atletas durante a pandemia passou a ser a preocupação de algumas instituições, contudo, efetivamente, pouco se fez a respeito, pelo fato de que “nem

⁴⁶ Resolução FCF nº 13/2020. Disponível em: <http://fcf.com.br/wp-content/uploads/2020/04/reg-camp-cat-fut-prof-serie-b-2020-homologado.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/documentos/download/c2260400db0ee/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

⁴⁸ Disponível em: <https://crpsc.org.br/noticias/nota-de-orientacao-aos-as-profissionais-da-psicologia-que-atuam-em-psicologia-do-esporte-e-do-exercicio-fisico-covid-19>. Acesso em: 10 out. 2020.

todas as agremiações esportivas contam com psicólogos do esporte.” (BARREIRA; TELLES; FILGUEIRAS, 2020 p. 5).

Outro aspecto relacionado ao contexto pandêmico e que emergiu durante as entrevistas foi a ausência prolongada do ambiente familiar. Devido às questões de isolamento e as regras para saída do alojamento, as jogadoras ficaram um tempo maior sem ver pessoalmente os familiares. Em sua entrevista, A4 relatou que, mesmo estando perto de casa, ficou um tempo mais longo sem ver seus familiares devido às condições de saída e entrada do alojamento: “[...] eu jogava no Nápole e morava em Caçador, uma hora de casa, só que eu não podia ver meus pais por causa do COVID, tinha que ir fazer teste, aí esperava três dias, então eu fiquei quatro meses sem ir pra casa [...]”

Para Gisele Silva, Andressa Santos e Tatiana Nakano (2022), o reflexo da pandemia que envolveu centenas de atletas de alto rendimento esportivo ultrapassa o período de isolamento social e se faz presente após o retorno das atividades presenciais. Com as situações de confinamentos, os atletas passaram a ter uma maior valorização da vida pessoal, profissional e da família. A análise das entrevistas mostrou que além da saudade de casa, a pandemia acentuou o medo de perder os entes queridos, como descrito pela A4: “[...] ficar longe da família também é difícil, agora ver as pessoas falecendo, tipo eu sinto vontade desistir (choro)”. Com as inúmeras mortes causadas pela pandemia, as jogadoras que moravam longe de casa e privadas do convívio familiar presencial começam a se questionar sobre o que chamaram de “tempo perdido”.

No Grupo Focal, A3 externalizou a preocupação. “É preciso voltar atrás do tempo perdido, porque ficar longe da família é complicado, já são quatro anos e perdi muita coisa, muitos momentos, então, chega uma hora que a gente tem que botar na balança o que está valendo a pena e o que não”. Para que as entrevistadas pudessem ser jogadoras de futebol, foi preciso que saíssem de casa muito cedo e passassem a residir no alojamento dos clubes. Conforme o tempo passa e os objetivos profissionais de alcançar reconhecimento pelo trabalho realizado, um salário e condições de auxiliar a família não são alcançados, as entrevistadas passam a refletir se valeu a pena abdicar do tempo com a família.

Com o cenário de pandemia, tal reflexão ganhou força, o medo de perder pessoas queridas se contrastou com a distância e a saudade das mesmas. Ademais, o sofrimento vivenciado na pandemia é caracterizado por incertezas, medo e angústias referente ao retorno esportivo e ao futuro profissional na modalidade podem se constituírem em desafios para a saúde mental dos atletas (SILVA; SANTOS; NAKANO, 2022).

Segundo Annie Kopanakis, Débora Oliveira e Tania Aiello-Vaisberg (2021), a pandemia vem trazendo vários fenômenos de sofrimentos psicológicos e sociais que agem de forma diferente sobre os diversos grupos. Comparada aos efeitos da guerra na população, a situação pandêmica atinge em maior escala as populações que em nosso país já sofrem maior discriminação e que estão mais suscetíveis as desigualdades sociais e a pobreza, como as mulheres, os negros e a população LGBT. Com as jogadoras de futebol não é diferente, uma vez que são mulheres que buscam, por meio da possível profissionalização do futebol, mudar realidades de vidas desafortunadas relacionadas à pobreza e às desigualdades sociais.

Diante do apresentado anteriormente, verifica-se que as entrevistadas vivenciam sofrimento psicossocial, inerentes a dificuldades oriundas dos contextos socioeconômico, cultural e a condições subjetivas, que se intensificaram com a pandemia. As entrevistas demonstraram que o período de isolamento e distanciamento social, quando as atletas ficaram sem treinar e jogar, deixou marcas, como medo e a insegurança, em relação à família, reflexões sobre aspectos da vida profissional e pessoal, do tempo que estavam deixando de estar com os familiares e os objetivos profissionais não alcançados.

Cabe ressaltar que quando se refere ao fato do sofrimento psicossocial se relaciona, em grande parte, com o contexto social das jogadoras, o que se quer dizer é que o preconceito sofrido, as desigualdades de gênero no futebol e a precarização do trabalho realizado geram e/ou intensificam tal sofrimento. As jovens que saíram de casa em busca de condições melhores de vida, conforme as situações aqui evidenciadas, precisam lidar com a frustração quando não conseguem alcançar os objetivos pretendidos.

No decorrer do grupo focal, outra questão a ser destacada e que vai ao encontro da discussão mencionada, diz respeito ao questionamento sobre projeções profissionais futuras. Foi o momento de maior silêncio no grupo e que precisaram ser mais instigadas a falar sobre o que desejavam e como se viam no futuro. Durante as entrevistas, narrativas sobre projeções de futuro fluíram um pouco melhor. Com isso, entende-se que incertezas e inseguranças por elas vivenciadas, no passado e no presente, dificultaram as projeções futuras como jogadoras de futebol.

Com um maior incentivo da entrevistadora, as jogadoras falaram um pouco, como abordado anteriormente, das possibilidades que futuramente gostariam de ter no futebol internacional, entendendo que a situação do futebol feminino no Brasil, ainda tem muito que avançar. A10 relatou (entrevista) que tinha como objetivo receber pelo trabalho realizado, ter uma renda para conseguir se manter, jogar no exterior e concluir o ensino superior, pois quando não puder mais jogar pretendia seguir trabalhando com o futebol. A5 falou ainda

(entrevista) que sonhava em viver do futebol, que significa para ela poder fazer o que gostava e receber para isso. Narrativas das jogadoras trouxeram um anseio de buscar no futebol internacional a possibilidade de alcançar um reconhecimento financeiro pelo trabalho realizado.

A6 ressaltou que ser mulher no futebol “é luta, é persistência, para correr atrás dos sonhos, num espaço tão machista [...]”. A luta referida por A6 envolve dois espaços a serem conquistados pelas mulheres no futebol, um dentro e outro fora do campo. Dentro de campo, observa-se que o futebol gera uma pressão psicológica, como por exemplo, a necessidade que as jogadoras têm de apresentar um alto rendimento esportivo e de conquistar vitórias em jogos e campeonatos, mesmo diante das condições precárias de trabalho oferecidas a elas. Além disso, o medo de lesionar e não conseguir mais jogar ficou evidente durante as entrevistas.

No entanto, como se não bastassem as dificuldades vivenciadas dentro de campo, as jogadoras lidam com a ausência de salário e de contrato, não conseguindo sobreviver do trabalho que realizam, o que gera instabilidade e dificulta se projetarem no futuro. Os processos de preconceito e desigualdade de gênero perpassam as duas esferas. No âmbito da saúde mental não são entendidas de forma separadas, uma vez que condições precárias dentro e fora de campo se articulam quando se passa a falar do sofrimento psicossocial das jogadoras. Diante das condições as quais estão expostas, passam a ter a sua saúde mental em risco.

De acordo com Kopanakis, Oliveira e Aiello-Vaisberg (2021, p.299), “[...] os sofrimentos sociais são efeitos subjetivos das condições sociais problemáticas [...]”. Ou seja, quando mais difíceis as condições sociais vivenciadas, como pobreza e desigualdades sociais, mais vulneráveis às condições de sofrimento. Como de suma importância, as autoras destacam a expansão de uma clínica psicológica social para as jogadoras e a realização de debates ético-políticos no âmbito dos movimentos sociais que envolvam a sociedade civil.

Considerando o período de pandemia ainda ativo, Silva, Santos e Nakano (2022) apontam para um grande desafio que é a necessidade de se ter uma equipe multidisciplinar para atender os atletas, num trabalho integrado com a comissão técnica. Em relação à Psicologia do Esporte, considerando os riscos que a situação pandêmica pode causar para a saúde mental, sugere-se que as intervenções psicológicas possam acolher, diminuir a ansiedade, promover condições de reestruturação e de enfrentamento.

O sofrimento psicossocial vivenciado pelas jogadoras de futebol e identificado durante a pesquisa ultrapassa as relações de trabalho no Criciúma EC, produzindo-se ao longo da trajetória das atletas. No entanto, pensando especificamente na realidade das jogadoras do

Criciúma EC, sugere-se que o Clube possa formar uma equipe multidisciplinar para realizar o atendimento das atletas. No período da pesquisa, o time feminino do Criciúma EC contava apenas com duas técnicas de futebol, uma para o futebol de campo e outra para o futsal, e um estagiário atuando como preparador de goleiro. Os demais profissionais, tais como médico, fisioterapeuta, nutricionista, psicólogo, assistente social atuavam na equipe de futebol masculino. Conforme disponibilidade de tempo, atuavam junto ao futebol feminino. A maior parte dos atendimentos para o futebol feminino, na ocasião da pesquisa, era realizado por estagiários de diversas áreas da saúde, estudantes da UNESC.

As situações descritas demonstram o não investimento no futebol feminino e no que diz respeito à saúde das jogadoras. Conforme evidenciado, situações como a precarização do trabalho, desigualdades de gênero, preconceito, desvalorização e o não reconhecimento do futebol feminino são geradores de sofrimento psicossocial e fazem parte de problemas históricos, sociais e culturais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, como objetivo geral, a partir de uma análise de gênero e da divisão sexual do trabalho, buscou-se compreender quais são as limitações e possibilidades vivenciadas por mulheres na participação como jogadoras no time de futebol feminino do Criciúma EC. Para tanto, foi necessário conhecer o cenário desta pesquisa, que envolveu remontar trajetórias do futebol profissional na cidade de Criciúma, juntamente com a constituição do Criciúma EC. Logo no início, identificou-se que a caminhada percorrida pelas mulheres no futebol foi muita distinta da dos homens. É como se trajetórias de participação das mulheres no futebol da cidade de Criciúma tivessem sido ignoradas e assim se tornado desconhecidas.

É visto que a cidade de Criciúma “respira” futebol, o que significa dizer que grande parte dos Criciumenses têm uma grande identificação com o Criciúma Esporte Clube, time que leva o nome da cidade. Notícias sobre o futebol estão presentes diariamente nas páginas de esporte dos jornais, portais de notícias online e programas de rádio da cidade. No entanto, o futebol presente diariamente na mídia local é o masculino. No transcorrer da pesquisa, a ausência de documentos, reportagens e publicações sobre o futebol feminino em Criciúma se mostrou um dos maiores desafios para a escrita do tema. A busca realizada nos principais periódicos não encontrou nenhum artigo, dissertação ou tese que abordasse o futebol feminino em Criciúma. O material encontrado se referia ao futebol masculino e a história do Criciúma Esporte Clube, mas não incluía o futebol de mulheres.

A pesquisa mostrou que antes da parceria do futebol feminino com o Criciúma EC, as reportagens eram vistas apenas nos sites das instituições de ensino parceiras e FME, e em períodos de competições. Após a parceria com o Clube, além das instituições de ensino e FME, o Portal Engeplus, GE, site e redes sociais do Criciúma EC e redes sociais das meninas Carvoeiras passaram a noticiar o futebol feminino, mas também com maior destaque nos períodos de competições. Fora do período de competições, foram encontradas poucas reportagens e sobre assuntos pontuais.

Aspectos como os citados anteriormente dificultaram a construção de uma trajetória do futebol feminino na cidade de Criciúma e igualmente evidenciaram a invisibilidade das mulheres no futebol, uma realidade que não se refere apenas à cidade de Criciúma, mas de outros contextos e que diz sobre a história do futebol feminino no Brasil.

No entanto, considerando a ressalva da dificuldade da pesquisa documental que auxiliou a compreender o cenário deste estudo, o maior objetivo da pesquisa era justamente localizar e conversar com mulheres que jogavam futebol no Criciúma EC. Com isso, a Etnografia foi fundamental para conhecer a realidade das jogadoras e principalmente para que os relatos, provenientes das entrevistas individuais e do grupo focal, pudessem fazer um sentido ainda maior.

Cabe ressaltar que outro grande desafio foi realizar uma pesquisa etnográfica durante a pandemia, posto que inicialmente as orientações da OMS de manter o distanciamento social gerou uma grande instabilidade referente as possibilidades de ir a campo conversar com as jogadoras. Ao conhecer as trajetórias das jogadoras, identificou-se que muitas das situações relatadas não referiam apenas às atuais vivenciadas no Clube, mas estavam enraizadas em processos de desigualdades de gênero que aconteciam desde a infância das jogadoras.

O preconceito perpassa toda a prática do futebol feminino e começa desde a inserção das meninas em times formados por meninos, o que evidencia que buscam ocupar um espaço que não foi construído para elas. A análise firmada na divisão sexual do trabalho (HIRATA, KERGOAT, 2007) evidencia espaços que foram construídos socialmente e culturalmente para homens e para mulheres. Considerando inclusive características atribuídas ao feminino e ao masculino, tais como fragilidade e força, respectivamente, o futebol é construído como um esporte de contato e agressividade, que precisa ser forte para praticar, e contribui para um processo de exclusão das mulheres do futebol, assim como de outros espaços da sociedade.

Com isso, pode-se dizer que as meninas que decidem enfrentar tais construções e praticar futebol, precisam se contrapor a norma preexistente (BUTLER, 2020), fazendo com que os processos de preconceito se evidenciem. A escola e a rua são vistas como os principais locais de início da prática do futebol na infância. Nestes espaços inicialmente os processos de exclusão ganham força, até mesmo porque o início da prática do futebol das meninas é justamente em times formado por meninos, como apontaram as participantes sobre a inexistência de escolinhas de futebol especificamente para meninas.

As meninas que na infância persistiram no sonho de serem jogadoras de futebol e conseguiram na juventude se inserir num time de futebol de mulheres, muitas vezes saindo de suas casas ainda bastante jovens para residirem em outros locais, continuam vivenciando os efeitos da divisão sexual do trabalho e da desigualdade de gênero, na medida em que o preconceito vivido na infância vai ganhando forma também nas relações de

trabalho, identificadas pelas discontinuidades, invisibilidades, ausências de salários e de contratos de trabalho, diferenças de tratamento dentro e fora de campo. A análise dos relatos presentes nas entrevistas proporcionou um desenho do universo pesquisado, principalmente no que se refere à precarização do trabalho.

Todas as participantes da pesquisa relataram que não tinham contrato de trabalho e/ou carteira de trabalho assinada. Quanto ao salário, no momento da pesquisa, nenhuma delas recebia salário, duas tinham a promessa de receber, mas ainda não haviam recebido, as fontes de renda das demais eram divididas entre ajuda de custo (2), bolsa atleta (1) e trabalho adicional como gandulas dos jogos do futebol masculino e uma delas fazia estágio remunerado. Todas recebiam bolsa de estudo para cursarem o ensino superior. Ou seja, as participantes que desde muito cedo saíram de suas casas em busca de melhores oportunidades proporcionadas pelo futebol se deparam com realidades adversas e, a partir das realidades vivenciadas por elas, passaram a ter incertezas referentes à realização de seus sonhos de infância. É visto que todas as entrevistadas afirmaram que gostariam de ter um contrato de trabalho e receber um salário, o que proporcionaria certa estabilidade. No contexto do futebol feminino, projetavam-se ainda jogando fora do país, por acreditarem em uma maior valorização do futebol feminino, principalmente, em países do continente Europeu e nos EUA. Ao mesmo tempo, as jogadoras mostravam um sentimento ambivalente e uma preocupação em concluírem o ensino superior, como uma forma de garantir um futuro profissional mais estável.

Outro ponto de grande relevância na categoria precarização do trabalho é o fato de que mesmo com a ausência de características básicas para caracterizar uma relação profissional, como por exemplo, contrato e carteira de trabalho, as jogadoras se viam como jogadoras de futebol profissional. Essa representatividade em decorrência da dedicação exclusiva para o futebol, rotina intensa de treinos e principalmente ao fato de estarem representando o time em campeonatos de futebol profissional. É o que Souza Júnior (2013) aponta ao dizer que as jogadoras de futebol são profissionais nos deveres, mas não nos direitos.

Nesta perspectiva, retoma-se a pergunta inicial da pesquisa: quais são as limitações e as possibilidades vivenciadas por mulheres na participação como jogadoras no time de futebol feminino do Criciúma Esporte Clube? As narrativas mostraram que existem muito mais limites do que possibilidades vivenciadas pelas jogadoras de futebol, quando se considera que as relações precarizadas de trabalho identificadas em suas trajetórias são geradoras de sofrimento psicossocial, ocasionando um desgaste que é físico e emocional. Um

sofrimento que se produz em diferentes contextos socioculturais, pelo preconceito, pela falta de oportunidades, por processos de exclusão e de desigualdades de gênero.

Entende-se que o futebol feminino, nos contextos nacional e internacional, avançou, tendo em vista que, diante das lutas das mulheres, as instituições gestoras do futebol (FIFA, CONMEBOL, CBF) criaram leis que passaram a obrigar os clubes de futebol masculino a ter um time de futebol feminino, para que assim pudessem participar de determinadas competições. No entanto, os avanços anunciados foram identificados principalmente na Seleção Brasileira e em alguns clubes de futebol, o que não representa o futebol feminino no Brasil. A contratação de mulheres para a gestão do futebol, igualdade nos valores das diárias para as jogadoras da seleção, aumento no número de competições visando ampliar o calendário de jogos são exemplos de ações que merecem ressaltar, mas que não traduzem as dificuldades vivenciadas pelas mulheres no futebol.

Pensando no cenário do Criciúma EC, relatos presentes nas entrevistas de atletas que já jogavam na cidade, antes mesmo da parceria mostraram uma melhora nas condições estruturais oferecidas pelo Clube. As jogadoras que chegaram também destacaram que recebiam condições melhores do que em clubes que estavam anteriormente. No entanto, as possibilidades ainda se tornam menores que os limites, posto que a análise evidenciou um problema social de grande significado, que de forma paradoxal, amplia a visibilidade do futebol feminino a mantém a posição de desvalorização.

Com isso, proporcionar espaços para que as participantes refletissem sobre sua prática foi de grande importância. O fato das entrevistas individuais acontecerem antes do grupo focal fomentou a discussão, à medida que os questionamentos permitiram que as participantes revisitassem suas trajetórias, projeções de futuro, dificuldades sofridas e o quanto o sofrimento já estava naturalizado, quando relatado que “ser mulher no futebol, é luta é persistência”.

Cabe ressaltar que a continuidade do futebol feminino em Criciúma só foi possível por existir mulheres protagonistas do futebol na cidade e também no Criciúma EC, que persistiram e lutaram para que hoje, por menor que seja, se tenha um espaço aberto para que possam jogar futebol. Outro fator importante é que, na ocasião de conclusão da pesquisa, o time de futebol masculino do Criciúma EC conseguiu o acesso a série B do Campeonato Brasileiro e, com isso, espera-se que as exigências em torno da manutenção e continuidade do time de futebol feminino ganhe mais força.

A realização da pesquisa apresentou um universo que, mesmo estando inserida no futebol, eu desconhecia. Um misto de sentimentos envolvendo sensibilidade e revolta.

Sensibilidade pelo sofrimento das jogadoras muito maior do que supunha e a revolta da precarização de um trabalho realizado pelas jogadoras com tanta dedicação. Um espaço em que as limitações impostas às jogadoras são muitas e que, mesmo assim, elas se mostram fortes e persistentes no anseio de realizar um sonho, de buscar um reconhecimento que não é apenas financeiro, mas também social, das conquistas realizadas por dentro e fora de campo. Convém ressaltar que pesquisar um tema tão dinâmico como o futebol no tempo presente exige maior atenção a mudanças noticiadas sobre o futebol feminino, de modo a incluí-las na análise da pesquisa.

No entanto, acredita-se que muito ainda poderia ser discutido, visto que esta pesquisa fomentou a possibilidade para novos estudos, dentre os quais a necessidade de ampliar o conhecimento sobre a construção histórica do futebol feminino na cidade de Criciúma, pela observação de indícios de que as mulheres jogavam futebol na cidade de Criciúma muito antes da relação estabelecida entre o futebol feminino e as instituições de ensino. Além disso, seria de grande relevância ampliar a pesquisa para a história do futebol feminino no estado de Santa Catarina, mediante a escassez de publicações e documentos a respeito.

Considerando que, segundo Goellner (2021, p. 2), “escrever e publicar é ato político”, a pesquisa também buscou dar visibilidade para mulheres no futebol, propondo que essas discussões estejam presentes na sociedade, que façam parte da pauta dos movimentos sociais e feministas, com objetivo de garantir a jogadoras os direitos básicos da profissionalização, respeito e reconhecimento pelo futebol que jogam, a fim de minimizar as desigualdades e garantir melhores condições sociais e de saúde. É de suma importância que instituições gestoras do futebol tenham projetos a curto, médio e longo prazo para desenvolver o futebol feminino, que sejam criadas leis que visem a igualdade de gênero e ao mesmo tempo mecanismos de fiscalização das ações nos clubes. Afinal, no Brasil, que é considerado o país do futebol, torna-se de suma importância rever significados relacionados ao reconhecimento das mulheres como jogadoras de futebol, uma vez que o futebol deveria ser para todos/a.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Caroline Soares. **Do Sonho ao Possível: projeto e campo de possibilidades nas carreiras profissionais de futebolistas brasileiras**. 2018, p.254. **Tese de Doutorado em Antropologia Social** - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191267>. Acesso em: 02 jun. 2020.

_____. **“Boas de bola”**: um estudo sobre o ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980. 2013. p.151. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2013. Disponível em : <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106921>. Acesso em: 02 jun. 2020.

_____. O Estatuto da FIFA e a igualdade de gênero no futebol: histórias e contextos do Futebol Feminino no Brasil. **Fulia / UFMG**, v. 4, n. 1, jan.-abr.2019. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/14964>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ALMEIDA, Rosângela de Sena. **Imprensa e futebol feminino no Brasil: a memória discursiva em campo**. 2009. p. 122. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em memória Social, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12369?show=full>. Acesso em: 08 nov. 2021.

ALVES, Ismael Gonçalves. **(Re)construindo a maternidade: as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas implicações na Região Carbonífera Catarinense (1920- 1960)**. 2014. p. 294. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em História – Área de História, Cultura e Sociedade, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35264/R%20-%20T%20-%20ISMAEL%20GONCALVES%20ALVES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 nov. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, 2002.

BARLEM, Cíntia; BASTOS, Denise. **Em momento histórico, seleção feminina estreia camisa sem estrelas do masculino**: "Vamos conquistar nossa estrela". Globo Esporte, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/em-momento-historico-selecao-feminina-estrela-camisa-sem-estrelas-do-masculino-vamos-conquistar-nossa-estr>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BARREIRA, Cristiano Roque Antunes; TELLES, Thabata Castelo Branco; FILGUEIRAS, Alberto. Perspectivas em Psicologia do Esporte e Saúde Mental sob a Pandemia de Covid-19. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 40, e243726, 2020, P. 1-14. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003243726> Perspectivas em Psicologia do Esporte e Saúde Mental sob a Pandemia de Covid-19. Acesso em: 12 dez. 2020.

BARLEM, Cíntia. **CBF quer todas as atletas da A1 com carteira assinada em 2021 e pensa em torneios regionais para 2022.** Globo Esporte Dona do Campinho. Rio de Janeiro. Publicada em 10/12/2021. Disponível em: <http://ge.globo.com/blogs/dona-do-campinho/post/2020/12/10/cbf-quer-todas-as-atletas-da-a1-com-carteira-assinada-em-2021-e-pensa-em-torneios-regionais-para-2022.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BERNARDO, Marcia Hespanhol; SOUZA, Caroline Crisiane de; PINZÓN, Johanna Garrido; SOUZA, Heloísa Aparecida de. A práxis da Psicologia Social do Trabalho: reflexões sobre possibilidades de intervenção. *In*: COUINHO, Maria Chalin; FURTARDO, Odair; RAITZ, Tânia Regina (Orgs). **Psicologia Social e trabalho: perspectivas críticas**. Vol. 1: Ed ABRAPSO: Edições do Bosque CFH/UFSC. Florianópolis. 2015. p. 16-39. *E-book*. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/129787/Book%20Psicologia%20Social%20e%20Trabalho%20pdfA.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 21 dez. 2021.

BIRAM, Mark Daniel. As sereias da vila na terra do rei: uma etnografia de Santos FC. **Movimento Revista de Educação Física da UFRGS**, v.27, jan./dez, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.109357>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BARBOSA, C. Márcia; LIMA, S. Betina. Mulheres na Física do Brasil: Por que tão poucas? E por que tão devagar? *In*: YANNOULAS, Silvia Cristina (org.). **Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações**. Abaré. Brasília, 2013. p. 69-86.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição brasileira. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Portugal. Lisboa: Ed. 70, 2011.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil São Paulo: Boitempo**, 2018.

BOMFIN, Leny A. Trad. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300013> Acesso em: 18 de jul. de 2020.

BRACHET, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Vitória: UFES, 1997.

BRASIL. **Deliberação nº 0 01/83 de 11 de abril de 1983**. Dispõe sobre Normas Básicas para a Prática do Futebol Feminino. Conselho Nacional de Desportos. Rio de Janeiro, 1983. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3311099/pg-58-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-11-04-1983/pdfView>. Acesso em: 05 set. 2020.

_____. **Deliberação nº 7 do Conselho Nacional de Desportos** de 7 de agosto de 1965, cumprimento a determinação do Art. 54 e Lei de número 3.199 de 14 de abril de 1941. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/deliberacao-n-7-2-agosto-1965/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

_____. **Decreto-Lei número 3.199 de 14 de abril de 1941 Criação do Conselho Nacional de Desportos**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1941. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3199.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

_____. **Lei Pelé, nº 9.615 de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências.** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

_____. **RAIS**, Relação Anual de Informações Sociais, 2019.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n42/0104-8333-cpa-42-00249.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

_____. El reglamento del género. In: BUTLER, Judith. **Deshacer el Género.** Barcelona, Paidós, 2006. p.67-88.

CAMPOS, Émerson César de; CARDOSO, Michele Gonçalves. Onde estiver o mais querido Criciúma Esporte Clube – Clubes e Cidades (1978-2004) In: VAZ; Alexandre Fernandez; DALLABRIDA, Norberto (Orgs). **O futebol em Santa Catarina: Histórias de Clubes (1910 – 2014).** Ed. Insular: Florianópolis, 2014. p. 117-150.

CARDOSO, Michele Gonçalves. Entretenimento na poeira do carvão: lazer, controle e ressignificações da classe operária. In: COSTA, Marli de Oliveira; OSÓRIO, Paulo Sérgio (Orgs). **Memórias e Identidades: as estruturas carboníferas como patrimônio cultural de Santa Catarina.** 1. Ed. Tubarão: Copiart; Criciúma: Ediunesc, 2017. p. 59-68. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/5500>. Acesso em: 29 mar. 2021.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos Subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964).** 1997. p. 231. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, Florianópolis, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200019> Acesso em: 10 jun. 2021.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL (CBF). Regra 5 o Árbitro. In. **Respeito essa é a regra do jogo: Regras de Futebol, 2020, 2021.** Rio de Janeiro. P. 70-82. 2020. Disponível em: https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202008/20200818145813_835.pdf Acesso em: 30 nov. 2021.

_____. **CBF publica calendários das competições femininas de 2022.** Rio de Janeiro, 2021. (Ofício DCO - 4263/21) Disponível em: <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/campeonato-brasileiro-feminino/cbf-publica-calendario-das-competicoes-femininas-de-2022>. Acesso em: 30 nov. 2021.

_____. **Seleção Brasileira Feminina Goleia o Equador em Jogo preparatório.** 27 novembro 2020. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/selecao->

brasileira/jogos/selecao-feminina/jogos-preparatorios-brasil-x-equador Acesso em: 12 dez. 2021.

_____. **CBF anuncia Pia Sundhage como a nova treinadora da Seleção Feminina.** 25 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/noticias/selecao-feminina/cbf-anuncia-pia-sundhage-como-a-nova-treinadora-da-selecao-brasileira> Acesso em: 19 out. 2021.

_____. **Igualdade de valores em relação a prêmios e diárias entre o futebol masculino e feminino.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/noticias/selecao-feminina/presidente-da-cbf-anuncia-equiparacao-das-diarias-pagas-as-selecoes>. Acesso em: 13 set. 2020.

_____. **Regulamento específico da competição (REC).** Campeonato Brasileiro Feminino A-2, 2021. Disponível em: https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202105/20210506200317_960.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução nº 013/2017** - Títulos Profissionais Especialistas em Psicologia. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf . Acesso em: 23 dez. 2021.

COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL (COB). **Recomendações para os Atletas do Time Brasil sobre Cuidados com o Coronavírus.** Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/documentos/download/c2260400db0ee/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CONGRESSO TÉCNICO. 64º JUCs Lages, 1º BOLETIM, 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3 ed. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2010.

CUSTÓDIO, Rafaela. **Em busca de sonhos, estudo e qualificação profissional:** a história da equipe feminina do Criciúma. Engeplus, 2019. Disponível em: <http://www.engeplus.com.br/noticia/esportes/2019/em-busca-de-sonhos-estudo-e-qualificacao-profissional-a-historia-da-equipe-femin>. Acesso em: 16 set. 2021.

DAÓLIO, Jocimar. Violência no futebol brasileiro. *In: Cultura, educação física e futebol.* Campinas: UNICAMP, 2003.

DARIDO, Suraya Cristina. Futebol Feminino no Brasil: do seu início à prática pedagógica. Universidade Estadual Paulista, **Motriz**, v.8, n.2, p.43-49, 2002. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/33403>. Acesso em: 10 mai. 2020.

DEBONA, Darci; SIMON, Guilherme; CAGNINI, Lariane. **Sonho em construção:** mulheres buscam espaço no futebol catarinense. NSC Total, 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/sonho-em-construcao-mulheres-buscam-espaco-no-futebol-catarinense>. Acesso em: 10 set. 2021.

DUARTE, Daniele Almeida. Narrar para conhecer os modos de ser-trabalhar-existir: o (difícil) cenário do trabalho contemporâneo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**,

São Paulo, v. 19, n. 2, p. 187-199, 2016. Disponível em:
<<https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/140584>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

ENGEPLUS. **Futebol feminino**: Tigre vence, mas não avança no Brasileiro A2, 2021. Disponível em: <http://www.engeplus.com.br/noticia/esportes/2021/futebol-feminino-tigre-vence-mas-nao-avanca-no-brasileiro-a2>. Acesso em: 18 set. 2021.

FERREIRA, Leandro. Unesc e Criciúma Esporte Clube oficializam parceria entre esporte e educação. **AICOM - Assessoria de Imprensa, Comunicação e Marketing**, 2021. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/aicom/blog/49491-unesc-e-criciuma-esporte-clube-oficializam-parceria-entre-esporte-e-educacao>. Acesso em: 18 set. 2021.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION, FIFA. **Estatutos de La FIFA**: Reglamento de Aplicación de los Estatutos; Reglamento del Congreso. Zurique, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2XudEhp>. Acesso em: 10 nov. 2021.

_____. **Women's Football**: Member Associations Survey Report. Zurique, 2019. Disponível em: <https://img.fifa.com/image/upload/nq3ensohyxpuxovcovj0.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, p. 7-20, out. 2002. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

GALVÃO, Andréia. CASTRO, Bárbara. KREIN, José Dari. TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-269, mai/ago. 2019. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/30691/19670>. Acesso em: 30 set. 2020.

GIL, Antônio Carlos. Métodos das ciências sociais. In: GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 6º ed. 2008. p.27-44.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e Futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física**, São Paulo, v. 19, n. 2, P.143-151, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1807-55092005000200005>. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de Formação RBCE**. V 1, n 2. ISSN 2175-3962. 2010. P. 71-83. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/984>. Acesso em: 05 jun. 2021.

_____. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana (Orgs). **Corpo, Gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Ed. Vozes, 2013. p. 30-42.

_____. Nós convidamos a CBF a trazer reformas de igualdade de gênero para o Brasil. **Ludopédio**. São Paulo, v.135, n. 36, 2020. Disponível em: <https://www.ludopedio.com.br/arquivancada/nos-convidamos-a-cbf-a-trazer-reformas-de-igualdade-degenero-para-o-brasil/>. Acesso em: 18 set. 2021.

_____. Mulheres e Futebol no Brasil: descontinuidades, resistências e resiliências. **Revista de Educação Física da UFRGS Movimento**. Porto Alegre, RS, Brasil, v.27, jan/dez, 2021 p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.110157> Acesso em: 21 dez. 2021.

_____; HAAG, Fernanda; MALAIA, João. #PorOutroFutebol das trabalhadoras da bola com a jogadora Nini Baciega. Publicado pelo canal Ludopédio, 2020. (1:40:32). Disponível em: <https://ludopedio.org.br/agenda-de-eventos/poroutrofutebol-com-a-jogadora-nini-baciega/>. Acesso em: 31 dez. 2020.

GLOBO ESPORTE GE Santa Catarina. **Campeãs, meninas de Criciúma representam país no futsal sub-14**. Criciúma, 2013 Disponível em: <http://ge.globo.com/sc/noticia/2013/09/campeas-meninas-de-criciuma-representam-pais-no-futsal-sub-14.html>. Acesso em: 16 set. 2021.

_____. **Criciúma terá time feminino pela primeira vez no Campeonato Brasileiro**, 2021. Disponível em: <https://ge.globo.com/sc/futebol/times/criciuma/noticia/criciuma-tera-time-feminino-pela-primeira-vez-no-campeonato-brasileiro.ghtml>. Acesso em: 18 ago. 2021

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 132, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 30 jun.2020.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 13-20, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a02v24nspe1.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*. HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-75.

KESSLER, Cláudia Samuel. **Mais que Barbies e Ogras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos**. 2015. p.375. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131770>. Acesso em: 02 jun. 2020.

KESTELMAN, Amanda; BARLEM, Cintia. **A história do futebol feminino no Brasil**. Globo Esporte, 2019. Disponível em: <https://interativos.globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/especial/historia-do-futebol-feminino>. Acesso em: 12 set. 2020.

KNIJNIK, Jorge Dorfman. **Femininos e Masculinos no Futebol Brasileiro**. 2006. p.475. Tese (Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho) – Universidade de São Paulo, Instituto

de Psicologia, São Paulo, 2006. Disponível em:
<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-27032006-074510/pt-br.php>. Acesso em:
 02 jun. 2020.

KOPANAKIS, Annie Rangel; OLIVEIRA, Débora Ortolan Fernandes; AIELLO-VAISBERG, Tania Maria José. Experiência vivida de jogadoras de futebol em tempos de COVID-19. **Revista Thema**, v. 20, p.287-302, 2021.
 DOI: <https://doi.org/10.15536/thema.V20.Especial.2021.287-302.1848>. Disponível em:
<https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1848>. Acesso em 17 dez. 2021.

LOMBARDI, Maria Rosa. Formação e docência em engenharia, na ótica do gênero: um balanço de estudos recentes e dos sentidos da feminização. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (org.). **Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações**. Abaré. Brasília, 2013. p.111 - 136.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6º ed. Rio de Janeiro - Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

_____. A construção escolar das diferenças. In: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2003. p.57- 87. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MAIA, Mayara Cristina Mendes. **(Des)impedimentos no futebol de mulheres: Coloradas e gremistas de volta aos campos**. 2021. p. 228. Teses (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/230872>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. Técnicas de pesquisa. In: MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 9. p.157-197. E-book.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminismo: a medicina da mulher dos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, 2004. Disponível em:
<https://doi.org/10.7476/9788575414514>. Acesso em: 22 ago. 2020.

MENDES, Brenda. **Futebol feminino: por que só Corinthians e Santos usam nome nas camisas?** UOL. 04/12/2020 04h00. São Paulo. Disponível em:
<https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2020/12/04/futebol-feminino-avanca-mas-so-corinthians-e-santos-usam-nome-nas-camisas.htm>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MIRANDA, Débora. **Elas têm nome: torcida palmeirense pede nomes das atletas em camisa de jogo**. UOL. 02/05/2021 04h00. São Paulo. Disponível em:
<https://www.uol.com.br/universa/colunas/debora-miranda/2021/05/02/elas-tem-nome-torcida-palmeirense-pede-nome-das-atletas-em-camisas-de-jogo.htm> Acesso em: 30 nov. 2021.

MENDONÇA, Renata. 2019. **Palmeiras sai atrás de rivais com feminino “terceirizado” e pouca definição**. Blog Dibradoras Os Feras, 2019. Disponível em;

<https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2019/02/13/palmeiras-sai-atras-de-rivais-com-feminino-terceirizado-e-pouca-definicao/>. Acesso em: 10 set. 2020.

MONTEIRO, Natascha. **Esucrí é uma das parceiras do futebol feminino de Criciúma**. Engeplus, 2020. Disponível em: <http://www.engeplus.com.br/noticia/esportes/2020/esucri-e-uma-das-parceiras-do-futebol-feminino-de-criciuma> .Acesso em: 17 set. 2021.

MONTEIRO, Renato. O processo de profissionalização do futebol em Criciúma/SC (1948-1952). **Recorde: Revista de História do Esporte**, v. 7, n. 2, p. 1-31, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/1567/1415> Acesso em: 05 out. 2021.

MONTENEGRO, Nara Romero. FERREIRA, Maísa. Exposição “Futebol Feminino e suas Nuances em Tempos de Copa”: interface entre memória e lazer. **Revista Licere do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer – UFMG**, Belo Horizonte, v.24, n.1, mar/2021. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2021.29533773>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MORAES, Enny Vieira. **As mulheres também são boas de bola: histórias de vida de jogadoras baianas (1970-1990)**. 2012. p. 288. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12739> Acesso em: 02 jun. 2020.

NASSIF, Túlio. **Antenor Angeloni**. Disponível em: <https://terceirotempo.uol.com.br/que-fim-levou/antenor-angeloni-6152>. Acesso em: 01 set 2021.

NSC Total Redação. **Tigresas querem fazer história**. Criciúma, 2016. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/criciuma-faz-parceria-e-monta-equipe-que-ira-representar-sc-na-1a-liga-de-futebol-feminino>. Acesso em: 11 set. 2021.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de Campo como Descoberta e Criação. *In: MYNAYO, Maria Cecília (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 51-66.

NOBRE, Dominique. **Família Kindermann encerra atividades após disputar Libertadores Feminina**. NSC Total. Santa Catarina, publicada em: 18/11/2021 - 13h33. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/familia-kindermann-encerra-atividades-do-clubes-apos-disputar-libertadores-feminina>. Acesso em: 29 nov. 2021.

OLIVEIRA, Talita Santos. A inserção das mulheres na construção: um retrato midiático sobre a expressão e reprodução da feminilidade no setor. *In: YANNOULAS, Silvia Cristina (org.). Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações*. Abaré. Brasília, 2013. p. 137 - 156.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do Antropólogo**. 2.ed. Brasília: Paralelo 15, São Paulo: Unesp, 2000.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES HUMANAS, ONU. **17 objetivos de desenvolvimento sustentável ODS**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>. Acesso em: 05 set. 2020.

PANJA, Tariq. **Mulheres brasileiras de futebol em revolta contra a Federação**. New York Times, 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/10/06/sports/soccer/brazil-women-soccer.html>. Acesso em: 18 out. 2021

PIRES, Daniel Alvarez; MARQUES, Leonardo Eid; BRANDÃO, Maria Regina Ferreira. Burnout no Esporte: Diagnóstico e Prevenção. *In.* BRANDÃO, Maria Regina Ferreira; MACHADO, Afonso Antonio. **Coleção Psicologia do Esporte e do Exercício**. São Paulo: Ed. Atheneu, v.2, 2008. p. 117-134.

POPE, Catherine. NICHOLAS, Mays. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Roberto Jarry Richardson; colaboração Dietmar Klaus Pfeiffer. – 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017. *E-book*.

RODRIGUES FILHO, Mário. **O Negro no Futebol Brasileiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964

RUBIO, Katia. A cultura na Psicologia do Esporte: por uma Psicologia Social do Esporte. **Revista Diálogos**, Conselho Federal de Psicologia, n.9, p. 69-71, 2018.

SALVINI, Leila; MARCHI, Wanderley Júnior. "Guerreiras de chuteiras" na luta pelo reconhecimento: relatos acerca do preconceito no futebol feminino brasileiro. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo. v. 30, n.2, p. 303-311, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-55092016000200303>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SILVA, Giovana Capucim e. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1941-1983)**. 2015. p. 144. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de História, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10092015-161946/publico/2015_GiovanaCapucimESilva_VCorr.pdf . Acesso em: 01 set. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v.2, n.20, jul./dez, p.71-99, 1995.

SILVA, Gisele Maria da; SANTOS, Andressa Martins dos; NAKANO, Tatiana de Cássia. Aspectos Psicológicos vivenciados por atletas de alto rendimento durante o período de isolamento social: um estudo exploratório. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, e23311124594, 2022. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i1.24594>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/24594/21828/292961> Acesso em: 07 jan. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SOUZA, Ana Cláudia Ferreira; MARTINS, Mariana Zuaneti. O paradoxo da profissionalização do futsal feminino no Brasil: entre o esporte e outra carreira. **Pensar a Prática**, [S. l.], v. 21, n. 1, 2018. DOI: 10.5216/rpp.v21i1.45075. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/feff/article/view/45075>. Acesso em: 30 set. 2021.

SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima; MENEZES, Márcia Barbosa. Gênero e Trabalho no Campo da Matemática, Breve História e Notas sobre um Diagnóstico Preliminar. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (org.). **Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações**. ed. Abaré. Brasília, 2013. p. 87 –110.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira; DARIDO, Suraya Cristina. A prática do futebol feminino no ensino fundamental. **Motriz Revista de Educação Física**, UNESP. v.8 n.1, p.1-9. 2002, Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/6489>. Acesso em: 18 out. 2021.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. **Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade**. 2013. p.314. Tese de Doutorado - Educação Física, área de concentração Educação Física e Sociedade – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/275104>. Acesso em: 02 nov. 2020.

OLIVERIA, Maria Tereza Santos Souto Pereira. **Enfim, um uniforme só para elas**. O contra-ataque. 15 de março de 2019. Disponível em: <https://medium.com/o-contra-ataque/enfim-um-uniforme-s%C3%B3-para-elas-93287bdda94b> Acesso em: 12 dez. 2021.

TRONTO, Joan C. Mulheres e Cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 186-203.

TRIGO, Iliana Vaca. Oportunidades y desafíos para la autonomía de las mujeres en el futuro escenario del trabajo. serie Asuntos de Género, N° 154 (LC/TS.2019/3), Santiago, **Comisión Económica para América Latina y el Caribe** (CEPAL), 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1dfeWYFzF65wdg4CT2DQtPrHATFYGQcEL/view>. Acesso em: 20 fev. 2021.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE (UNESC). Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/capa/index/242/5004>. Acesso em: 09 set. 2021.

UNZELTE, Celso. **O livro de ouro no futebol**. São Paulo: Ediouro, 2002.

VIEIRA, Talita Machado; JUSTO, José Sterza; MANSANO, Sonia Regina Vargas. Corpo e Gênero na experiência inicial de jogadoras de futebol. **Revista Estudos Feminista**. UFSC. V.29, n 2: e79309 DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n279309 Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/79309/46951>. Acesso em: 15 nov. 2021.

VÍCTORA, Ceres G; KNAUTH, Daniela R; HASSEN, Maria de N. A. **Pesquisa Qualitativa em Saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WEINBERG, Robert; Gould, Daniel. **Fundamentos da Psicologia do Esporte e do Exercício**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582713488/pageid/442>
Acesso em: 10 dez. 2021.

WITTER, José Sebastião. **Breve História do Futebol Brasileiro**. São Paulo: Ed. FTD, 1996.

YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.) Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Revista Temporalis**. Ano 11, n.22. Brasília: UNB, jul./dez. 2011. p. 271-292. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253468/mod_resource/content/1/FeminizacaoOuFeminilizacao_Yannoulas.pdf. Acesso em: 01 nov. 2020.

ZANELATTO, João Henrique; COELHO, Tiago da Silva. Experiência do Trabalho na Mineração. *In*: COSTA, Marli de Oliveira; OSÓRIO, Paulo Sérgio (Orgs). **Memórias e Identidades: as estruturas carboníferas como patrimônio cultural de Santa Catarina**. Tubarão: Copiart; Criciúma, Ediunesc. 2017. p. 17-29. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/5500>. Acesso em: 29 jun. 2021.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista

Caracterização das entrevistadas

Naturalidade:

Data de nascimento:

Idade:

Posição que ocupa em campo:

Escolaridade:

Estado Civil:

Composição Familiar:

Renda familiar:

Possui filhos? Quantos?

Com que frequência retorna para casa?

Tem algum familiar que jogava e/ou joga futebol?

História Desportiva:

Fale sobre a trajetória percorrida no futebol do início até os dias atuais.

Com quantos anos começou a praticar futebol?

Em quais locais você já jogou?

Desde quando está jogando no Criciúma?

Já praticou outras modalidades esportivas?

Quem foram os maiores incentivadores?

Quais foram as maiores dificuldades?

Quais as principais realizações (dentro e fora de campo) que o futebol lhe proporcionou?

Quais são suas projeções no futebol?

Relações de Trabalho:

Como é a sua rotina no futebol?

Como se dá o vínculo com a instituição (CEC)?

Você possuiu contrato de trabalho?

Qual é a forma de remuneração (salário, bolsa de estudos)?

Qual é a sua renda mensal?

Como são as condições de trabalho recebidas (uniforme, local de treinamento, transporte para treinos e competições, moradia e alimentação)?

Você percebe diferença nas condições de trabalho e remuneração em relação aos jogadores de futebol (homens)?

Relações de gênero

Como é para você ser mulher no futebol?

Como você percebe que os outros lhe enxergam sendo mulher e jogando futebol?

Você já sofreu algum preconceito por ser mulher e jogar futebol? Se sim, quais são os comentários mais frequentes?

Quais são as maiores dificuldades que você viveu ou vive no futebol?

Como você se vê nos próximos anos em relação ao futebol?

Outras informações:

APÊNDICE B - Roteiro do grupo focal

Falem sobre suas trajetórias no futebol.

Quais foram as principais dificuldades encontradas para jogar futebol?

Vocês percebem diferenças entre o futebol feminino e o futebol masculino? Se sim, quais?

Quais são as projeções pessoais em relação ao futebol?